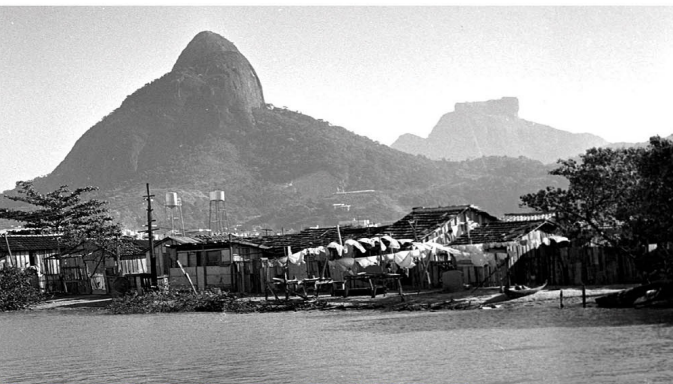




A BOLSA & A VIDA **CARLOS DRUMMOND** **DE ANDRADE**



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.site](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE **A BOLSA & A VIDA**

POSFÁCIO

Marcelo Coelho

Sumário

Nota do autor

A bolsa

Nascer

Ascensão

Gazeta praiana

A causa

Ficar em casa

Um dia de outubro

Lambretismo

Capítulo do Gênesis

Um artista

Fraque

O outro marido

Sonho de uma noite de abril

Domingo na estrada

País sem binóculos

Sondagem

Pinte sua casa

A essa hora da noite

Modéstia

Ana Maria

Fim do mundo

O índio

Manhã como as outras

O que você deve fazer

A um jovem

Betúlia

À procura de um rosto

O ladrão

Luzia

Doce conversa noturna

O viajante

Mocinho

O céu da boca

Debaixo da ponte

Areia Branca
Mensagem
Os Windsor se esqueceram
Diálogo 70% imaginário
Canção sem metro
O segredo do cofre
Uma vida
Três homens na estrada
Vila
Juiz de paz
Fantasma
Lapidação
Retrato de velho
Santa de família
Maneira de olhar
A menininha e o gerente

Nota da edição

Posfácio

Dualidades, duplicações,

MARCELO COELHO

Leituras recomendadas

Cronologia

A BOLSA & A VIDA

O título *A bolsa & a vida* não deve ser interpretado em sentido truculento. A bolsa é uma bolsa modesta de comerciária, achada num coletivo. E a vida é isso e tudo mais que o livro procura refletir em estado de crônica, isto é, sem atormentar o leitor — apenas, aqui e ali, recordando-lhe a condição humana.

I. O ACHADO

Jamais em minha vida achei na rua ou em qualquer parte do globo um objeto qualquer. Há pessoas que acham carteiras, joias, promissórias, animais de luxo, e sei de um polonês que achou um piano na praia do Leblon, inspirando o conto célebre de Aníbal Machado. Mas este escriba, nada; nem um botão.

Por isso, grande foi a minha emoção ao deparar, no assento do coletivo, com uma bolsa preta de senhora. O destino me prestava esse pequeno favor: completava minha identificação com o resto da humanidade, que tem sempre para contar uma história de objeto achado; e permitia-me ser útil a alguém, devolvendo o que lhe faria falta.

A bolsa pertencia certamente à moça morena que viajara a meu lado, e de que eu vira apenas o perfil. Sentara-se, abria o livro e mergulhara na leitura. Eu senti vontade de dizer-lhe: “Moça, não faça isso, olhe seus olhos”, mas receei que ela visse em minhas palavras mais do que um cuidado oftalmológico, e absteve-me. Absorta na leitura, ao sair esquecera o objeto, que só me atraiu a atenção quando o loteação já ia longe.

Mas eu não estava preparado para achar uma bolsa, e comuniquéi a descoberta ao passageiro mais próximo:

— A moça esqueceu isto.

Ele, sem dúvida mais experimentado, respondeu simplesmente:

— Abra.

Hesitei: constrangia-me abrir a bolsa de uma desconhecida ausente; nada haveria nela que me dissesse respeito.

— Não é melhor que eu entregue ao motorista?

— Complica. A dona vai ter dificuldade em identificar o loteação. Abrindo, o senhor encontra um endereço, pronto.

Era razoável, e diante da testemunha abri a bolsa, não sem experimentar a sensação de violar uma intimidade. Procurei a esmo entre as coisinhas, não achei elemento esclarecedor. Era isso mesmo: o destino me dava as coisas pela metade. Fechei-a depressa.

— Leve para casa — ponderou meu conselheiro, como quem diz: — É sua. Mas acrescentou: — Procure direito e o endereço aparece.

Como ele também descesse logo depois, vi-me sozinho com a bolsa na mão, já deliberado a levá-la comigo. E para evitar que na saída o motorista me interpelasse: “Ei, ó distinto, deixa esse troço aí”, achei prudente envolvê-la no jornal que eu portava. Já percebe o leitor que, a essa altura, minha situação moral era pouco sólida, pois eu procurava esconder do motorista um objeto que

não me pertencia, sob o fundamento de que pretendia restituí-lo à dona; como se eu conhecesse essa proprietária mais do que ele, motorista, que podia muito bem conhecê-la de vista; e como se eu duvidasse dele, que com igual razão podia desconfiar de mim, passageiro, quando o mais fácil seria explicar-lhe (ou não seria?) que eu duvidava, não dos motoristas em geral ou dele em particular, mas sim da eficácia do sistema de entrega de objetos perdidos em coletivos.

Assim, embuçada convenientemente a coisa, como algo tenebroso que convinha esquivar à curiosidade pública, paguei com dignidade a passagem e saltei sem impugnação. No próximo escrito, o que continha a bolsa, e o mais que sucedeu depois.

II. O CONTEÚDO

Chegando à casa, o primeiro cuidado deste cronista foi esvaziar a bolsa e examinar-lhe o recheio, para o fim de identificar sua proprietária. Logo atinei com a conveniência de dispor os objetos em ordem, e inventariá-los, primeiro porque era minha intenção devolver tudo de maneira regular, devendo a moça verificar, em minha presença, se não faltava nenhum pertence; segundo, porque, vencida a repugnância de mexer em coisa alheia, era legítima, até científica, a curiosidade de apurar que utensílios contém uma bolsa feminina comum, em nossa época, na área cultural do Rio de Janeiro.

Bem, não continha artefatos de couro, metal ou pedra, reveladores de hábitos tribais ainda não estudados; não deslumbrava pela magnificência dos artigos de toalete nem encerrava crimes e paixões em objetos simbólicos. Eis, honestamente, o seu acervo:

2 batons; 1 lápis para cílios; 1 escovinha idem; 1 espelhinho; 1 *trousse* folheada a ouro; 1 pente; 2 grampos; 1 vidrinho de *Nuit de Longchamp*; 1 sabonete de papel; 1 lençinho branco; 1 dito amarelo estampado, para limpar batom; 1 flanela para óculos; 1 caneta-tinteiro; 2 lápis; 1 borracha; 3 cliques; 1 canivete; 1 figa de madeira; 1 atadura adesiva; 1 ampola de Pernemon forte; 1 comprimido de magnésia bisurada; 1 bula de Xantinon B12; 1 chaveiro com duas chaves; 1 chave maior, solta; 1 folha de papel de embrulho; 1 pedaço de barbante; 1 cartão de firma de representações; 1 nota de venda no valor de Cr\$ 4550,00 referente a “1 camiseta de luxo, 1 anágua franzida e 1 calcinha com liga”; 1 porta-níqueis com Cr\$ 4,50; 1 calendário pequeno; 2 folhetos; 1 papel datilografado. Num escaninho dissimulado, o dinheiro maior: Cr\$ 950,00.

A agenda foi explorada; em seu interior havia uma flor seca, a fotografia de um desenho, representando um rosto feminino de cabelos compridos, e uma carteira de estudante de medicina; na carteira, o retrato, de frente, de uma jovem em que não foi difícil reconhecer a moça do lotação, vista de perfil. Tive a

alegria de uma descoberta; mas foi curta, pois em nenhuma folha do caderninho havia o endereço da moça. Os nomes não coincidiam, e como os endereços anotados fossem vários, pareceu incômodo e até desaconselhável discar para todos eles, indagando sobre a acadêmica de medicina. Que grau de intimidade teriam essas pessoas com ela, e por que precisavam ficar sabendo que a moça perdera sua bolsa?

Resolvi, pois, telefonar para a secretaria da Faculdade de Medicina na manhã seguinte, e voltei a guardar na bolsa o que dela retirara. Dormi mal, preocupado com a noite que a jovem estaria passando, sem dinheiro, sem chave de apartamento, numa cidade onde as moças nem sempre estão bem protegidas. Quem sabe se mesmo à noite eu poderia tranquilizá-la? Eram 24 horas. Corri à bolsa, li o papelzinho datilografado: “Chave da Harmonia. Desejo Harmonia, Amor, Verdade e Justiça a todos os meus irmãos de Círculo da Comunhão do Pensamento. Estou satisfeita e em paz com o universo inteiro e desejo que todos os seres realizem suas aspirações mais íntimas”. Tais sentimentos me penetraram, e conciliei o sono. O resto, a seguir.

III. A BUSCA

Às nove da manhã, pelo telefone, comuniquei-me com a secretaria da Faculdade de Medicina. Expus o objeto da consulta, de maneira a não deixar dúvida: procurava o endereço da senhorita Andreia de Poggia (era o nome da carteira) para restituir-lhe uma bolsa, não para isso assim assim. O homem ouviu-me atenciosamente, e depois:

— Ah, moço, só o senhor tocando outra vez depois das onze. Eu sou faxineiro.

Mais por pressentimento do que à base de fatos, comecei a perceber que não seria fácil desfazer-me daquele objeto. A razão dizia que dentro de duas horas o endereço de Andreia estaria em meu poder. Uma voz obscura me sussurrou: Duvido.

Às 11h15, uma funcionária gentil tomou conhecimento do caso, certificou-se de minha honorabilidade e prometeu tocar logo que colhesse a informação. E efetivamente o fez, instantes depois.

— O senhor deve estar equivocado. Não temos aluna chamada Andreia de Poggia.

— Talvez esteja com a matrícula trancada, e não conste da relação.

— Não, senhor.

— Mas está na carteira: número 215.

— 215 é um rapaz.

Agradei e fui à agenda. Para meu desapontamento, a maioria dos nomes

anotados não dispunha de telefone, ou eram casas comerciais, que não queriam conversa. Os dois ou três telefonáveis não estavam em casa ou não conheciam nenhuma Andreia. Um, julgando-se vítima de trote, ia proferir uma dessas expressões comuns na Câmara de Vereadores, mas desliguei. Outro conhecia André — o André Meireles, da Sursan, que perdera uma pasta com ações da Brahma ao portador, e quase ficara maluco; eu tinha achado, é?

Expliquei-lhe que eram matérias completamente distintas, e que, já às voltas com uma bolsa feminina, eu não podia responsabilizar-me pela pasta de André, mas o homem queria de toda maneira estabelecer um vínculo entre a pasta e a bolsa.

Depois de tantas ligações infrutíferas, o jeito era botar no jornal um anúncio classificado. Verifiquei a eficácia desse meio de divulgação, em face de nove senhoras e senhoritas que, pelo fio, em carta ou pessoalmente, se declararam mais ou menos Andreia de Poggia, isto é, à procura de uma bolsa perdida. Mas todas se enganavam a respeito da própria identidade. Os nomes não coincidiam, ou os rostos é que não coincidiam com a foto, embora alguns fossem até mais bonitos. A quarta Andreia esclareceu que ao tirar o retratinho estava mais gorda, a sétima que estava mais magra, nenhuma se zangou quando lhes expliquei que a bolsa era, indubitavelmente, de outra Andreia de Poggia — a décima, que não aparecia. Outra observação: sendo avultado o número de bolsas femininas perdidas no Rio, muitas (senhoras, não bolsas) se resignam a aceitar outra qualquer, em substituição à que perderam. Mulheres procurando bolsas, bolsas aguardando mulheres; desencontros.

Já nutrido certo mau humor com relação a Andreia, que assim se ocultava às minhas investigações benignas, mas desejoso de cumprir até o fim o dever de um cavalheiro do velho estilo, que achou uma bolsa de senhora no lotação, anotei os nomes de ruas constantes da agenda e empreendi pesquisas de campo. E como este rocambole já me vai caceteando, embora empolgue um ou outro leitor que me tem telefonado para saber se achei a dona da bolsa, darei o desfecho na próxima.

IV. O ENCONTRO

Bati em várias casas de bairros vários, e ninguém soube informar-me quem era Andreia de Poggia. Em geral, acolhia-se com ceticismo minha intenção de devolver alguma coisa a alguém. Na bolsa, o dinheiro se desvalorizava, e era de recear que se um dia eu encontrasse a proprietária, já o conteúdo nada valesse.

Contemplando o retrato de Andreia, eu naturalmente lhe emprestava uma personalidade universitária; meditando a frase da Chave da Harmonia, outra Andreia se figurava à minha imaginação. Uma, racional, científica, técnica;

outra, sonhadora e mágica, em ligação com o universo através das “Instruções reservadas para uso do irmão do Círculo da Comunhão do Pensamento” e das “Meditações” diárias do mesmo círculo, como se intitulavam os folhetos contidos na bolsa.

Cheguei a pensar que o objeto pertencesse em condomínio a duas moças, tão diversas me pareciam as tendências. Que uma se houvesse apoderado da bolsa da outra, não era agradável admitir. Pensei também — sem convicção — num caso de dupla personalidade, com visitas alternadas ao anfiteatro médico e a sessões espíritas; a bolsa serviria a ambos os interesses.

Nas idas e venidas em busca da moça, carregava comigo o objeto embrulhado. Às vezes sentia ímpetos de atirá-lo fora, livrando-me da obrigação incômoda. A mesma voz de antes me murmurava então: “Fracol! Fracol!”. E daí, mesmo jogada do bondinho do Pão de Açúcar, ela seria talvez encontrada, iniciando novo ciclo de indagações.

Então, redobrava de cuidados, com receio de, por minha vez, perder a coisa perdida; ninguém me censuraria por isso, a não ser eu mesmo, pois a bolsa crescia em mim, cobria-me de imperativos morais, comandava-me. Sentia-me “homem do embrulho”, vagamente suspeito à polícia.

Quando de repente, um mês depois, na rua Uruguaiana, dou de cara com Andreia. Ela mesma, como a vira de perfil e a decorara de retrato.

— É a senhorita Andreia de Poggia?

Não disse que sim nem que não; olhou-me com naturalidade, como se me conhecesse ou me esperasse; apenas murmurou:

— Será que o senhor?...

— Exatamente. Encontrei sua bolsa. Aqui está.

— Ah, obrigada! Eu tinha certeza de que ela voltaria, sabe? Sou espiritualista. Com licença.

E abrindo-a sem cerimônia, o que me chocou um pouco, remexeu até encontrar a agenda e retirar dela a reprodução do desenho.

— Felizmente aqui está ele!

Perguntei-lhe a quem se referia, pois a figura era feminina, de cabelos compridos.

— Não senhor, é o meu guia, um príncipe hindu, de cabelos longos. Veja que nobreza!

— Tenha a bondade de contar o dinheiro — pedi-lhe, constringido.

— Não precisa, confio em seu cavalheirismo. O essencial para mim é o retrato do guia. Eu não podia perdê-lo. Mas tinha certeza de que voltaria.

— Escute, d. Andreia...

— Não sou Andreia, interrompeu-me suavemente. Meu nome é Rita Peixoto, comerciária, sua criada.

— Então aquela carteira?

— Bem, de vez em quando a gente gosta de ir a um cineminha, o senhor compreende...

Compreendi; as carteiras de estudante são para isso. Conte-lhe então os problemas de consciência que me assaltaram por causa de sua bolsa, os esforços por descobri-la.

— Está vendo? Foi o meu guia que agiu em tudo isso. Me fez perder a bolsa para que o senhor se aproximasse mais da humanidade. Agora está explicado!

Separamo-nos, felizes; ela, com o retrato do guia; eu, livre da bolsa, e determinado a não pegar mais nada que encontre em lotação.

Era manhã nova, quando ele telefonou, a voz enfiada:

— Aída Isabel acabou de nascer!

No entressono, que sabia eu de Aída Isabel, como podia avaliar o ato de responsabilidade que ela cometera?

— Quem?

— Aída Isabel. Agora mesmo!

— E é forte, bonita?

— Não sei não senhor. Ainda não pude ver.

Estranhei que a um pai fosse defeso espiar sua filha. Explicou-me que o regulamento era dureza, mas ele daria um jeito. E de fato, mais tarde, comunicou-me que conhecera afinal Aída Isabel.

— Como é que você entrou?

— Por baixo. A dona da portaria estava de costas, lendo jornal, eu me agachei e passei juntinho dela, debaixo do balcão.

Sorria ao contá-lo, pois gosta dessas experiências marotas, e se pudesse ir ver a filha ao jeito comum, perderia o sabor.

— Era para ela chegar na semana passada, internei Lucinha no Hospital dos Servidores, à noite a criança cismou de atrasar, as dores pararam. Então o médico disse que carecia desocupar o leito, o funcionalismo está assim de menino fazendo fila para nascer. Voltamos para Olaria, desapontados. Na noite seguinte, acordamos com um estrondo, lá longe; os vidros da casa retiniram. Eu disse comigo: é agora. A explosão de Deodoro ajudou. Pedi a Lucinha que aguentasse firme até o dia clarear. Voltamos ao hospital, não havia vaga, mas eles foram camaradas, mandaram a gente para uma casa de saúde em Botafogo, negócio alinhado, valeu a pena. Só que não recebe visita. Pessoa da família nem nada.

— Então não posso conhecer Aída Isabel.

— Daqui a uma semana o senhor vai lá em casa e conhece. Damos uma reuniãozinha, bebe-se um chope.

Lembrei-me de que há dez meses, em Olaria, numa reuniãozinha ao ar livre, entre vasos de begônia, com uma cunhada portuguesa muito alegre, mas que não queria cantar fado, uma discussão sobre futebol, Ema d'Ávila e outras matérias, e um cachorro pacato dormindo ao sol, tínhamos bebido uma chopada comemorativa do casamento daqueles dois. Eu fora testemunha dele, no civil. Em dez meses, Aída Isabel se fizera e agora vinha ocupar um lugarzinho em Olaria, era um fato novo, no caminhar sorrateiro da vida.

O Brasil tinha 72 850 416 habitantes? Hoje tem 72 850 417. A situação se modificou, o casal tomara providências. Aída Isabel prepara-se para fazer alguma coisa, rara ou comum, ela ainda não sabe. Na dinâmica do país, uma força obscura se delineia, e como fui testemunha do desposório, dou testemunho do seu primeiro resultado, nesta fase inquieta da nacionalidade em busca de novos rumos políticos e sociais. Gostaria que todos tivessem acrescentado alguma pequenina riqueza ao país, neste período. O governo deu duro? Fizeram-se descobertas, escreveram-se livros, criou-se? Ou apenas trabalharam os casais novos?

Aída Isabel, não vou transmitir nenhuma palavra de ordem. Você será moça num Brasil tão diferente deste meu (já assisti a dois ou três brasis, em quarenta anos) que nem sei o que poderia servir-lhe de instrução para trabalhos e sonhos. Tudo está sempre por acontecer de novo e pela primeira vez. Cresça, Aída Isabel, e floresça. Estamos muito precisados de flores, de moças e de vir-a-ser.

1958

Quando me deitei, à meia-noite, os preços estavam à altura do pescoço. “Bem, terei sete horas de trégua”, pensei comigo, e o sono neutralizador afundou o quarto e os números numa escuridão paralítica.

Acordando à primeira tinta da aurora, notei com assombro que os preços haviam subido oitenta centímetros, e para verificá-los tinha eu de subir à cadeira de estimação deixada por minha avó; cadeira que me coubera em legado, com a cláusula de jamais ofender-lhe o veludo carmesim.

“Vão-se as alfaias de família, disse comigo, mas que importa?”, e pisando-lhe o estofado imperial, dispus-me a anotar os preços no canhenho já eriçado de algarismos velozes. Mas quando ia anotá-los, deram um salto elástico e, claramente, à minha vista, sem que eu pudesse esboçar o gesto de contê-los, foram bater no teto.

A batida repercutiu em meu coração diagramado, e a poeira descendente me recobriu as feições. Os preços, daquela altura prestigiosa e para mim incomparável, pois que era o céu de minha habitação, acintosamente me contemplavam — e eu a eles não os distinguia.

Aborrecido, deixei o quarto de espantos e fui a meu centro de operações. Lá, esperava-me a mesa farta de cédulas acumuladas, lisas e amarelas, impressas um momento antes, e que meu amo me ofertava com um discurso: “Sei do que se passa, estou a teu lado; chegam trinta milhões?”. Providenciei o transporte daquela montanha pintada para um caminhão; mas ao chegar a meu destino, o valor da carga não dava para pagar metade do frete.

Discutíamos, eu e os condutores do veículo, sobre a maneira de converter em dívida hipotecária a longo prazo o importe do carroto, enquanto, na rua, imensa mesa em forma de laranja estava provida de copos de água gelada, e em torno dela os notáveis da terra discutiam o problema da composição dos preços e das 527 maneiras de baixá-los, ou detê-los. Fiz-lhes sinal para que se calassem, pois eu não escutava bem o que meus credores me diziam a respeito da pena convencional, mas eles continuavam a debater, e debatendo sorviam goles de água, e nos intervalos admitiam que, sendo humanamente impossível frear os preços, e quimera maior reduzi-los, era mister autorizá-los a subir, para que não subissem fora da lei e dos bons costumes.

Ergui a cabeça, e vi que sobre minha casa sem telhado os preços, sim, os preços, lá em cima, balões verticalmente ativos, desafiavam qualquer leitura.

Lembrei-me de um primo aviador e corri no seu encaço, para que, do bojo de sua máquina, perseguíssemos os balões. Ele me investiu no capacete

marciano e demais equipamentos adequados, mas para além dos planetas e para fora das regiões onde a energia dormita e o mundo é começo de organização, para lá do vivo e do possível, os preços subiam e, subindo, subiam mais. O ruído da ascensão semelhava um riso escarninho — se bem que úmido, talvez sabendo a lágrima.

Sendo vã a porfia, roguei ao piloto que baixasse. Na Terra, os sábios e os técnicos da mesa-redonda chegavam a entendimento. Uma vez que os preços se haviam libertado de todas as leis físicas, era como se não existissem: “Os preços acabaram, não há mais preços”. Tudo voltou à calma, pastosa e coagulada calma, na rua e no mundo.

“Você me pede notícias do Rio e dos acontecimentos, mas eu só posso contar-lhe de minha praia. Não pense que comprei uma: a que eu habito é de todos, e cada um a possui a seu modo. Questões de limites, não as temos; vinte centímetros de separação entre as barracas dá para que os vizinhos se ignorem oficialmente, como se fossem antípodas. Com o evolver do sol, os círculos de sombra se vão convertendo em elipses, o proprietário vê fugir-lhe a propriedade, vai afinando, afinando, mas ele não faz um gesto para detê-la. Nosso bem maior é o ar, e sua disponibilidade; e em conexão com o ar, a massa líquida em que abrimos apenas um sulco de homem, logo fechado. Ar, água e areia: eis nosso reino, que dá para milhões.

À força de matinar-mos diante do mar, fomos nos desligando dos fatos urbanos, nacionais e internacionais; por isso não o informo do que se passa lá longe, isto é, para dentro da calçada da avenida Vieira Souto; este boletim é estritamente praiano, e até que não padece falta de assunto. Nossos assuntos, virados e revirados como seixos rolantes que se tornam cada dia mais polidos e aptos a refletir e concentrar a chispa do sol, são os que realmente interessam à pequena comunidade de que me tornei humilde fragmento. Assim, não discutimos dinheiro, política, mulher, átomo e outras matérias de igual aspereza. Nosso assunto primo é a temperatura da água, como está hoje, em comparação com ontem e anteontem e com o dia mais ou menos remoto em que estava um gelo antártico ou um vulcão em serviço, você se lembra, ah não, o dia em que esteve mais gelado em minha vida foi há dois anos, 24 de fevereiro, saí com cãibra na alma etc... É muito importante saber se a água está boa; e em seguida, esticar-se na areia e deixar que ela continue assim ou mude, tanto faz.

Se a água está limpa, é outro ponto de alta indagação, que não deixa de nos preocupar, e há de haver sempre alguém contando que já viu boiarem longas placas de azul-veronês, vermelho sangue-de-boi ou camisa americana, e outras tintas; como quem viu o mar todo preto, carvão diluído, que aderiu à pele e nem a lixa mais raspante o descarvoava; o que se lamenta é a sujeira comum, embora rara nestas paragens: papel de jornal, invólucros de sorvete, roupa em trapos, ossos de despacho, para só falar do sujo contável, que o outro... Emigrados de postos distantes contam que certa onda de graxa chegara até eles, onda que certa manhã se detivera em nossas paragens, lembrando navio submerso. Interessa-nos o movimento geral das praias, e a interligação dos fenômenos.

Também nos importa o que o mar traz consigo até a arrebentação, coisas tão várias e próprias de seus armazéns, como a enorme arraia cor de lona de circo, que admiramos ainda viva, debatendo-se, rabeando, protestando. Os mais naturalistas assistiram à demolição do bicho, lenta carnagem; o rabo foi devolvido ao mar alto, por dois homens que nadaram com um só braço, empunhando o troféu, enquanto a carcaça era arrastada majestosamente por um trator, praia afora.

Idem nos importamos muito com o grau de nossas respectivas combustões pigmentares, e esse (ou essa) eleva a coxa, aponta as espáduas, demonstra a linha branca. Sentimos a infinita e intransferível importância do nosso corpo pessoal, sabemos-lo feliz, e a felicidade interior vai de arrastão, se é que alguém a procura ainda. Os corpos são pedaços móveis de um todo verde, moreno, quente, ventoso, salino. Confesso que não desdenhamos de todo as propriedades femininas de alguns desses corpos, indolentemente expostos e intocáveis. São elementos do universo, que se destacam, mas sempre dentro da natureza, e não do sensual urbano.

Também a literatura é rigorosamente proscriita. Um noviço, que murmurava: "*La mer, la mer toujours recommencée...*", foi lançado na água, de ponta-cabeça, e até hoje não deu notícia.

As notícias confusas que têm aparecido sobre o Edifício Massepain, da rua Barão de Arrelia, levam-me, na qualidade de seu morador, com livre acesso aos canais de informação, a produzir alguns esclarecimentos públicos sobre o assunto. Sei que o Massepain não é mais do que um dos edifícios cariocas cujo desmoronamento se espera para breve, e isso não faz muita diferença. Contudo, o interesse natural pela sorte de um imóvel tão ligado à existência deste jornalista, e certa curiosidade pelos fatos sociológicos, justificam este depoimento.

Antes de mais nada, observe-se que o Massepain é um edifício como outro qualquer. Nem bonito nem feio, que considerações de beleza não entram na ruminção do sistema imobiliário vigente. O edifício pode ser bonito como elemento a mais de caracterização, para fins publicitários, ou por mero acaso da bossa estética do arquiteto, mas beleza não lhe dá nem lhe tira rentabilidade. Também não é feio de propósito. O nosso não é menos sólido que os outros, como a Imobiliária Pavão, rival da nossa firma construtora, anda assoalhando. Nada tem de constitucionalmente estranho, cambaio ou fadado à ruína. Se porventura cair (não boto a mão no fogo por ele), a causa que os senhores peritos deverão pesquisar entre os escombros, como ainda hoje a estão garimpando entre os cacos do São Luís Rei, não é o traço ralo de cimento, nem a má preparação do solo, nem outro qualquer motivo físico com que se costuma explicar a queda das novas construções no Rio de Janeiro.

O Massepain está ameaçado de virar notícia pela dissensão intestina de seus moradores. As três alas do edifício não se suportam. A princípio eram apenas indiferentes umas às outras, e cada qual vivia o seu destino fechado, o que já é mau começo. Houve tentativas de comunicação — a bicicleta de um garoto, emprestada a outro, o *soutien* caído da área de serviço e devolvido à sua dona, até mesmo sorrisos no elevador — mas a boa disposição não vingou, e os vizinhos entraram a detestar-se cordialmente, como poderiam cordialmente estimar-se, com a mesma despesa de emoção. Um “assustado”, não mais que um “assustado”, como diria o poeta, no *119* andar, fez com que as hostilidades se desencadeassem oficialmente. Não convidados protestaram — fazendo barulho — contra o barulho reinante, senhoras idosas rolaram a pescoções escada abaixo, uma navalha luziu, a radiopatrulha compareceu, antes não comparecesse. O epílogo é que hoje estamos em estado de guerra, declarado oficialmente pelo síndico, e nos preparamos, na ala B, para rechaçar a qualquer hora da noite o ataque preparado pelos condôminos da ala C, com frente para a

rua Santa Bárbara, enquanto os moradores da ala A, voltada para a avenida Verdun, esperam talvez o desfecho da luta para se atracarem com o vencedor, se houver.

O ódio reinante na casa, se assim podemos chamá-la, afetou-lhe gradativamente a estabilidade. A princípio eram vidros quebrados, depois corredores obstruídos para servir de trincheira. Agora, são paredes que racham ou aluem, e o Massepain ora se inclina para leste ora para oeste, conforme o dispositivo das forças e sua movimentação. Os alicerces ameaçam ceder. Esta, a causa dos desabamentos na cidade — alguns prévios, como se os materiais quisessem antecipar a ação dos moradores, ou tivessem medo deles.

O sociólogo Gilberto Freyre conta de botijas de ouro e ossos de escravos supliciados, que se encontravam nas paredes ou entre os alicerces das casas-grandes nordestinas. Nossos edificios revelarão talvez fragmentos congelados de rancor, ou dessa outra substância refratária a qualquer liga, a que se dá o nome de incompreensão. Como se vê, o assunto interessa igualmente à história da construção civil e à das relações de grupos no país.

Passar quatro dias e quatro noites em casa, vendo o Carnaval passar; ou não vendo nem isso, mas entregue a uma outra e cifrada folia, que nesta Quarta-Feira de Cinzas abre suas pétalas de cansaço, como se também tivéssemos pulado e berrado no clube. Não ligar televisão, esquecer-se de rádio; deixar os locutores falando sozinhos, na ânsia de encher de discurso uma festa à base de movimento e de canto. Perceber apenas o grito trêmulo, trazido e levado pelo vento, de um samba que marca a realidade lúdica sem nos convidar à integração. Beneficiar-se com a ausência de jornais, que prova a inexistência provisória do mundo como arquitetura de notícias. Ter como companheiro o irmão gato Crispim, exemplo de abstenção sem sacrifício, manual de silêncio e sabedoria, aventureiro que experimentou a vertigem da luta livre nos telhados e homologa a invenção da poltrona. Penetrar no vazio do tempo sem obrigações, como num parque fechado, aproveitando a ausência de guardas, e descobrindo nele tudo que as tabuletas omitem. Aceitar a solidão; escolhê-la; desfrutá-la. Sorrir dos psiquiatras que falam em alienação do mundo e recomendam a terapêutica de grupo. Estimar a pausa como valor musical, o intervalo, o hiato. O instante em que a agulha fere o disco sem despertar ainda qualquer som. Andar de um quarto para outro sem ser à procura de objetos: achando-os. Descobrir, sem mescalina, as cores que a cor esconde; os timbres entrelaçados no ruído. Olhar para as paredes, ou melhor: olhar as paredes, em torno dos quadros. Sentir a casa como um todo e como partículas densas, tensas, expectantes, acostumadas a viver sem nós, à nossa revelia, contra o nosso desdém. Habitar realmente a casa, quatro dias: como ilha, fortaleza, continente: infinito no finito. Reconsiderar os livros; arrumá-los primeiro com método, depois com voluptuosidade, fazendo com que cada prateleira exija o maior tempo possível; verificar que é preciso antes tirar a poeira de um, remover a boba capa de celofane que envolve a encadernação de outro. Rer dedicatórias; abrir ao acaso livros de poetas que preferimos e que infelizmente não são os mais modernos nem os mais célebres; copiar meia estrofe por onde corre um arrepio verbal; separar volumes que não nos falam mais nada e que devem tentar seu destino em outras casas. Sentir chegada a hora dos álbuns de pintura com pouco ou nenhum texto, e dos volumes iconográficos que nos contam Paris ou a vida de Mallarmé. Viajar em fotografias; sentir-se imagem flutuando entre imagens; a terra domesticada em figura, tornada familiar sem perda de sua essência enigmática. Reconhecer que muitos livros comprados a duras penas, pedidos ao estrangeiro ou longamente mineirados nos sebos, não têm mais do

que essa oportunidade de comunicação durante o ano; deixar que fiquem a sós conosco e nos confiem seu segredo. Admitir a fome, sem exigência de horário, e matá-la com o que houver à mão; renunciar à ideia de almoço e jantar, em reverência ao sagrado direito que assiste a todos, inclusive e principalmente às cozinheiras, de brincarem o seu Carnaval; achar mais gosto nessa comida, porque não é a regulamentar nem é seguida de nada: todas as obrigações estão suspensas, e só valem as que soubermos traçar a nós mesmos. Descortinar na preguiça um espaço incomensurável, onde cabe tudo; não enchê-lo demais; devassá-lo à maneira de um explorador que não quer ser muito rico e tanto sente prazer em descobrir como em procurar. Assim vosso cronista passou o Carnaval: sem fugir, sem brincar, divertido em seu canto umbroso.

À hora do almoço, Cristiano Machado, no tom diplomático que o caracterizava, recomendou-nos: “Telefonem para suas casas avisando que hoje não poderão ir almoçar. Comerão qualquer coisa aqui mesmo”. E mais não disse nem lhe foi perguntado. Era na Secretaria do Interior, prédio imponente da capital mineira. O ano, 1930. O dia, 3 de outubro. Ficamos por ali mastigando sanduíches e reparando que começava a entrar gente em ritmo e quantidade destoantes do normal: oficiais da Força Pública, políticos e mesmo desconhecidos. Alguns destes eram recebidos com atenções especiais, e a eles se juntariam outros, nos dias seguintes. Não tardou que os identificássemos: chamavam-se Pedro Ernesto, Osvaldo Cordeiro de Farias, Temístodes Cavalcanti, Aristarco Pessoa, Delso Fonseca, Falconieri, quem mais. Já não era possível ignorar: uma coisa muito grave ia acontecer, estava acontecendo. Falara-se tanto nessa coisa, aos brados, em jornais e comícios, e sucedera uma calma tão profunda em setembro, que ninguém mais pensava ou parecia pensar nisso. E de repente estourava. Cristiano, Secretário do Interior, dava ordens em misteriosa surdina. Seu irmão Otávio, oficial reformado da Marinha, sem função no gabinete, entrava a desenvolver febril atuação. O dia passava em calor, boatos, telefonemas nervosos, corre-corre. Alguém chegou com a notícia de que a central telefônica fora ocupada pelos nossos soldados; correio e telégrafo, idem; numa das repartições federais, a guarda resistira e levava bala. O coronel Andrade, comandante da tropa federal, entrava preso no grande salão de audiências, de decoração pesada e lustroso lambril negro. Fora surpreendido em sua residência, à tarde, sem tempo de correr ao quartel do 12º R. I. para lançar a tropa contra o governo estadual rebelado. Vinha calmo, meio desdenhoso, como quem soubesse que dali a pouco entraria em movimento o dispositivo militar da região, com sede em Juiz de Fora, e nossos pruridos revolucionários seriam castigados como birra de criança. Mas o quartel do 12º estava cercado por batalhões mineiros, era um grande corpo sem cabeça. Instalado numa poltrona, o coronel sofria a pressão de Cristiano, Mário Brant, Odilon Braga e outros, para que telefonasse ao 12º ordenando a rendição: o Brasil inteiro se levantara contra o governo Washington Luís, do Rio Grande do Sul a rebelião vinha em termos de minuano irresistível, o Norte descia em tropel. Alguém falou-lhe sério: “Coronel, se dentro de meia hora o quartel não se render, será bombardeado pela nossa aviação”. “Que aviação, doutor?”, retrucou ele, escarninho. Bem, era preciso atacar, mesmo sem aviões, e das alturas floridas da praça da Liberdade, ao entardecer, pudemos ouvir, estupefatos, o primeiro

papocar das metralhadoras, tudo se transfigurou subitamente em guerra, sujeitos ativos arrecadaram revólveres e binóculos nas casas comerciais e levaram para a Secretaria esses petrechos indispensáveis à nossa condição de guerreiros; surgiram lenços vermelhos, e na confusão o menor amanuense ganhava ares de tenente revolucionário. Nosso pasmo se dirigia à figura de Olegário Maciel, o bom velhinho que estava na presidência do estado e que com setenta e tantos anos se metia em tamanha enrascada, sacrificando a maciota de quatro anos de governo. A seu lado, Capanema redigia comunicados flamívoros, que abrasavam os municípios, sempre dóceis à voz que desce do Palácio da Liberdade. Na Secretaria do Interior, Mário Casassanta compunha boletins informativos, dando conta de nossas vitórias. Um habilidoso, creio que Alkmim, encontrou a maneira de dar o noticiário da revolução no austero *Diário Oficial*, adotando este título: “Pela restauração republicana”. O 12º R. I. resistiria alguns dias, cedendo afinal: em torno ao quartel, cavalos apodreciam, imensos; lá dentro faltavam víveres, a água das torneiras jorrava colorida de azul de metileno, Washington Luís não conseguira despachar reforços.

Aconteceu há 29 anos, e a República ainda não acabou de ser restaurada — se é que foi instaurada alguma vez.

— Legal — exclamou o lambretista do Posto 6, quando lhe contei que no Bairro de Fátima se fundara a Associação de Lambretistas. — Agora não estamos abandonados em meio à população hostil, sem ninguém que puna pelos nossos direitos. Mas é sindicato, no duro?

— Isso também não. É um grêmio recreativo, cultural, assistencial, uma espécie de clube, como há milhões.

— Então não resolve. Em todo caso, tem carteirinha?

— Claro.

— Quantos por cento no cinema: noventa?

— Não sei.

— Vai ver que é a mesma tabela de estudante, uma micharia. Com *Os amantes* a cinquenta pratas, como é que pode?

— Bem, é um detalhe.

— Detalhe, vírgula. Vocês velhinhos vivem se queixando de que nós fazemos barulho. Quando a gente vai ao cinema, o barulho descansa, então por que não dão entrada de graça pra gente? É negócio.

— Talvez.

— Outro troço que essa associação deve resolver: uma garaginha no cinema, para lambretas. Não temos a menor garantia. Se vivem furtando carro, imagine o que não acontece com as nossas maquininhas!

— Mas você acha que o dono do cinema deve arcar com essa despesa?

— E o senhor acha que a turma pode ir ao cinema sossegada, sabendo que lá fora está assim de aspirante a lambretista, de olho em nossas lambretas? Ou quer que nós entremos de lambreta na sala de projeção? Se quer, eu entro.

— Não faça isso.

— Não faça isso, né? Então tome conta da bichinha. É porque o senhor não sabe o trabalho que dá ter lambreta. O sacrifício que custa.

— Avalio. A começar pelo preço.

— Preço é o de menos. Pai tem obrigação, não tem? Falo é na chateação que dá pra gente. Rapaz de lambreta não tem folga. A tal da associação precisava cuidar também da educação das garotas.

— Como é?

— Deviam ser proibidas de avançar, tudo tem limite! Minha lambreta é uma só, não dá vazão. Tem dias que o cara gosta de passear sozinho, só espiando, não deixam. Não é bafo não, estou falando sério.

— Ora, vocês deviam ficar satisfeitos com isso.

— É porque o senhor não tem lambreta. E sabe da maior? Muitas só querem mesmo é condução. Aquela animação toda, aquele rebolado, vai ver: é golpe. Carona para o colégio, até para a missa da tarde na igreja, tá bom?

— Jovem, olhe o Banco da Providência, que custa dar um lugar na sua lambreta?

— Vou pensar nisso. Mas antes tenho de pensar na defesa da classe. Em primeiro lugar, seguro contra acidentes. Pedestre é um perigo! Já não falo nesses automovinhos que andam por aí, botando banca e metendo os peitos. Temos de reivindicar nosso espaço vital nas ruas e nas áreas de estacionamento. O automóvel está superado. Hoje é lambreta ou lunique.

— Outras ideias?

— Fundar o Partido Lambretista Brasileiro e apresentar candidatos a todos os postos, eletivos ou de nomeação, a começar por estes. Sem representação e participação do lambretismo na vida nacional, este país não sai do subdesenvolvimento. Será que a associação está à altura deste programa?

— Não garanto. Sei é que, no programa divulgado pelos jornais, tem um item assim: Procurar convencer os lambretistas de que as lambretas não devem, normalmente, trafegar depois das 22 horas...

— Palhaços!

1. E o Senhor, vendo que os homens não melhoravam, antes se tornavam piores, decidiu mandar-lhes uma chuva de advertência; e com isso lhes manifestava seu enfado, e que outro dilúvio não estaria fora de suas cogitações.

2. E a chuva começou a cair, a princípio alegre com seu destino de chuva; insistente, depois, e zangada, fazendo aluir a morada dos homens.

3. E os caminhos se encheram de lama, e na lama passavam cadáveres de criancinhas com suas bonecas; e também boiavam corpos de velhos e de moços na eflorescência do amor.

4. E as águas cumpriram seu serviço e se retiraram ao cabo de um dia; e ficou sobre a terra uma dor feita de mil dores.

5. Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe; e concluíram que todo mal provinha de certas povoações altaneiras, desligadas do corpo social, e a que se dava o nome de favelas.

6. As quais, dependuradas na crista e no declive dos morros, vertiam sobre a cidade, com algumas notas de música, seus detritos e sua miséria, travando o escoamento das águas.

7. E individualmente se chamavam Querosene, Escondidinho, Pasmado, Martelo, Pretos Forros, Cabrito, Vintém, Cantagalo, Curral das Éguas, Nheco, Borel, Esqueleto, Catacumba e apelativos que tais.

8. E mereciam ser destruídas; pelo que se escolheu a Favela da Catacumba, de nome exemplar, para ser arrasada primeiro que as outras, e das outras a hora soaria a seu tempo.

9. E milicianos, na calada da noite, subiram até lá e arrasaram-na, ateando fogo aos escombros; e os sábios se persuadiram de que haviam acabado com a causa primeira da enchente.

10. Embora não houvessem acabado com a causa maior das favelas; e os favelados foram recolhidos a uma casa de boa vontade, enquanto seus pertences tomavam rumo de uma praça de jogos, Maracanã chamada.

11. E havendo entre esses alguns tamboretas e cadeiras, bem podiam ser aproveitados para assento de amadores das grandes justas de atletas, que eram a glória da cidade.

12. E reinou sobre o morro um silêncio catacumbal, que nem a voz de um papagaio bicava.

13. E seus antigos moradores, depois de alguns dias na casa de asilo, subiram a outro morro ainda virgem e lá plantaram seus fogos e entoam sua música.

14. E outra vez choverá o aborrecimento de Deus, e eles serão responsabilizados, expulsos, apartados de seus bens, e descobrirão novos terrenos de cume, de onde voltarão a ser tangidos.

15. E milicianos em número crescente desalojarão ainda mais numerosos catacumbeiros.

16. A menos que o Senhor, em sua ira, se lembre de consumir a ameaça e promova a magna chuva final.

17. Da qual ninguém escapará; e depois dessa ninguém será acusado e molestado por ninguém.

18. A menos que, a poder de palavras e sutis manobras, os sábios consigam desviar a atenção do Senhor para outros mundos ainda mais errados que este.

Trabalhávamos no mesmo andar, em salas diferentes, para o mesmo patrão impessoal, e apenas nos víamos de passagem, um dia ou outro. O cumprimento de cabeça resumia nossas relações. Pedi-lhe uma vez que me decifrasse a letra alemã de uma canção de Caymmi. Seu português era estropiado, quanto à construção e à prosódia, apesar do longo tempo de Brasil. Exprimia-se melhor em formas e linhas. Escultor laureado, desenhista de traço exato, vivia à margem dos grupos que se chocam ou se exibem na passarela. Era considerado “moderno”, até o dia em que o Salão dito moderno lhe impugnou os trabalhos. Era principalmente solitário, fechado em si, canhestro, desengonçado em sua pobreza, vagamente áspero.

Que é que eu pensava dele, depois de tantos anos de cumprimentos no elevador, e de duas ou três frases sem conteúdo afetivo? Nada. Um nome estrangeiro, a presença quase estrangeira em sua frialdade.

E chegando ao trabalho me dizem que ele morreu na véspera. Sabia-o doente, imaginei a morte comum e nivelada, na cama, entre injeções. Não fora assim. Era domingo sem sol, desses que o jornal anuncia com a informação: “Não haverá praia para o carioca”. Para um europeu haveria sempre praia, e ele, metido no *short*, lá se foi ao mar de Ipanema, onde eu o figuraria calado, mirando o volume dos corpos, a composição plástica das nuvens, ou apenas e animalmente fruindo a água e o vento alheio ao resto do mundo, este que se danasse.

Eis que alguém está se afogando naquele mar difícil, e ele se atira para salvar o desconhecido. Bom nadador, logo o consegue. Mas já de volta à areia, enquanto o outro se recupera, o esforço físico o abate, e ele falece a caminho do Posto de Socorro do Lido, na ambulância. Tinha 62 anos, o coração não resistiu à prova. (O médico lhe recomendara tanto que não se gastasse, nem sequer jogasse peteca.)

Passa então a ser um cadáver de indigente, com destino certo para a Faculdade de Medicina, pois não tem parente algum no Rio. É aí que a repartição, alertada, toma conta dele, torna-se sua família, luta com as autoridades para vestir o corpo e sepultá-lo. Seu pequeno apartamento fora interditado pela polícia, já se passaram 24 horas, e o delegado não chega, para autorizar a entrada no domicílio do morto. Afinal o comissário se compadece, abre-se a porta, o melhor terno vai substituir o *short*, e, depois da autópsia, no triste, vulgar e sinistro Instituto Anatômico, sob flores, o cadáver parece transbordar um pouco do caixão, como se o gesto final de sacrifício lhe

aumentasse a dimensão humana.

Quatro mulheres, de idades diferentes, cercam-no em silêncio. É outra pequena família que se forma, e que irá dissolver-se daí a pouco. Não há como as mulheres para virem, não se sabe de onde, pousarem um instante junto a alguém imóvel, criarem em torno dele uma atmosfera de carinho, que a simples solidariedade dos homens não saberia compor. A mais jovem alisa as mãos cruzadas do escultor, beija-as suavemente, pede que não fechem tão depressa o caixão. O pequeno grupo se movimenta, há um cadeado que falta e que é procurado e achado entre as flores. Quase ninguém soube, os jornais não noticiaram, o fluxo geral não mudou o seu ritmo, enquanto um homem dava sua vida para salvar a de um desconhecido, e esse homem era um artista, espécie de gente muito afeita ao egoísmo, na opinião dos entendidos.

O terceiro-secretário telefonou, aflito, para o segundo-secretário:

— Argemiro, meu caro, preciso que você me empreste seu fraque. O meu não ficou pronto, o presidente Gronchi vem aí, e estou praticamente nu, com esse atraso do alfaiate.

— Você teve sorte, Amadeu. Não fui escalado para nenhuma cerimônia de fraque, no programa. Do contrário, não lhe poderia ceder esse instrumento de trabalho. Mande buscá-lo.

E o fraque foi trabalhar. Fraques, casacas, *smokings*, *summers*, fardões, primeiros-uniformes trabalharam muito durante os dias em que o Brasil contou com a grata presença do presidente italiano. Tão grande era a movimentação de visitas e recepções, que o Itamarati, para extrair o máximo de rendimento de seus colaboradores, lhes alugou um apartamento no Copacabana Palace, onde pudessem trocar de roupa entre dois compromissos: não havia tempo para fazê-lo em casa.

Gronchi foi-se embora, a vida voltou ao normal, e o fraque do Argemiro custou um pouco mas regressou a seu proprietário, com os agradecimentos do colega. E daí por diante não teve ensejo de ser usado. Até que, outro dia, com a próxima visita da duquesa de Kent, avisado de que deveria preparar-se, Argemiro foi ver se a peça estava em condições. Verificou que junto ao bolso interno do fraque estava escrito, com letras caprichadas:

Juscelino Kubitschek

Qualquer pessoa, mesmo que não pertença ao serviço diplomático, pode avaliar a surpresa, o estupor do segundo-secretário. Conservar em seu poder — como pode ser, meu Deus — uma peça do enxoval do primeiro magistrado da nação, era terrível. No Catete, dariam pela falta do fraque, polícia, escândalo, carreira estragada para sempre. Argemiro viu tudo rápido, e medonho. Correu ao telefone:

— Amadeu, que brincadeira é essa que você me arranjou? Me mandar o fraque do....

— Do quem?

— Não posso dizer o nome pelo telefone, venha aqui em casa imediatamente.

Amadeu foi e, por sua vez, quase caiu duro. Não fora autor da gaiatice, um medo maior o invadiu: tudo iria cair nas suas costas de *small fry*, como costuma

chamar-lhe o Marcos André. Era muita desgraça para um terceiro-secretário. Depois de longa conferência com Argemiro, Amadeu foi expor o caso, confidencialmente, ao dr. Sette Câmara, no Catete. Este o aconselhou a procurar o mordomo do palácio.

O mordomo, a princípio, supôs que tratava com um louco manso, porém ansioso. Afinal, embora incrédulo, condescendeu em dar uma busca no guarda-roupa presidencial. Efetivamente, faltava o fraque de S. Exa., mas em seu lugar havia outro do mesmo tamanho, obra do mesmo alfaiate, com esta marca:

Argemiro Markovski

E logo as coisas se iluminaram. O presidente também havia tomado aposentos no Copa, cedendo a mansão das Laranjeiras ao nosso hóspede ilustre. A lavanderia do hotel, ao passar as roupas, na afobação daqueles dias, teria feito inadvertidamente a troca.

À hora coloquial da barba do presidente, o mordomo fez-lhe a comunicação:

— Excelência, um fato desagradável. Trocaram o seu fraque pelo de um tal dr. Argemiro Markovski, do Itamarati...

— Argemiro Markovski? — perguntou JK, interessado, fazendo sinal ao barbeiro para deter-se. Mas eu conheço esse nome! É o dono do meu melhor *smoking*. Bem, pode destrocar o fraque, mas diga a ele que tenha paciência, não peça para destrocar o *smoking*, pois o dele foi o que me assentou mais até agora!

Era conferente da Alfândega — mas isso não tem importância. Somos todos alguma coisa fora de nós; o eu irredutível nada tem a ver com as classificações profissionais. Pouco importa que nos avaliem pela casca. Por dentro, sentia-se diferente, capaz de mudar sempre, enquanto a situação exterior e familiar não mudava. Nisso está o espinho do homem: ele muda, os outros não percebem.

Sua mulher não tinha percebido. Era a mesma de há 23 anos, quando se casaram (quanto ao íntimo, é claro). Por falta de filhos, os dois viveram demasiado perto um do outro, sem derivativo. Tão perto que se desconheciam mutuamente, como um objeto desconhece outro, na mesma prateleira de armário. Santos doía-se de ser um objeto aos olhos de d. Laurinha. Se ela também era um objeto aos olhos dele? Sim, mas com a diferença de que d. Laurinha não procurava fugir a essa simplificação, nem reparava; *era* de fato objeto. Ele, Santos, sentia-se vivo e desagradado.

Ao aparecerem nele as primeiras dores, d. Laurinha penalizou-se, mas esse interesse não beneficiou as relações do casal. Santos parecia comprazer-se em estar doente. Não propriamente em queixar-se, mas em alegar que ia mal. A doença era para ele ocupação, emprego suplementar. O médico da Alfândega dissera-lhe que certas formas reumáticas levam anos para ser dominadas, exigem adaptação e disciplina. Santos começou a cuidar do corpo como de uma planta delicada. E mostrou a d. Laurinha a nevoenta radiografia da coluna vertebral, com certo orgulho de estar assim tão afetado.

— Quando você ficar bom...

— Não vou ficar. Tenho doença para o resto da vida.

Para d. Laurinha, a melhor maneira de curar-se é tomar remédio e entregar o caso à alma do padre Eustáquio, que vela por nós. Começou a fatigar-se com a importância que o reumatismo assumira na vida do marido. E não se amolou muito quando ele anunciou que ia internar-se no Hospital Gaffrée Guinle.

— Você não sentirá falta de nada, assegurou-lhe Santos. Tirei licença com ordenado integral. Eu mesmo virei aqui todo começo de mês trazer o dinheiro. Hospital não é prisão.

— Vou visitar você todo domingo, quer?

— É melhor não ir. Eu descanso, você descansa, cada qual no seu canto.

Ela também achou melhor, e nunca foi lá. Pontualmente, Santos trazia-lhe o dinheiro da despesa, ficaram até um pouco amigos nessa breve conversa a longos intervalos. Ele chegava e saía curvado, sob a garra do reumatismo, que

nem melhorava nem matava. A visita não era de todo desagradável, desde que a doença deixara de ser assunto. Ela notou como a vida de hospital pode ser distraída: os internados sabem de tudo cá de fora.

— Pelo rádio — explicou Santos.

Um dia, ela se sentiu tão nova, apesar do tempo e das separações fundamentais, que imaginou uma alteração: por que ele não ficava até o dia seguinte, só essa vez?

— É tarde — respondeu Santos. E ela não entendeu se ele se referia à hora ou a toda a vida passada sem compreensão. É certo que vagamente o compreendia agora, e recebia dele mais do que mesada: uma hora de companhia por mês.

Santos veio um ano, dois, cinco. Certo dia não veio. D. Laurinha preocupou-se. Não só lhe faziam falta os cruzeiros; ele também fazia. Tomou o ônibus, foi ao hospital pela primeira vez, em alvoroço.

Lá ele não era conhecido. Na Alfândega informaram-lhe que Santos falecera havia quinze dias, a senhora quer o endereço da viúva?

— Sou eu a viúva — disse d. Laurinha, espantada.

O informante olhou-a com incredulidade. Conhecia muito bem a viúva do Santos, d. Crisália, fizera bons piqueniques com o casal na ilha do Governador. Santos fora seu parceiro de bilhar e de pescaria. Grande praça. Ele era padrinho do filho mais velho de Santos. Deixara três órfãos, coitado.

E tirou da carteira uma foto, um grupo de praia. Lá estavam Santos, muito lépido, sorrindo, a outra mulher, os três garotos. Não havia dúvida: era ele mesmo, seu marido. Contudo, a outra realidade de Santos era tão destacada da sua, que o tornava outro homem, completamente desconhecido, irreconhecível.

— Desculpe, foi engano. A pessoa a que me refiro não é essa — disse d. Laurinha, despedindo-se.

Penumbra. Escritório. Homem, com as mãos à cabeça, fuma e pensa na vida.
Alto-falante:

- Já fez sua declaração de imposto de renda?
- Que renda? Que declaração? Recebi, gastei, estou sem nenhum.
- Prepara tua declaração de imposto de renda!
- Mas...
- Até 30 de abril, improrrogavelmente!

Batem à porta. Homem vai abrir. Entra uma forma gorda, que dá 210 voltas, senta-se e contempla o homem. Este:

- Quem és tu?
- Sou o Decreto nº 40 702, que aprova o regulamento do imposto de renda.

— E vais me explicar tudo?

— Tudinho. Sou simples e prático. Tenho só 210 artigos, em que consolidei toda a literatura sobre o assunto.

— Literatura?

— Sim. Queres ver? (Bate palmas. Entram pela janela, como besouros, quinze formas diferentes, umas compridas, outras curtinhas, esta pomposa, aquela pifia.) Vou apresentar... *Ladies first*. (Apontando) Lei nº 154. Lei nº 2354. Lei nº 2862. Lei nº 2973.

As leis cumprimentam cerimoniosamente e tomam assento no sofá-cama, com ares majestáticos.

Homem: — Mas praquê tanta lei?

40 702: — Agora os senhores decretos-leis: 5844, 6071, 7885, 9330, 9407, 9781. Não está faltando alguém?

Os decretos-leis, cheirando a Estado Novo, abanam o rabo, negativamente, e ficam de pé, ao fundo.

40 702: — Bem. Temos ainda os decretos. Aproximem-se. São o 3079, o 36 597, o 36 773, o 38 250. Ah, aquele gordão é o 24 239, com seu regulamento. Tudo isso eu condensei, numa espécie de “seleções”. Mas se tiveres alguma dúvida — vejo que sim, por teu ar pacóvio —, hás de consultar alguns ou todos eles...

Ruído. Os decretos-leis tentam barrar um senhor distinto, meio calvo, que introduziu o nariz na sala.

40 702: — Quem é?

— É o Código Civil, dizendo que também quer entrar.

— Deixa. Tem um artigo que me interessa.

O Código entra, ressabiado.

Homem (aterrorizado): — E agora, José?

40 702: — Bem. Agora é só me leres com recolhimento, como a um texto metafísico, e encheres este formulário-sanfona, que te dou de graça. Não vais me esconder nada, hem? Pagarás só quatro vezes: o imposto cedular, o complementar, o adicional e o percentual de proteção à família. É fácilmo. Até 60 mil cruzeiros não pagas nada, por um lado; por outro, pagas 1, 2, 3, 5, ou 10%, conforme a cédula. Tens direito a descontar 50 mil para custeio de tua esposa. Se ela gastar mais do que isso, azar teu. Idem quanto a filhos. Pagas 50 mil do colégio, por ano, para cada um? O colégio sai de graça, pois deduzes justamente essa importância; o resto da despesa fica por isso mesmo. Se tiveres mais de 25 anos e não te casares, é espeto: 15%. Casa, e barateia. O complementar é de uma clareza de água: de 61 mil a 90 mil, pagas 30 cruzeiros por conto; de 91 a 120, pagas 50; de 121 a 150, morres em 80; de 151 a 200, em 110; de...

— Tudo não é o mesmo dinheiro, ganho do mesmo modo?

— Não. À medida que ganhas mais, pagas mais. Salvo acima de 3 milhões, quando passarás a pagar meio conto por conto, até o infinito. Quer dizer: se fores pessoa jurídica, poderás reavaliar o ativo, e não pagas nada. Mas sendo pessoa física, simplesmente...

— Ordenado é renda?

— Por que não? Tudo é renda. Se não for renda para ti, é para o Estado. Não tens um biquinho no Instituto? Recebes e restituís; mas restituís a ti mesmo, porque o Estado é a cooperativa dos cidadãos. Ou não é?

Homem tem uma vertigem. Leis, decretos-leis e decretos, armados de aparelhos de microfilmagem (art. 206, do 40 702), precipitam-se sobre ele, auscultam-no — está morto — e dançam lentamente, em torno do cadáver, ao som da sanfona-formulário, uma pavana de Ravel, em adaptação de J. Coringa.

Do avião saltamos para a jardineira, a caminho da cidade. A princípio, só o trajeto aborrecido, na pressa de chegar. Que fazer desses ermos lobrigados de passagem, que não sensibilizam a vista, e daqui a pouco esqueceremos na contemplação de outras formas naturais menos secas? Há uma lagoa na região, e não se deixa ver. De repente começamos a sentir que essa terra humilde vai nos interessando, em seu desconforto. O mato dos barrancos perdeu o verde nativo; tudo ficou vermelho, amarelo ou pardo, tocado de pó incansável. Como se chamam esses vegetais, só Riobaldo Tatarana sabe, e hei de consultá-lo na volta. A paisagem toca pelo que não tem, pela pobreza calma. Não há imprevisto. Nos pastos de grama pouca, só as grandes bossas dos cupins se expõem, bichos imobilizados. E à paz do campo mineiro se ajunta, aprofundando-a, a paz do domingo mineiro.

Nunca será tão domingo como aqui, e domingos e domingas de eternidade se concentram em vigorosa dominicalização. Não acontecer nada, que beatitude! Deixar o mato crescer — mas o próprio mato foge à obrigação, e goza o domingo. Lá estão o touro zebu e seu harém de nobres e modestas vacas — porque o zebu alia à majestade indiana a placidez das Minas, e boi nenhum se fez tão mineiro quanto esse, e bicho nenhum é tão mineiro quanto o boi, em seu calado conhecimento da vida, sua participação no trabalho. O rebanho amontoa-se em círculo, algumas reses em pé, outras deitadas, chifres cumprimentando-se sem ruído. Parece um só boi espalhado, imaginando. Com o pincel do rabo, executa o milenar movimento de repelir a mosca, se é que não o pratica pelo prazer de abanar-se. Mas há bois esparsos, bois solitários, que se postam junto a árvores, aparentemente recolhidos; ou fitam o carro que levanta poeira sobre a poeira habitual, e ruminam não sei que novelas de boi.

A terra é um universal domingo, as estampas não se destacam, desaparecem na série. Figura humana é que custa a aparecer. Só o garotinho que brincava no barro, entre galinhas, e o braço de homem, no fundo escuro da casa desbeijada, erguendo a garrafa.

Gente começa afinal a surgir, desembocando da ruazinha de arraial, em caminhões alegres, com inscrições: “Deus e pé na táboa”, “Chiquinha casa comigo”, e um ar de festa que é também domingueiro, festa nas roupas claras, nos lenços coloridos das cabeças; no riso largo, nos gritos. Rapazes de calção, viajando de pé, aos berros. Vão disputar a grande partida em um dos dez lugares da redondeza, onde o futebol resolveu o problema da felicidade repartindo-a com todos, do meritíssimo doutor juiz de direito aos presos da

cadeia, que assistem atrás de grades ou por informação, e tomam conhecimento do gol do seu clube pelo ruído particular dos foguetes. As moças vão também, salve, ó moças! Já não têm nenhum ar especificamente montanhês, o cabelo aparado em pontas irregulares, a calça comprida e justa internacionalizaram há muito o tipo feminino, as garotas não são mais da França, da Turquia ou do Ceará, são todas de capa de revista, e mesmo assim continuam sendo a bem-aventurança e o licor da Terra, e passam chispando no caminhão Fenemê, e desacatam o policial do posto da divisa, e vão entoando o sagrado nome do clube e a vitória certa.

Há também o bêbedo da estrada. Não é patético como o dos poetas neorromânticos que exploram o gênero, é simplesmente bêbedo, sem pretensões, também ele universal na pureza de sua irresponsabilidade. Está a mil sonhos do futebol, mas a parada do caminhão para tomar água lhe comunica a chama do esporte, e ei-lo que engrola a exortação enérgica:

— Vocês me tragam a vitó... a vitóooria! Eu fico esperando a vit...

Todos aplaudem freneticamente. Mas as pernas arriam, e ele fica ali, desmanchado, à sombra da goiabeira, dormindo na manhã de Minas Gerais.

Não sei se também ao leitor, mas a mim costumam telefonar a horas chamadas mortas (horas, pelo contrário, em que se sente respirar até a fibra da madeira) para dizer alguma coisa que não é comigo. Em geral, chamam pelo Nosso Bar. Há sempre, na noite, uma pessoa querendo comunicar-se desesperadamente com o Nosso Bar. Já pensei em trocar o número do aparelho, mas desisti: quem me garante que outros indivíduos não estarão por aí tocando para o Meu Bar, e que os números não passariam a ser irmãos? Habituei-me a esse bar de número parecido. Procuro esclarecer ao telefonador que não sou o Nosso Bar, ele muito se admira, disca de novo, mas quer falar é com o Nosso Bar, ora essa. Só uma vez, entre as dobras do sono, atendi e resmunguei:

— É do Nosso Bar.

— Desculpe, foi engano — e desligaram.

Mas um instante depois, o telefone retiniu de novo, e, desta vez, outra voz:

— É do Nosso Bar?

Não sei se também tocam para o Nosso Bar, chamando este pobre cronista, que nunca pôs lá os pés. Mas a introdução vai ficando comprida, e eu queria é contar o telefonema do Vate-Noturno, que, por força mesma do nome, só costuma chamar-me quando, como no dizer homérico, os caminhos se encheram de sombra. Todas as noites, depois de ingerir umas e outras, sente necessidade de dizer-me pelo telefone palavras amáveis e, vez por outra, durezas. Nem sempre consegue dizer nada, mas entende-se o que ele queria exprimir, era um afeto, uma tristeza, um problema.

— Drummond? Aqui é o Vate-Noturno. Aposto que você não adivinha de onde estou falando.

— Do Nosso Bar — falei a esmo.

— Nosso Bar coisa nenhuma. Do bar da ABI também não. Nem do Alpino. Estou falando do Bar do Municipal. Acabei de tomar uma atitude, sabe?

— E ficou machucado?

— Você não conhece o Vate-Noturno. Pensa que sim, mas não me conhece a-bi-sso-lu-ta-men-te. Por que havia de me machucar? Bem, lá dentro o Bip está caminhando sobre o oceano, compreendeu? Mas eu é que não vou ver.

— Bip? Que Bip?

— Puxa! Você está um bocado fora. O Marcel Marceau, velho, quem havia de ser? Começou a segunda parte do espetáculo, a que eu faço questão de não assistir!

— O Marceau lhe fez alguma grosseria?

— A mim não, eu é que faria a ele se continuasse a vê-lo.

— Não entendi.

— Lógico que não entendeu. Pois se falta o binóculo.

— Que binóculo?

— O binóculo que eu não tenho e agora compreendi que é essencial. Comprei a duras penas uma galeria para ver o Marceau. E vi. Mas vi só o vulto, o contorno geral do gesto, não via o pormenor delicado, a sutileza das mãos, dos dedos, mil e um detalhes da mímica. Então senti falta de um binóculo. Perguntei ao vizinho da esquerda se tinha um para emprestar. Não tinha. A garota da direita, também não. Comecei a falar baixinho: “Binóculo, binóculo”. Depois, um pouco mais alto. E não aparecia nenhum. Entraram a fazer psst, aí eu me chateei e gritei: “Não se pode nem desejar um binóculo? É um crime ver Marceau a essa distância, deste planalto, sem binóculo!”. Aí me puxaram pelo braço e me tiraram de lá. Vim para o bar e estou satisfeito com a minha atitude. Você tem binóculo em casa?

— Nunca tive binóculo.

— É isso. Ninguém tem binóculo neste país. País sem binóculos! E querem ver Marcel Marceau!

Era meia-noite, e o Vate-Noturno ameaçava levar a outros bares a campanha do binóculo.

— Leve também ao Nosso Bar — sugeri.

O carteiro, conversador amável, não gosta de livros. Tornam pesada a carga matinal, que na sua opinião, e dado o seu nome burocrático, devia constituir-se apenas de cartas. No máximo algum jornalzinho leve, mas esses pacotes e mais pacotes que o senhor recebe, ler tudo isso deve ser de morte!

Explico-lhe que não é preciso ler tudo isso, e ele muito se admira:

— Então o senhor guarda sem ler? E como é que sabe o que tem no miolo?

— Em primeiro lugar, Teodorico, nem sempre eu guardo. Às vezes dou aos amigos, quando há alguma coisa que possa interessar a eles.

— Mas como sabe que pode interessar, se não leu?

Esclareço a Teodorico que não leio de ponta a ponta, mas sempre abro ao acaso, leio uma página ou umas linhas, passo os olhos no índice, e conduo.

Meu crédito diminui sensivelmente a seus olhos. Não lhe passaria pela cabeça receber qualquer coisa do correio sem a ler inteirinha.

— Mas, Teodorico, quando você compra um jornal se sente obrigado a ler tudo que está nele?

— Aí é diferente. Eu compro o jornal para ver os crimes, o resultado do seu-talão-vale-um-milhão etc... Leio aquilo que me interessa.

— Eu também leio aquilo que me interessa.

— Com o devido respeito, mas quem lhe mandou o livro desejava que o senhor lesse tudinho.

— Bem, faz-se o possível, mas...

— Eu sei, eu sei. O senhor não tem tempo.

— É.

— Mas quem escreveu, coitado! esse perdeu o seu latim, como se diz.

— Será que perdeu? Teve satisfação em escrever, esvaziou a alma, está acabado.

A ideia de que escrever é esvaziar a alma perturbou meu carteiro, tanto quanto percebo em seu rosto magro e sulcado.

— Não leva a mal?

— Não levo a mal o quê?

— Eu lhe dizer que nesse caso carece prestar mais atenção ainda nos livros, muito mais! Se um cidadão vem à sua casa e pede licença para contar um desgosto de família, uma dor forte, dor de cotovelo, vamos dizer assim, será que o senhor não escutava o lacrimal dele com todo o acatamento?

— Teodorico, você está esticando demais o meu pensamento. Nem todo livro representa uma confissão do autor, ainda ontem você me trouxe uma

publicação do Itamarati sobre o desenvolvimento da OPA, que drama de sentimento há nisso?

— Bem, nessas condições...

— E depois, no caso de ter uma dor moral, escrevendo o livro o camarada desabafa, entende? Pouco importa que seja lido ou não, isso é outra coisa.

Ficou pensativo; à procura de argumento? Enquanto isso, eu meditava a curiosidade de um carteiro que se queixa de carregar muitos livros e ao mesmo tempo reprova que outros não os leiam integralmente.

— Tem razão. Não adianta mesmo escrever.

— Como não adianta? Lava o espírito.

— No meu fraco raciocínio, tudo é encadeado neste mundo. Ou devia ser. Uma coisa nunca acontece sozinha nem acaba sozinha. Se a pessoa, vamos dizer, eu, só para armar um exemplo — se eu escrevo um livro, deve existir um outro — o senhor, numa hipótese — para receber e ler esse livro. Mas se o senhor não liga a mínima, foi besteira eu fazer esse esforço, e isso é o que acontece com a maioria, estou vendo.

— Teodorico! você... escreveu um livro?

Virou o rosto.

— De poesia, mas agora não adianta eu lhe oferecer um exemplar. Até segunda, bom domingo para o senhor.

— Escute aqui, Teodorico...

— Bem, já que o senhor insiste, aqui está o seu volume, não repare os defeitos, ouviu? Esvaziei bastante a alma, tudo não era possível!

Você já pintou sua casa? Então pinte. É o que há de melhor a fazer, se não podemos pintar de novo o Brasil, por dentro e por fora. Alegramos nossa área particular, instaurando cores tônicas ou repousantes e pondo em moda a limpeza. Se cada um caiasse seu barraco, que brinco não seria este país, pelo menos na parte domiciliar?

O cronista está pintando a casa, e se entretém os leitores com este fato minúsculo é porque dele se pode extrair algum ensino, para ilustração geral. É bom pintar casa; melhor do que pintar cabelo. Notei que a melancolia natural se agravara nos últimos quinze anos, tantos quantos habito esta mansão, e se envinagrava em misantropia. Injeções e comprimidos de felicidade não adiantavam. Um dia descobri: eram as esquadrinhas negras. O antigo morador assim as pintara, e sua negra influência baixara sobre o espírito, sobre as relações com o mundo exterior, sobre as crônicas, que exageravam a inflação, afinal bem módica, e a eventual falta d'água, que de longe em longe nos importuna levemente, omitindo por outro lado os aspectos positivos da conjuntura, como a encantadora risada do presidente. A velha casa tem enorme pé-direito, e portas e janelas noturnas também se alastravam pela vida acima, enegrecendo-a. O negro lambril da sala de jantar enchia de treva o próprio arroz, e em poltronas de treva almas sombrias contemplavam escuras imagens de tevê. Nosso gatinho branco virou preto. E assim por diante.

Chamei pois o sr. Nicodemos & Caetano, “serviços de reforma e pinturas em geral, máxima perfeição”, e pedi-lhe que dareasse minha casa e minha vida. Ele passeou o olhar experiente pelas paredes, descascou um pouquinho para ver o antigo sistema de construção, mediu, calculou e disse com doçura: “85 contos, doutor.” “Seu Nicodemos!” “Eu vou perder dinheiro mas levo em consideração nossa amizade.” Eu ia responder que isso não, jamais concordaria em prejudicá-lo, estou disposto a pagar mais quinze contos, mas refleti que o protocolo não exigia tanto, e ofereci-lhe café. Então ele abateu cinco contos, de pura brasilidade. “E é obra demorada, seu Nicodemos?” “28 dias, doutor. Não há estorvo. Enquanto preparo a parte de cima, o senhor desce, e quando eu descer, o senhor vai para a parte de cima.” Admirei a sabedoria das casas de dois pavimentos, e sorri das pessoas que, em situações tais, fogem para o hotel. Eu iria ver a casa alvorecer cada dia mais, e os salutares efeitos dessa alvinitência se iriam derramando sobre a filosofia e o meneio da vida.

Carecia uma providência preambular: remover os móveis do pavimento superior para o térreo. Nicodemos e seus homens não admitiram que eu

ajudasse, mas o interesse psicológico de contribuir para a mudança reclamava essa cooperação. Aconselho o leitor a transportar móveis, escada abaixo: checa os músculos, relaxa os nervos. Algum torcicolo que sobrevier será secundário. O prazer de “fazer força”! Quase nunca se o experimenta na cidade, salvo ao entrar no cinema ou no ônibus. Descemos pois, gloriosamente, os velhos trechos, que, sendo velhos, estavam à altura do pé-direito de tão venerável habitação. Embaixo, meu entusiasmo diminuiu, ao verificar experimentalmente que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço, salvo quando se amam, e os móveis são frágeis. O armário não cabia no escritório, a cama só em pé se mantinha na sala de visitas, o quarto de costura era pequeno para a penteadeira e o guarda-vestidos, a copa repeliu o camiseiro, e os criados-mudos tiveram de resignar-se a ficar sob o chuveiro elétrico desligado. E peças quebradas, lascas.

A casa se transformou imediatamente, por um simples deslocamento de coisas: moradores e objetos eram os mesmos, porém a relação entre eles fora subvertida. Eu não reconhecia minha vida; minha vida estava fora de mim. A rotina dos passos era a que mais sofria, porque eles levavam agora a metas erradas, e nos aborrecemos quando somos traídos pelo hábito. Esbarramos em móveis evidentes e não ousamos atravessar espaços vazios, que há pouco estavam ocupados.

O elemento feminino da casa fugiu assustado: os móveis foram feitos muito mais para as mulheres do que para os homens, e se elas não podem exercer domínio sobre essas formas familiares, preferem visitar parentes mil. A casa ficou entregue à pintura. O resto, para depois.

II

A casa ficou entregue à pintura, ou melhor, à poeira. As paredes começaram a ser meticulosamente raspadas e aparelhadas. Como a construção dos edifícios próximos lhes abria longas trincas, aqui e ali se desvendaram grandes feridas na argamassa. Uma nuvem de calça pairou nos altiplanos e foi descendo sobre cada coisa e pessoa. Nessa fase, já os móveis estavam embrulhados em lençóis e jornais, porém calça penetra em tudo; principalmente nas ideias. Um cheiro especial substituiu os antigos cheiros intercalados de cera, de óleo de peroba, de gás e de água-de-colônia e o cheiro neutro e tranquilo da estática da casa, ao mesmo tempo que o tato experimentava a aderência contínua de uma substância macia e ressecante. Lavar mãos e rosto não adianta, a sensação volta. Raciocínio em termos de calça.

À noite, para redescobrir um pouco de nós mesmos, desnudamos os móveis ainda em uso. Estão recobertos de pó de arroz grosso. Pela manhã, recobrimos logo apressadamente. Os pintores chegam, discretos e eficientes, e munem-se de

capacetes de papel. Caetano, sócio de Nicodemos, é rigoroso consigo e com o próximo. Pedira delicadamente que não se deixasse exposto à vista nada de valor: “Tanto faz relógio, anel ou coisinha micha, parece que estão experimentando a gente... Não gosto, doutor”. A licença da prefeitura para obras fora afixada solenemente no único ponto arrumado da casa, o quarto de despejo, como o *Independence Act*. Caetano explicou que o fiscal da rua é fominha, implica até com o bispo. Feito o quê, os pintores entraram em ação e recusaram com polidez o lanche ou qualquer agrado. Noto com prazer que nossos operários adquiriram viva consciência de classe, embora fosse aprazível bater papo com o Caetano, oferecer-lhe um chope.

28 dias? Amigos me informam que o serviço costuma levar seis meses, e não por moleza dos oficiais. É da vida. O caminhão não trouxe as escadas, as escadas não têm altura, a feira não deixa o caminhão passar, a chuva impede o serviço externo, o índice higroscópico invalida certas aplicações de óleo. O material sobe de preço, enquanto o Ministro da Fazenda bota pra jambrar. E há causas sociais, como se dirá a seu tempo.

Estamos há mês e meio nesta luta. A raspagem baixou ao rés do chão, e não podemos refugiar-nos lá em cima. A operação é complexa e não permite o acabamento isolado de nenhuma peça. Os móveis ainda utilizados foram dispostos sobre os que tinham dado baixa. Comer ficou impossível, a menos que seja cal e zarcão. Mesmo andar é difícil, por falta de pista. O escritório soverteu. Eu tinha um plano de remoção metódica dos livros — meus livros, meus olhos — em pacotes numerados, com indicação de estante e prateleira. Tinha, hem? Foi preciso tirá-los *tambour battant*, amontoá-los no referido quarto de despejo. Ali jazem em promiscuidade Ibsen e Coelho Neto, o *Larousse du XXème siècle* e o relatório tapeador da Cia. Vale do Rio Doce, Santo Tomás de Aquino e Brantôme, e que mais? Trabalho à base de dicionários e pequenas citações facetas, tiradas de meus livrinhos, mas só disponho hoje do tomo de Laudelino que vai de J a M, e os assuntos que não começam por essas letras me são defesos. Se piora a qualidade dos escritos, perdoai!

Há três dias que um silêncio aflitivo invadiu as obras, e tenho vontade de perguntar como o velho Antô: “Qu’ê dos pintores do meu país estranho, onde estão eles que não vêm pintar?” (cito de memória). Nicodemos acaba de telefonar que foram imobilizados pela greve de ônibus. “Mas não se avexe, doutor, qualquer hora a gente volta.” E um amigo previne: “Ainda não deram mão de óleo? Ah, meu caro, aí é que você vai ver. Não adianta dormir com o nariz tapado e a cabeça coberta, o cheiro penetra, embrulha o estômago, dá vertigem, vômito. Fuja enquanto é tempo”. Fugir — para onde? Para a grande caixa-d’água vazia, que decora o fundo da casa? Sim, talvez. De qualquer modo, desapareceram as esquadrinhas negras, e raia a esperança. Por isso digo ao leitor: — Já pintou sua casa? Pinte, pinte.

Cyro dos Anjos viajou para Belo Horizonte, perdão, para Cristália, onde foi receber homenagem da Academia Montanhesa de Letras pela publicação de seu romance. Viagem de automóvel. Ao volante, seu filho Martim, que, embora muito jovem, tem a prudência requerida por essas excursões de longa meta.

Em companhia de Cyro viajavam ainda sua senhora, uma senhora amiga do casal e o júnior Francisco de Assis, que aconteceu em 1952 e é afilhado do cronista, com grande orgulho para este. E tudo ia bem, como devia ir, até que à zero hora do dia seguinte o carro parou em Tamanduá-Mirim, num cruzamento de estradas, diante de uma fila inerte de caminhões.

Martim especulou e disseram-lhe que não se podia passar. O Departamento de Estradas de Rodagem operava na rodovia para Cristália, e os homens haviam deixado terra amontoada no leito da estrada, com um imenso trator entupitivo. Só pela manhã, quando a turma voltasse.

Couraçados de resignação, os viajantes rumaram para o único hotel da cidade, onde não havia quartos disponíveis. Teriam de passar a noite ao relento, sob o frio de Montanha, esse frio medular propriamente dito, de que rezam as corografias.

Aí Cyro indagou do gerente se não havia um responsável pelo serviço na estrada. Havia o engenheiro, e morava precisamente no hotel.

— Então faça o favor de acordá-lo — pediu o romancista.

— A essa hora da noite? Não é possível.

— O senhor não vai querer que duas senhoras e um menino durmam sentados no carro, em plena rua.

O engenheiro foi acordado. Era atencioso e simpático, lamentou o ocorrido, mas que podia fazer?

O escritor, mestre em psicologia, pintou-lhe, menos o quadro de desconforto vigente, que um painel futuro, de aborrecimentos em potencial.

— Doutor, já imaginou o que significa o bloqueio, durante uma noite inteira, da única via de acesso a Cristália, cidade encravada numa região que não produz sequer um tomate? Esses caminhões de gêneros, que deixam de chegar à hora certa, afetando o abastecimento...

— Tem razão, foi um descuido do fiscal da obra, deixar a estrada impedida. Mas onde vou eu encontrar o tratorista, a essa hora da noite?

— Tenha paciência, doutor, eu ajudo a procurar o homem.

— Que espiga!

— Também acho. E já pensou se por acaso algum repórter vem a saber disso, embora eu seja discreto e não vá comentar o caso com ninguém?

— É, de fato...

— E depois, doutor, aqui entre nós: a senhora que vai conosco é esposa do Secretário de Segurança Pública de Montanha. Claro que ele não vai tomar atitude, mas de qualquer modo, que vexame!

O engenheiro botou o capotão sobre o pijama e lá se foram, Cyro, Martim e ele, a demandar o perdido tratorista na névoa da Mantiqueira. Acharam-no. O engenheiro ainda sugeriu que se fizesse um servicinho menor, só para deixar passar o Chevrolet 54, mas Cyro foi irredutível: ou tudo ou nada. Cristália precisava comer, os caminhões de Cristália deviam mesmo ter preferência, essa preferência aliás já estabelecida na Central do Brasil, onde os trens de minério atrasam os de passageiros.

Em meia hora a estrada foi desembaraçada, ligaram-se motores, faróis se acenderam e a frota alegre de caminhões saiu buzinando num pagode. O último motorista da fila ainda se virou para Cyro e agradeceu-lhe:

— Moço, não calcula o bem que me fez. Eu tinha tomado Pervitin para varar a noite guiando, e agora ia passar toda essa madrugada de olho aberto, ouvindo grilo!

Passando ontem pela igreja de São José, e vendo-a menos guarnecida de fiéis do que fora lícito esperar no dia da festa de seu orago, lembrei-me do caso ocorrido há tempos em minha terra, e que tem lição.

Certo Juca Ludovico, oficial de carpinteiro, acordou um dia com a alma transformada. Começou por faltar ao serviço, a que era assíduo. Surpreendendo a consorte, dirigiu-se ao botequim e pagou cerveja para todos. Juca não era forreta, mas a libação matinal e coletiva não tinha propósito. Aos que chegavam e inquiriam com o olhar, ele ia dizendo: “Abanquem-se e tomem parte na minha satisfação. Vão acontecer grandes coisas por meu arbítrio, e quero estar à altura dos acontecimentos”. Os ouvintes pasmavam e bebiam. Juca não entrava no miúdo, falava em honras, feitos e bens, sem particularizá-los, mas sentia-se que pisara a caçamba de altas cavalarias.

O pior é que não endoicecera; estava dominado pelo Capeta, que no sono lhe inflara o apetite de glória. Raciocinava perfeitamente nas coisas triviais, insistindo porém em que sua vida mudara. Ofereceu emprego a um, deu a outro uma fazenda de gado. Pedia apenas que esperassem duas semanas, tempo bastante para receber do Banco da Inglaterra o ouro que ali devia estar à sua disposição, e que de boa mente partilharia com amigos.

Pode-se descrever do juízo de um homem que rasgue dinheiro, não porém do de outro que reparta dinheiro conosco. Os amigos de Juca exultaram, levando-o em charola ao largo da Matriz, onde ele falou às autoridades e ao povo. Aquelas seriam substituídas e Juca assumiria o governo geral de Minas, mas seria magnânimo, ninguém temesse perseguição, a goiabada era de todos, ele trazia uma palavra de amor universal. Disfarçado em fogueteiro, e por via das dúvidas embuçado na capa preta, o Diabo misturava-se com a turba, sorria, esfregava os cascos. Apenas dona Neném, senhora idosa e devota, olhava tudo de beíço reprovador, e interpelou-o: “Juca, meu sobrinho, de onde te vem tamanho poder?”. Ele não se deu por achado: “Ora, minha tia, então não vê que é de meu padrinho sr. são José? Ele me procurou esta noite e disse: Vai e faz brilhar o nosso nome. És a flor dos Josés, e por tua valia serei cultuado na terra toda”. “Pois eu duvido”, retrucou dona Neném. “Vamos entrar na igreja e conversar com são José.”

Dona Neném, Juca e o povo entraram de roldão. O altar do santo nem estava florido; era todo humildade e recato. Juca postou-se em relevo e soltou o verbo: “Aqui está, meu padrinho, a multidão que eu trouxe para servi-lo. Se o senhor me prestigiar, como espero, eles levarão sua imagem por toda parte e

receberão grandezas, enquanto a corporação dos carpinteiros ganhará foros universitários e constituirá o Senado da República. Faça um sinal com a ponta do dedo mindinho, e minha tia se convencerá”.

O dedo de são José não se mexeu. “São José, continuou Juca, nosso trato está firme. Estou cumprindo com o prometido, agora é a sua vez. Preciso de meios para agir. A propaganda custa caro. Tenho de distribuir mercês a amigos e inimigos, atrair incrédulos. Desdobre em quatro o cartório do Saldanha e nomeie os meus amigos mais chegados, que serão meus quatro evangelistas. Para cada fiel que nos acompanhar, quero uma presidência de boa empresa. Depende do senhor, padrinho.”

São José não respondia. “Será possível que o senhor não escute bem? Uma palavrinha sua, e irei a uma cadeia de rádio e televisão iniciar a campanha de esclarecimento universal.”

O santo, na moita. “Ele está assim porque ainda não me lembrei de melhorar o seu altazinho, ora veja! Fique tranquilo, meu santo. Vou fazer-lhe uma igreja de ouro e em volta construirei uma cidade inteira em sua honra; será a primeira do mundo e nela só habitarão os eleitos, sob minha chefia. Combinado? Agora mova o dedinho.”

A expectativa era enorme. Dona Neném, trêmula, chegada ao altar, viu, horrorizada, mover-se, não o dedo, mas a mão inteira de são José. E estendendo-se o braço, a mão pousou no ombro de Juca. “Estão vendo?”, parecia dizer o olhar deste, pois a boca, maravilhada, não piava. E são José sorrindo, mansamente, disse estas palavras: “Juca, volte à oficina, pegue da enxó e da plaina e trabalhe como de costume. Essas coisas não lhe ficam bem, meu filho”. Ouviu-se um estouro no adro. Era o Diabo que explodia, de ódio.

Recordando este fato, absolutamente verídico, compreendi por que são José está sendo pouco visitado nesta época. É santo de mediania e modéstia, não de exágeros, acha que essas coisas não ficam bem: ele não é disso que anda por aí.

Fiquei com pena de meu amigo porque depois de amanhã ele não estará no Rio. Penso nele e em sua mulher, que passarão o dia em país estrangeiro. Meu amigo estuda sempre — desde que o conheço, não faz outra coisa, estudo nada egoístico, visando à saúde dos outros — e para estudar se ausentou mais uma vez do Brasil.

Vai ser difícil para o casal passar o sábado em Pittsburg. Não sentirão propriamente tristeza, isso não. Será mesmo alegria o que eles irão sentir, mas alegria confinada no espaço, longe de seu objeto. De manhã cedo irão à missa na igreja do bairro (pois tenho amigos religiosos, é uma das minhas armas secretas), mesmo que isso force meu amigo a matar a primeira aula, e note-se que ele é o rigor e o escrúpulo em pessoa. Depois, não sei se tentarão telefonar para o Rio: custa uma pequena fortuna, a bolsa de estudos não deve permitir esses luxos. Mas estou certo de que meu amigo e sua mulher conversarão o dia todo com alguém aqui do Rio.

Conversarão da maneira mais delicada e menos fatigante de todas; sem perguntas; sem respostas; num desenrolar de pensamentos e lembranças que unifica os planos do tempo; num formar e combinar imagens que nenhum diretor cinematográfico jamais conseguiu nem conseguirá tão perfeito. Eles vão fazer outras coisas durante o dia, coisas de obrigação, mas serão feitas com um toque especial, imperceptível aos americanos que os rodearem. Pode ser que algum americano mais sutil sinta a diferença, e então meu amigo lhe dirá com ar de bobo, esse ar que acompanha a felicidade profunda, só indiretamente manifestável: “Ana Maria faz quinze anos hoje”.

Faz quinze anos Ana Maria. O mundo em redor não se abala com o acontecimento; nem por isso é menor sua importância. Kruchev, Lumumba, Fidel, Sartre, Emmanuele Riva, todos vós que ocupais hoje a atenção da gente, permiti que vos afaste de cogitações para dar lugar a Ana Maria, sozinha, luminosa e quizeaneira. Estava brincando de catar caramujo no jardim, e voltou para casa com as mãos e os cabelos sujos de terra; era, também ela, bichinho da natureza; hoje é broto florindo no vestido decotado, sem mangas, com enfeite de bordado inglês.

Se o mundo não se renovou em larga escala, se as injustiças, a opressão e a miséria ainda não foram eliminadas da face da Terra, em compensação a vida provou em Ana Maria, mais uma vez, o seu poder de transformação e sua pura graça de vida. Quem sabe se não será partindo desse fenômeno cotidiano e extraordinário da elaboração da adolescência, que chegaremos a entender

melhor como as coisas se modificam em torno de nós, a aceitar melhor o imprevisto dessas modificações?

Já não estou com pena dos pais de Ana Maria, distantes da filha. A adolescência espalha-se e comunica-se como perfume. E em Pittsburg eles a têm bem perto de si, como se estivessem no Rio.

1960

Não se sabe ainda se o mundo acabou realmente no sábado, como fora anunciado. Pode ser que sim, e não seria a primeira vez que isso acontece. A falta de sinais estrondosos e visíveis não é prova bastante da continuação. Muitas vezes o mundo acaba em silêncio, ou fazendo um barulho leve de folha. Tempos depois é que se percebe, mas já então vivemos em outro mundo, com sua estrutura e seus regulamentos próprios, e ninguém leva lenço aos olhos pelo falecido.

O mundo primitivo dos répteis, o mundo neolítico, o egípcio, o persa, o grego, o romano, o maia... todos esses acabaram, e muitos outros ainda. A história é cemitério de mundos, notando-se que uns tantos acabaram de morte tão acabada que nem sequer figuram lá com uma tabuleta; não se sabe que fim levaram as cinzas.

Pessoas que aí estão vivas assistiram à morte do mundo em 10 de agosto de 1914, mas estavam lendo jornal e não compreenderam no momento. Era apenas mais uma guerra na Europa, mas acabou com a *belle époque*, a *douceur de vivre*, a respeitabilidade vitoriana, o franco, a supremacia da libra, os suspensórios, o rapé, os conceitos econômicos, políticos e éticos do século XIX — mundo que parecia eterno. Pedacos dele andam por aí, vagando, como o colonialismo, a opressão de grupos financeiros, a servidão civil da mulher, mas pertencem a um contexto liquidado, rabo de lagartixa vibrando depois que o corpo foi abatido.

É possível que a previsão dos astrólogos indianos não tivesse base, e que o mundo atual dure muitos anos. Acredito mesmo que é cedo para ele morrer, se apenas está nascendo, e nem se sabe ao certo como é ou será.

Aos sete anos de idade imaginei que ia presenciar a morte do mundo, ou antes, que morreria com ele. Um cometa mal-humorado visitava o espaço. Em certo dia de 1910, sua cauda tocava a Terra; não haveria mais aulas de aritmética, nem missa de domingo, nem obediência aos mais velhos. Essas perspectivas eram boas. Mas também não haveria mais geleia, *Tico-Tico*, a árvore de moedas que um padrinho surrealista preparava para o afilhado que ia visitá-lo. Ideias que aborreciam. Havia ainda a angústia da morte, o tranco final, com a cidade inteira (e a cidade, para o menino, era o mundo) se despedaçando — mas isso, afinal, seria um espetáculo. Preparei-me para morrer, com terror e curiosidade.

O que aconteceu à noite foi maravilhoso. O cometa de Halley apareceu mais nítido, mais denso de luz e airoso deslizando sobre nossas cabeças sem

dar confiança de exterminar-nos. No ar frio, o véu dourado baixou ao vale, tornando irreal o contorno dos sobrados, da igreja, das montanhas. Saíamos para a rua banhados de ouro, magníficos e esquecidos da morte, que não houve. Nunca mais houve cometa igual, assim terrível, desdenhoso e belo. O rabo dele media... Como posso referir em escala métrica as proporções de uma escultura de luz, esguia e estelar, que fosforeja sobre a infância inteira? No dia seguinte, todos se cumprimentavam satisfeitos, a passagem do cometa fizera a vida mais bonita. Havíamos armazenado uma lembrança para gerações vindouras que não teriam a felicidade de conhecer o Halley, pois ele se dá ao luxo de aparecer só uma vez cada 76 anos.

Nem todas as concepções de fim material do mundo terão a magnificência desta que liga a desintegração da Terra ao choque com a cabeleira luminosa de um astro. Concepção antiquada, concordo. Admitia a liquidação do nosso planeta como uma tragédia cósmica que o homem não tinha poder de evitar. Hoje, o excitante é imaginar a possibilidade dessa destruição por obra e graça do homem. A Terra e os cometas devem ter medo de nós.

— Um cafezinho.

— Essa não.

— Não o quê?

— Essa nota de índio.

— Que que tem o índio?

— Essa eu não aceito.

— O senhor tem alguma coisa contra o índio? Contra a jangada? Contra a vitória-régia?

— Moço, tem gente esperando para comprar ficha. Não posso ficar conversando à toa.

— À toa como? Então o senhor recusa uma cédula emitida pela Casa da Moeda, eu lhe pergunto a razão por que recusa, e o senhor me diz que não pode conversar? Tem que conversar, essa é boa. Me diga por que não aceita uma nota do Brasil — não estamos no Brasil?

— Estamos.

— Então?

— Então o quê?

— Então dinheiro brasileiro vale ou não vale?

— Claro que vale. Mas as notas de cinco cruzeiros, com cara de índio, estão sendo falsificadas, eu não sou dono desta joça e não quero receber dinheiro falso, tá bom?

— O que que o senhor está me dizendo? Repita.

— Não repito.

— Repita, se é capaz.

— Sou capaz mas não sou relógio de repetição.

— Repita que sou moedeiro falso.

— Eu não disse isso, mas se o senhor diz que é...

— Eu disse que sou? Repita que eu disse que sou.

— Ai ai ai. Assim não vale. O senhor está me baralhando a cabeça. O que eu disse foi que tem notas falsificadas, então não tem?

— E esta é falsa?

— Eu é que sei?

— Se não sabe, como recusa minha nota? É porque desconfiou de mim. O senhor me conhece? De onde? Tenho pinta de vigarista?

— Não conheço nem quero ter o prazer de conhecer. Não sei se tem pinta disso ou daquilo. Sei que não aceito sua nota, e pronto.

— Tem que aceitar.

(Vozes na fila: Chega! Chega! Para com isso!)

— Viu? O senhor está empatando o movimento do café.

— Empatando está o senhor, mas é a circulação do papel-moeda no Brasil. Anda, me dá a fichinha.

— Então me dá uma nota de outra qualidade.

— Dou, mas vamos fazer o seguinte: a outra fica em depósito. (Voltando-se para trás.) Os senhores são testemunhas. Vou pagar dez cruzeiros por um cafezinho. É o preço da eterna vigilância. Pago até cem cruzeiros, se for preciso. Até mil. Mas esta nota de índio ele tem de receber, levar à Casa da Moeda, perguntar se ela é falsa — falsa coisa nenhuma, estão vendo? —, trazer um certificado e me pedir desculpa. O dinheiro fica em depósito. Depois eu dou para a ABBR.

(Sensação na fila. Chega um menino.)

— Moço, deixa eu espiar a nota.

— Olhe bem, garoto. Para você aprender a lutar pelas instituições.

— O senhor viu o que está escrito aqui?

— Não. O quê?

— Está escrito: fac-símile. É nota de propaganda comercial, o senhor não vê que está na cara?

— Ô diabo, como é que eu não reparei!

— Alô! Da residência do escritor Antônio Crispim? Bom dia, mestre. Aqui é da redação do *Futuro*. Estamos fazendo uma enquete sobre os dez maiores livros brasileiros do trimestre. Gostaríamos de ter sua opinião.

— Vou pensar.

— Não podia dizer mesmo sem pensar? Os outros já responderam: o acadêmico X, o reitor L, a dona Briolanja... Preciso das respostas para amanhã. Tocar daqui a cinco minutos? O.k., mestre!

*

— Alô!

— Já quer a resposta, meu filho? Só se passaram três minutos.

— Engano, doutor. Fala a repórter do *Novidades*. Desejávamos ouvi-lo sobre o crime.

— Não cometi crime nenhum!

— Eu sei, doutor. Se cometesse, eu iria pessoalmente com o fotógrafo. Me refiro ao crime do Edifício Araxá, as três mulheres mortas em pé no elevador de serviço.

— Mas eu não sou criminalista nem detetive nem escritor policial...

— Por isso mesmo sua opinião é indispensável. Chega de técnicos. Agora mesmo entrevistamos Garrincha e estamos no encalço do professor Silva Melo. O criminoso foi um só? O engenheiro do 212 estará envolvido? Como explica o fato de o porteiro não ter visto entrarem as três mulheres?

— Bem, eu...

— Vamos fazer o seguinte. O senhor reflete cinco minutos e eu toco de novo. Até já.

*

— Da casa do dr. Crispim? Ele mesmo? Bom dia, aqui é do *Diário do País*. O senhor leu nossa página política? Não teve tempo? Não faz mal. Queremos saber quantos golpes estão sendo preparados, por que grupos, e de que modo. Que é que o senhor diz a respeito? Qual o golpe que terá mais chance? Sei que o senhor não é político, é claro, se fosse não ia me dar o serviço. E depois, queremos uma análise objetiva, entende? Toco daqui a pouco, para não afobá-lo!

*

— É o mestre? Mestre, o *Futuro*. Escolheu os dez? Ótimo, só que o secretário pensou melhor e acha que o papel é indagar quais os dez livros mais importantes do mundo nos últimos dez anos. Que abalaram o mundo, sabe? Para provar que sou camarada, dou-lhe mais cinco minutos, mestre!

*

— Doutor, pode dizer a *Vida de Hoje* o que acha das calças Saint-Tropez? Vê algum mal no umbigo de fora? Depende do umbigo? Como? Pois não, eu chamo outra vez. Tá.

*

— Mestre? Fez a lista? Ainda não? Ótimo. Lembraram aqui na redação que a pergunta já foi feita na semana passada pelo *Turfê em Revista*, só que eram os dez mais livros do mundo sobre cavalo. Compreende, podia dar em gozação. Por isso, a pergunta agora é: Quais as dez mais histórias de mentiroso da literatura mundial? Piadas? Não, mestre, histórias mesmo, negócio sério. Olhe: tem mais cinco minutos, tá bom?

*

— O senhor acredita na influência das irradiações atômicas sobre os acontecimentos de agosto no Brasil?

— Na sua opinião, a Síria continuará independente ou voltará ao controle de Nasser?

— Como intelectual, o senhor tem alguma solução para o problema de Berlim?

— As ligas camponesas resolvem?

— Qual a mulher que, se pudesse, o senhor levaria para uma volta ao cosmos?

— Já provou carne de baleia?

*

— Crispim? O quê? Calma, rapaz, é o Mota. Vim te cobrar a crônica. Não fez? Eu sabia. Você passou a manhã inteira namorando pelo telefone, claro que não podia fazer!

(Se for bom leitor de jornais e revistas, fiel ouvinte de rádio, obediente telespectador ou simples passageiro de bonde.)

Consuma aveia, como experiência, durante trinta dias.

Emagreça um quilo por semana sem regime e sem dieta.

Livre-se do complexo de magreza usando Koxkoax hoje mesmo.

Procure hoje mesmo nosso revendedor autorizado.

Economize servindo a garrafa-monstro de Lero-Lero.

Ganhe a miniatura da garrafa de Lisolete.

Tenha sempre à mão um comprimido de leite de magnólia.

Resolva de uma vez o problema de seu assoalho, aplicando-lhe Sintaxe.

Use somente peças originais, para o funcionamento ideal do seu W.Y.Z.

Tenha sempre à mão uma caixa de adesivos plásticos.

Faça o curso de madureza por correspondência.

Aprenda em casa, nas horas vagas, a fascinante profissão de relojoeiro.

Valorize sua capacidade estudando desenho arquitetônico, mecânico e publicitário.

Faça o curso rápido de rádio, tevê, transistor, eletrônica e derivados.

Aprenda em poucos dias pelo moderno sistema verbivocovisual.

Use manteiga Margaret em seus bolos e assados.

Ouça seus discos prediletos com o novo diabofone portátil.

Você vai adorar a nova retilínea com pedal e doze pés azul-turquesa.

Consulte seu agente de viagens antes de saber para onde quer ir.

Passe quinze dias inesquecíveis no Havaí ou em Cuba, à sua escolha.

Economize tempo e sabão comprando máquina de lavar roupa.

Compre agora mesmo a nossa vitrola condensada e economize 15 cruzeiros.

Consulte-nos sobre seus problemas avícolas.

Confie na sua personalidade.

Recorte este cupão e envie-o hoje mesmo à nossa direção.

Seu dinheiro precisa render mais, deposite-o no Banco Irmãos Marx.

Lembre-se de que ninguém sabe mais sobre beleza do que Elisete Garden-Party.

Vá ao teatro.

Vá ao concessionário mais próximo e peça uma demonstração.

Peça você também o gim mais vendido do mundo.

Traga o seu tijolo a esta casa da boa vontade.

Construa um receptor com as peças que lhe oferecemos.
Observe a diminuição de sua tosse bebendo Mistura Rala.
No lar e no escritório, goze a brisa de praia do nosso ventilador oscilante de coluna telescópica e cor de neve suíça.
Conte conosco para viver melhor e gastar menos.
Veja o jogo pela voz do maior locutor especializado.
Conheça a mais completa linha de iluminação a querosene.
Você tem crédito na Loja do Braguinha.
Você pode ser um assassino.
Se o seu problema é parafusos, porcas e aduelas, a solução é Costa, Mamede & Cia.
Interne já seus filhos em Petrópolis e pague a matrícula pelo Credicultura.
Encomende já o uniforme e o enxoval de seus filhos e pague quando se diplomarem.
Desfrute ao máximo a alegria de viver, usando o Laxativo Nuclear.
Um milhão de tuberculosos precisam de sua ajuda.
Sorria sempre o sorriso Gli-li-pli.
Faça o melhor negócio desta temporada.
Gravidez só quando você quiser.
Não diga velhice; diga Eternil.
Já tomou o seu Morangoflex hoje?
A Clínica Andorinha espera você para uma sonoterapia profunda.

Prezado Alípio:

Ontem à noite, ao sair você de nosso apartamento, onde veio em busca de sabedoria grega e só encontrou um conhaque e um gato por nome Crispim, assentei de reduzir a escrito o que lhe dissera. Aula de ceticismo? Não. Ele se aprende sozinho. A única coisa que se pode remotamente concluir do que conversamos é: não vale a pena praticar a literatura, se ela contribui para agravar a falta de caridade que trazemos do berço.

Por isso, e porque não adiantaria, não lhe dou conselhos. Dou-lhe anticonselhos, meu filho. E se o chamo de filho, perdoe: é balda de gente madura. Poderia chamar-lhe irmão, de tal maneira somos semelhantes, sem embargo do tempo e do pormenor físico: cultivamos ambos o real ilusório, que é um bem e um mal para a alma. Pouco resta fazer quando não nascemos para os negócios nem para a política nem para o mister guerreiro. Nosso negócio é a contemplação da nuvem. Que pelo menos ele não nos torne demasiado antipáticos aos olhos dos coetâneos absorvidos por ocupações mais seculares. Recolha pois estes apontamentos, Alípio, e saiba que eu o estimo:

I. Só escreva quando de todo não puder deixar de fazê-lo. E sempre se pode deixar.

II. Ao escrever, não pense que vai arrombar as portas do mistério do mundo. Não arrombará nada. Os melhores escritores conseguem apenas reforçá-lo, e não exija de si tamanha proeza.

III. Se ficar indeciso entre dois adjetivos, jogue fora ambos, e use o substantivo.

IV. Não acredite em originalidade, é claro. Mas não vá acreditar tampouco na banalidade, que é a originalidade de todo mundo.

V. Leia muito e esqueça o mais que puder.

VI. Anote as ideias que lhe vierem na rua, para evitar desenvolvê-las. O acaso é mau conselheiro.

VII. Não fique baboso se lhe disserem que seu novo livro é melhor do que o anterior. Quer dizer que o anterior não era bom.

VIII. Mas se disserem que seu novo livro é pior do que o anterior, pode ser que falem verdade.

IX. Não responda a ataques de quem não tem categoria literária: seria pregar rabo em nambu. E se o atacante tiver categoria, não ataca, pois tem mais que fazer.

X. Acha que sua infância foi maravilhosa e merece ser lembrada a todo

momento em seus escritos? Seus companheiros de infância aí estão, e têm opinião diversa.

xi. Não cumprimente com humildade o escritor glorioso, nem o escritor obscuro com soberba. Às vezes nenhum deles vale nada, e na dúvida o melhor é ser atencioso para com o próximo, ainda que se trate de um escritor.

xii. O porteiro do seu edifício provavelmente ignora a existência, no imóvel, de um escritor excepcional. Não julgue por isso que todos os assalariados modestos sejam insensíveis à literatura, nem que haja obrigatoriamente escritores excepcionais em todos os andares.

xiii. Não tire cópias de suas cartas, pensando no futuro. O fogo, a umidade e as traças podem inutilizar sua cautela. É mais simples confiar na falta de método desses três críticos literários.

2

Mando-lhe aqui, jovem Alípio, outras drágeas de suposta sabedoria, completando assim a instrução que lhe ministrei.

xiv. Procure fazer com que seu talento não melindre o de seus companheiros. Todos têm direito à presunção de genialidade exclusiva.

xv. Faça fichas de leitura. As papelerias apreciam esse hábito. As fichas absorverão o seu excesso de vitalidade e, não usadas, são inofensivas.

xvi. Se sentir propensão para a *gang* literária, instale-se no seio de sua geração e ataque. Não há polícia para esse gênero de atividade. O castigo são os companheiros e depois o tédio.

xvii. Não se julgue mais honesto que o seu amigo porque soube identificar um elogio falso, e ele não. Talvez você seja apenas mais duro de coração.

xviii. Evite disputar prêmios literários. O pior que pode acontecer é você ganhá-los, conferidos por juízes que o seu senso crítico jamais premiaria.

xix. Sua vaidade assume formas tão sutis que chega a confundir-se com modéstia. Faça um teste: proceda conscientemente como vaidoso, e verá como se sente à vontade.

xx. Seja mais tolerante com o cabotinismo de seu amigo; quase sempre esconde uma deficiência, e só impressiona a outros cabotinos.

xxi. Quanto ao seu próprio cabotinismo, ele esfriará se você observar que, na hipótese mais cristã, é objeto de tolerância alheia.

xxii. Antes de reproduzir na orelha de seu livro a opinião do confrade, pense, primeiro, que ele não autorizou a divulgação; segundo, que a opinião pode ser mera cortesia; terceiro, que você não admira tanto assim o confrade.

xxiii. Procure ser justo com os outros; se for muito difícil, bondoso; na pior eventualidade, omisso.

xxiv. Opinião duradoura é a que se mantém válida por três meses. Não exija maior coerência dos outros nem se sinta obrigado intelectualmente a tanto. E proceda à revisão periódica de suas admirações.

xxv. Procure não mentir, a não ser nos casos indicados pela polidez ou pela misericórdia. É arte que exige grande refinamento, e você será apanhado daqui a dez anos, se ficar famoso; e se não ficar, não terá valido a pena.

xxvi. Deixe-se fotografar à vontade, sem chamar os fotógrafos; não recuse autógrafos mas não se mortifique se não os pedirem. Homero não deixou cartas nem retratos, mas Baudelaire deixou uns e outros. O essencial se passa com outros papéis.

xxvii. Você tem um diário para explicar-se: é assim tão emaranhado? Para justificar-se: sua consciência anda meio turva? Para projetar-se no futuro: julga-se tão extraordinário?

xxviii. Trate as corporações com cortesia, pois poderá vir a ingressar numa; com indiferença, pois o mais provável é não ingressar nunca.

xxix. Aplique-se a não sofrer com o êxito de seu companheiro, admitindo embora que ele sofra com o de você. Por egoísmo, poupe-se qualquer espécie de sofrimento.

xxx. Boa composição moral é a de orgulho e humildade; esta nos absolve de nossas fraquezas, aquele nos impede de cair em outras. Quanto aos santos-escretores, é de supor que foram canonizados apesar da condição literária.

xxxi. Seja discreto. É tão mais cômodo!

A moça — esguia, linha “dançante”, sapatos de bico quadrado — dirigiu-se à livreira:

— Ele me pediu que viesse ver uns livros. A senhora está informada?

— Estou. Telefonou pedindo que separássemos todos os livros sobre Betúlia. Mas ele não vem escolher pessoalmente?

— Coitado, não pode. Está estudando.

— Estes livros também servem para estudo — a livreira sorriu.

— É claro. Mas além disso está tomando providências, para não ser colhido de surpresa.

— Surpresa? Pois já não foi escolhido?

— Escolhido, foi. Não foi é convidado. Estamos aguardando a qualquer hora.

— Ahn.

— O presidente deu-lhe um tapinha no ombro e disse que precisava dele.

— Precisava para quê?

— Só pode ser para embaixador.

— Em Betúlia?

— Ele escreveu um artigo sobre ritos tribais em Betúlia. O presidente não perde os artigos dele. Se bem que ele preferisse ficar por aqui mesmo, num posto de responsabilidade. Há tantos. Me mostre os livros, por gentileza.

— São esses. A pilha é grande, como vê.

— Ótimo. Quanto mais volumes ele ler, mais habilitado estará para ser um grande embaixador em Betúlia, não é mesmo? Se bem que, para mim, não há nada como a observação direta, a vivência. Ele é inteligentíssimo, chega a Betúlia e domina logo a situação.

— De qualquer maneira, os livros não lhe farão mal...

— Lógico. Livro nunca é demais, ajuda a compor o ambiente de uma embaixada. Tem algum de estampas?

— Muitos são ilustrados.

— Eu vou selecionar as obras, mas queira começar pelos álbuns de estampas. A gente fica tendo uma ideia rápida dos lugares, das pessoas, do jeito de vida. O texto tem muita importância, é evidente, mas nessa época de viagens siderais... a senhora não acha?

— Este álbum sobre Opopônax é muito curioso.

— Opopônax? Eu sei, capital de Betúlia. Só esse nome dá vontade de ir lá. As outras cidades principais são... Bem, este ele não pode perder. Reserve um

exemplar. E sobre tradições, artes, história da Betúlia, será que tem? Ótimo, ótimo. Dizem que eles trabalham em marfim que é um estouro. Esses livros sobre economia, a senhora guarda para ele mesmo examinar, negócio de minério, de rebanhos, eu não entendo. E daí, ele também precisa fazer um pouco de força, não é? Estou brincando. Trabalhar, para ele, é até um vício. Que horas são?

— Doze menos cinco.

— E hoje é sábado, preciso ir correndo a uma *boutique* da rua Constante Ramos! Não tenho tempo de ver mais nada, vamos fazer o seguinte. Selecione os que a senhora achar bons mesmo, que possam impressionar os senadores, e mande para ele, com a fatura. É mais prático. O álbum eu mesma levo. Depois ele paga tudo, sim?

— Pois não, senhora embaixatriz.

— Embaixatriz, eu? Por quê?

— Não é a senhora dele?

— Sou a secretária. Ela também anda ocupadíssima. Trabalho com ele há cinco anos e posso garantir que é um amor de homem, vai ser o melhor embaixador do mundo. E como não pode passar sem o meu trabalho, vai me levar também para Betúlia. Adeusinho, muito obrigada!

O homem trazia um papel na mão, e consultou-o antes de perguntar se era ali que morava o sr. Fulano. E diante da resposta afirmativa: “Desculpe, mas o senhor morava em Belo Horizonte há trinta anos?”. Ouvindo que sim, pediu licença para apresentar-se. Nome e profissão: fotógrafo. O que desejava era saber de mim se me lembrava de certa empregada que tive em 1928, Marciana da Silva. Como havia de lembrar? Fazia tanto tempo, e não é comum guardar nome de empregadas, salvo quando ficam muitos anos na casa e se afeiçoam ou se fazem afeiçoadas. De 1928 eu não tinha lembrança alguma desse gênero. Retivera o nome de algumas empregadas simpáticas, nenhuma era Marciana. Ele podia fornecer-me outra indicação? “Não senhor, não tenho a menor indicação. Aliás, era isso mesmo que eu vinha com esperança de obter do senhor: uma indicação qualquer a respeito de Marciana. É minha mãe.”

— Ah. Pode descrever-me o tipo?

— Também é impossível. Não sei nada sobre ela, a não ser o nome. Nunca a vi desde que me entendo por gente, e do tempo de garoto não guardo a menor lembrança dela.

— E como sabe que ela foi minha empregada?

— Está aqui nessa carta do senhor ao diretor do Abrigo de Menores, pedindo minha internação. Passei seis anos lá, quando saí me deram cópia. Não repare estar meio rasgada, não é de hoje.

O papel falava, realmente, de um garoto de sete anos, sem pai, filho de Marciana da Silva, cozinheira. O menino e uma irmã de cinco anos viviam em companhia da avó, num povoado. A avó falecera, alguém tomara conta da irmã, ele ficara ao desamparo.

Palavra escrita desencava lembrança, e uma vaga Marciana, sem rosto mas com um problema de filho, despontou na memória, palidamente.

— Agora estou me recordando, sim. Marciana... Uma alta, ossuda. Só isso. Parece que ela ia visitá-lo sempre, comprava presentes para levar...

— O senhor não está enganado? Nunca recebi visita lá, nem presente, que me lembre. Deve ser outro caso.

— E por que não me procurou, ao sair do Abrigo?

— Eu tinha treze anos e não sentia falta. Fui trabalhar numa fazenda do oeste de Minas, levei tempo na roça. Depois, rodei por esse mundo. Guardava o papel comigo, sem interesse de indagar. Não tinha a menor curiosidade de minha mãe, entende? Era como se ela não existisse, como se eu tivesse nascido do nada. Sem retrato dela, sem um objeto, sem uma voz para ouvir quando a

gente está sozinho e garra a pensar nos outros, como é que eu ia lembrar? Depois fui mudando. Não sei explicar, me veio o interesse por minha mãe, como é que ela seria, como não seria. Voltei para Belo Horizonte, andei procurando o senhor feito agulha. Ninguém sabia informar. Afinal vim para o Rio, estou aqui há meses. Ontem achei o seu endereço na lista telefônica. Fique sossegado, não vim lhe pedir dinheiro, ganho pouco mas o bastante. Queria era saber de minha mãe, se ela ficou muito tempo em sua casa, para onde terá ido, se alguma vez deu notícia. Estará viva? O senhor não se lembra do rosto dela?

— É pena eu não ter nada para lhe contar senão essa lembrança vaga de sua mãe. Mas não faça mau juízo dela porque não o procurou. Quem sabe?

— O senhor pensa que eu faço? Eu compreendo tão bem que ela não quisesse saber de mim. Não podia me criar, só me daria miséria. Sua fé estava toda no Abrigo, que talvez fizesse de mim alguma coisa. Se não me visitava é porque não queria se prender a mim, nem me prender a ela, não acha?

— Acho. Foi isso, certamente.

— Sinto tanta falta de minha mãe, o senhor não avalia. Já não sou criança. Isso vem com a idade, talvez... no meu caso.

— Talvez. Que vai fazer agora?

— Vou continuar procurando. Mesmo que não encontre, quero saber como era, preciso de um rosto, de uma fisionomia que eu possa fixar bem, como se a tivesse conhecido. O senhor me desculpe se achar meio esquisito eu me contentar com isso. Sem nada é que não posso ficar. Muito obrigado, até qualquer dia.

Saiu, e não parecia desanimado.

O bloco passava lá fora, “experimentando” o Carnaval. Minha amiga foi atender o telefone, e ao voltar viu que sumira o relógio de pulso, deixado sobre a mesinha de cabeceira. Abriu a gaveta e examinou a caixa de joias: vazia. Nada de preço, mas de estimação: colar de pérolas cultivadas, anéis, broches, essas coisas. Cada peça lhe viera de uma pessoa querida, e era como se os ofertantes vivessem ali, disfarçados e condensados pelo ourives. Minha amiga ficou aborrecida. Não que participasse do horror capitalista a ladrões. Sem capital, achava exagerado esse sentimento. Nas vezes em que discutira o problema, opinara quase favoravelmente aos gatunos. Coitados, não tiveram boa formação familiar; a miséria é grande e espalhada, o corpo social se caracteriza pelo egoísmo. Erraram, apenas. E depois, tanto ladrão gordo por aí, recebido em sociedade, incólume, benemérito!

Por isso mesmo, sentia-se chocada com o acontecimento. Por que lhe faziam uma dessas? Pedissem qualquer coisa razoável, daria. Se não tinham coragem de pedir, se eram pobres envergonhados, que diabo, levassem objetos caseiros, sem história. É certo que ladrão não pode saber se um objeto está carregado de afetividade, e que dinheiro nenhum o compra.

Foi ao andar de cima conferenciar com o vizinho. Ele nada percebera, mas armou-se de pistola e resolveu caçar o ladrão, que pelo visto descera do morro próximo. Sempre desconfiamos do morro, como se esse acidente geográfico retivesse propriedades maléficas, extensíveis aos indivíduos que o habitam. Mas enfrentar o morro, àquela hora da noite, seria temeridade. Já ao transpor a porta da rua, o vizinho decidiu ficar por ali mesmo, pistola em punho, vistoriando os suspeitos que passassem, e não passaram.

Na noite seguinte, passou foi a patrulha de Cosme e Damião, que, inteirada do fato, pensou logo em Curió.

— Curió hoje de tarde estava querendo vender uns troços de ouro, umas correntinhas.

— Então me tragam o Curió que eu quero conversar com ele. Mas por favor, não o maltratem, hem — pediu minha amiga.

Curió apareceu pela manhã, encalistrado, com os policiais. Pequeno, modesto, simpático. O vizinho correu para apanhar a arma. “Não faça isso — ordenou-lhe minha amiga. Vamos conversar sentados no chão, que é melhor.” Cosme e Damião preferiram ficar de pé, Curió não se fez de rogado, e o vizinho adotou o figurino.

— Curió, foi você quem levou minhas joias de estimação?

De cabeça baixa, Curió admitiu que sim. Passara por ali, à hora em que o bloco descia, viu luz acesa, nenhum movimento, janela baixa, e tal, ficou tentado. Conhecia de vista a moradora, até simpatizava com ela. Mas praquê deixar tudo aberto, exposto, provocando a gente?

Lealmente, ela aceitou a censura, reconhecendo que não cuidara.

— Você fuma, Curió?

— Aceito, madame.

Cigarro ajuda a resolver. Cheio de boa vontade, Curió não podia restituir tudo. Parte dos objetos fora vendida, os brincos ele dera a uma senhorita. O colar, o relógio e dois broches, sim, devolveria se madame quebrasse o galho — e apontou para Cosme e Damião.

— Estão aí com você?

— Não, madame, mas pode fiar do meu compromisso.

O vizinho ia exclamar: “Essa não”, porém minha amiga pediu-lhe que se abstivesse de comentários. Continuaram negociando amigavelmente. Aquela fora a primeira vez, Curió vive de biscates, vida apertada, madame compreende. No outro dia voltou com as joias, menos as vendidas, e prometeu tomar os brincos à namorada. Minha amiga achou que não valia a pena magoar a moça, e louvou o desprendimento de Curió. E agora sua casa tem, numa só pessoa, encerador, bombeiro e cão de guarda, procurados há muito. O vizinho é que, indignado, e dizendo-se sem garantias, pensa em mudar-se.

— Não está me conhecendo? Sou a Luzia. Em casa todos bem?

— Oh, Luzia, desculpe. Ando com a vista meio fraca. Mas você está um bocadinho alinhada, criatura!

— O senhor acha? Bondade sua.

— Acho, não. É fato. Você se casou, Luzia?

— Que nada, doutor. Casamento é pra quem pode, quem sou eu?

— Você estava noiva quando saiu lá de casa.

— Estava sim, mas o senhor quer que eu seja franca? Não gostava dele, queria só casar, pra dar gosto à minha tia, que me criou. Aí eu pensei assim: Não tenho amor a este camarada, depois do casamento faço a infelicidade dele, não é direito. Até que meu noivo era legal, tinha uma alfaiataria em Niterói, carro na praça. Não fiz bem?

— Você foi muito correta, Luzia.

— Pois é. Mas depois me desiludi dos homens, sabe? Me desiludi completamente.

— Tão cedo!

— Tenho dezoito anos por fora, por dentro já perdi a conta. Veja só; fui ser cem por cento com o meu noivo, e quando arranjei outro namorado, não dei sorte.

— Também não gostou dele?

— Gostei demais, aí é que está. Foi o meu erro. Aí ele me disse que era casado, não podia remediar nada.

— Sendo assim...

— Mentira dele, doutor. Minha prima gostou de um cara que não usava aliança, quando foi ver ele tinha obrigação em casa, com cinco bocas. O meu não, se fez de pai de família pra não casar.

— É pena, Luzia. Mas não fique triste, há tanto marido ordinário nesse mundo, quem sabe se você não escapou de um!

— Ah, mas agora sou eu que não penso em casamento. Tenho mais que fazer.

— E que é que você faz?

— Pois o senhor não sabe? Quando saí de sua casa, resolvi acabar com o serviço de copeira. Empregada doméstica não resolve. Fiz o curso na escola de manicura, tirei certificado e fui trabalhar num salão de mulheres. Não dava pra pagar o quarto. O porteiro de uma boate olhou pra mim e disse: “Broto, não faz unha de mulher, que é fominha, faz unha de homem”. Mudei de salão, desta

vez dei sorte.

— Ótimo, Luzia.

— Graças a Deus nunca mais andei sem dinheiro, o senhor acredita? O patrão só me paga no fim do mês, mas os fregueses dão boas gorjetas, de maneiras que tenho sempre algum na bolsa. Agora estou menos folgada, porque tive de comprar móveis, o apartamento estava tão vazio!

— Que apartamento, Luzia?

— O que eu aluguei. Um freguês se ofereceu pra prestar fiança, dizem que isso é difícil.

— Não é difícil, é um sonho. E você se queixa dos homens?

— Quer dizer: de todos, não. Comprei os móveis no crediário e agora vou comprar uma radiovitrola. Quando acabar o pagamento compro a geladeira.

— Parabéns, minha filha, você venceu.

— Ah, doutor, não diga isso. Estou só começando. Quando quiser, apareça lá em casa que me dará muito prazer. Casa de pobre, mas tem uísque pros amigos. Recomendações à madame, um beijo pros netinhos!

E seguiu — o alegre estampado, a saia curta, as pernas longas e bem esculpidas, o bico fino dos sapatos, o sorriso de dentes alvos no belo moreno carregado do rosto.

Meu aplauso ao dr. Promotor de Justiça, que, contrariando a índole punitiva de sua classe, se recusou a contribuir para que um casal fosse parar na cadeia pelo simples fato de conversar em casa, de madrugada, em trajes de dormir. Do ato desse representante do Ministério Público se condui afortunadamente que em nosso país bater papo ainda não é crime nem contravenção, ao contrário do que pensa a polícia; pois a polícia pensa tão estritamente que lhe parece contravenção até mesmo o colóquio na intimidade do lar, a horas mortas, com a indumentária leve que o local e o momento aconselham e que o calor torna imperativo.

Longe de ser acusado, o casal merecia louvor e prêmio, pois, sem saber, estava restaurando o casamento em uma de suas características essenciais e mais belas, ou seja, o diálogo; diálogo infundável, não apenas pela noite afora, mas pela vida afora e, em certo sentido, para além dos tempos; confrontação contínua de duas partes irmãs, que dessa maneira se identificam e se reúnem, restabelecendo aquele mito grego segundo o qual, no princípio, os seres humanos eram completos e bivalentes, e só mais tarde se deu a lamentável separação que é do conhecimento público.

O que impressiona antes de tudo nos casais contemporâneos é o silêncio a que eles se votam, e que só se desfaz diante de terceira pessoa, quando então os dois começam a falar, não entre si, mas com ela. E conversaram tanto um com o outro, quando namorados e noivos. Casou? Calou a boca. Se a gente encontra na rua um homem e uma mulher caminhando juntos com ar de procissão de enterro ou de indiferença total, não é difícil imaginar que se trata de marido e mulher, às vezes até se estimando, mas ao mesmo tempo acostumados e desacostumados ao convívio. E não é porque lhes falte assunto, a vida é assunto contínuo, a própria relação entre eles uma fábrica de assuntos, mas não querem botá-la para funcionar, a menos que prefiram o funcionamento alternado ou fora do circuito, cada um comentando com quem melhor lhe pareça a matéria numerosa e variada dos dias.

Por isso, o casal quase processado porque papeava noite alta no quarto faz jus à nossa admiração. É um pobre casal que mora em habitação coletiva, num sobrado carcomido de Botafogo. Imagino que se percam de vista ao amanhecer; à noite, reencontrando-se, têm tanta coisa para se contar que a conversa — oaristo, é o termo próprio — se prolonga por horas e horas e não se esgota; e conversando e rindo, rindo e conversando, pois isto não exclui aquilo, antes o provoca, os dois, em suas roupas despretensiosas, me parecem sacerdotes de

uma religião perdida por incúria dos fiéis, mas que promissoramente renasce no interior de uma casa de cômodos.

Dir-se-á (e foi o que disse a polícia) que os demais moradores da casa de cômodos não gostam de ouvir conversa alheia, e deixam de dormir por causa de charla matrimonial. Tenho pena deles, não porque percam o sono, mas porque, abominando a conversação, esse prazer que antes de ser socrático já era traço da natureza humana, a repelem até nos vizinhos, e querem implantar a mudez como forma ideal de vida em comum. Coitados, precisam de uma cura de readaptação à palavra, à doce palavra de conversa íntima, tecida de pensamentos, notícias, piadas, delicadezas e deliciosas bobagens. E que às vezes nem chega a ser palavra, como no caso de uns namorados que vi conversando na praia, esquecidos de tudo e usando língua não dicionarizada: “Vlms?” “Zj swl.” “Mmmm.” “Yxk!” “...rqç.” Não era código nem nada; era amor, com seu vocabulário e sua sintaxe variadíssimos.

À polícia, tão empenhada em velar pela tranquilidade noturna, eu pediria que tomasse menos nota dos barulhos internos e mais dos externos. Numa terra em que há uma noite cada sete dias em que ninguém consegue tirar uma pestana — a noite de preparação da feira livre — é pena que ela fique de ouvido colado aos tabiques para pegar conversa de marido e mulher — a não ser que fosse para homenagear os conversadores com um ramo de violetas e a Ordem do legítimo Cruzeiro do Sul.

Um dos mistérios do Natal é caberem nele tantas festas: a religiosa, a familiar, a infantil, a popular e mesmo a agnóstica, dos que não apreendem o divino e entretanto o celebram. E todas essas comemorações se fazem em dois planos: o Natal exterior e o interior se interpenetram, mas não se confundem. Assistimos à festa nas ruas, nas casas, nas igrejas, participamos dela, mas promovemos em nós outra festa, ou tentamos promovê-la, calados, até melancólicos. Será o Natal solidão em busca de companhia?

Recordo uma noite passada no estrangeiro, há dez anos. 24 de dezembro. Estávamos reunidos em torno à mesa, comendo e bebendo coisas que é de praxe comer e beber em maior quantidade, numa data em que comida e bebida deviam ter tão pouca importância e contudo a têm enorme e simbólica. Sentíamos-nos felizes: uma pequena família que reúne suas metades habitualmente separadas tem direito a isso. Havia ainda a circunstância de que a família aumentara, e não era só um menino ideal que saudávamos, era também o menino de carne e osso, bochechudo, olhos azuis, dormindo no quarto próximo. A alegria não chegava a ser ruidosa, dado o temperamento geral e a conveniência de não acordar o menino. E seria completa, se algumas lembranças não nos acudissem: pessoas que tinham morrido havia muito tempo se apresentavam à lembrança, docemente importunas; recordá-las é bom e triste. Pessoas distantes, amigos, até desconhecidos, essa massa anônima que faz parte de nosso existir-em, e que lá longe, no Brasil, estaria vivendo seus diferentes natais, enquanto outra massa anônima em volta de nós se entregava aos mesmos ritos sacros e profanos. Estávamos protegidos, solidários, unificados; contudo, estávamos também isolados de inúmeros seres, nessa concha de egoísmo que é a felicidade doméstica.

O telefone interno tocou na copa; da portaria chamavam o dono da casa. Um rapaz italiano chegara do Rio de Janeiro no avião das 23 horas, atrasado, para, de surpresa, passar o Natal com a mãe, moradora no mesmo edifício. A senhora não estava, o rapaz queria entrar, e o porteiro, desconhecendo-lhe a identidade, não sabia o que fazer; como ele dissesse que vinha do Brasil, e nossa família é metade brasileira, o empregado entendeu que devia consultá-los.

Manuel (o dono da casa) desceu para conversar com o recém-chegado. Este era um moço simpático e mal escondia a ansiedade pelo desencontro. Então a mãe não recebera o telegrama? Ficou decidido que ele permaneceria no *hall* do edifício até que a senhora voltasse. Manuel subiu para trazer-lhe um prato,

copo e garrafa. Encontrou a família sob o impacto daquele viajante noturno, sem aconchego de Natal; trocou um olhar com a dona da casa e desceu novamente, de mãos vazias. Ia chamar o rapaz para a nossa mesa; se fosse um impostor, paciência. O rapaz subiu tímido, sem jeito. Ia dar trabalho, perturbar a intimidade... Reanimou-se ao calor de uns goles, contou-nos coisas, ouviu outras. De vez em quando olhava o relógio de pulso. Quanto tempo duraria a espera? Nossa intimidade se romperia, os assuntos tinham de ser mais gerais, mas déramos companhia a um estranho, parecia que nosso Natal se dourara de um elemento novo. Por outro lado, se a senhora italiana não chegasse, até quando o teríamos conosco, não ficaria meio cacete aquilo?... E se ela não o reconhecesse, havia de ser engraçado.

Essas imaginações passaram pela minha cabeça, que logo se envergonhou do mau pensamento; não há Natal perfeito. Às duas da madrugada, o telefone avisou que a senhora havia chegado e esperava o filho lá embaixo. Despedimo-nos. Tempos depois, Manuel estava no Rio e avistou o rapaz na calçada; ia abraçá-lo, efusivo, mas o outro o cumprimentou vagamente e afastou-se. Esquecera talvez a companhia, ou ela lhe lembrava demais o desamparo inicial.

Os garotos estavam indóceis, à espera do grande mocinho norte-americano, de passagem pelo Rio, que prometera ir pessoalmente à televisão. Na calçada, os brinquedos não engrenavam, ninguém tinha alma para os jogos de todo dia. A proximidade do herói, num ponto qualquer da cidade, os punha nervosos; e pediam a hora a quem passava, sentindo que o tempo trabalhava de bandido, em sua lentidão.

À hora anunciada, em casa de Alfredinho, sentaram-se no chão, diante do aparelho, e toca a suportar anúncio de sabão, de loteamento, de biscoito: sabiam por experiência ser esse o preço que pagamos pelo prazer das imagens. E sendo maior, aquele prazer devia ser mais caro.

Afinal, o locutor anunciou a chegada do cavaleiro famoso, ídolo das crianças do mundo inteiro. E o ídolo era simpático, falava inglês mas tinha outro cavaleiro ao lado para traduzir, só que viera a pé e foi se sentando, cansado talvez de cavalgar por montes e vales do Oeste, e de tanta luta contra os maus: ladrões de cavalo, ladrões de mala-posta, ladrões de tesouro enterrado.

Sentou-se e deram-lhe sorvete, que o herói ingeriu muito delicadamente, surpreendendo a todos, *cowboys* amadores de Copacabana, que lambem doze gelados por dia, mas nunca seriam capazes de imaginar que um vaqueiro “legal” gostasse de sorvete de café, e o tomasse com modos tão distintos.

E o locutor foi conversando com ele. É verdade que possuía quatrocentos revólveres? Sim, possuía quatrocentos revólveres, para o gasto. A notícia agradou em cheio ao auditório, e Kleber perguntou como é que ele podia manejá-los todos de uma só vez, mas Gaúcho mandou-lhe calar a boca. Alfredinho tinha ares de dono do mocinho e da armaria, e os olhos azuis de Toto prestavam furiosa atenção.

O locutor pediu licença ao herói para mostrar sua roupa aos telespectadores. E o herói virou figurino: primeiro o chapéu, com fitinha de prata e incrustações de ouro; a gravata curta era revestida em parte por uma chapinha de prata onde se empinava um cavalinho também de ouro; na ponta do colarinho, mais um bocado de metal de qualidade produzia reflexo; a fivela do cinturão ostentava também elementos de ouro e alguns rubis; na bota, flores vermelhas e folhas verdes, em relevo no couro; biqueira de prata, com três tachinhas de ouro, e tacão alto, de prata. Maravilha das maravilhas. Trajes iguais, naturalmente empregando metais menos nobres, seriam expostos à venda na semana seguinte, pois o vaqueiro tem uma fábrica de roupa, só para fabricar o vestuário de seus amiguinhos que quiserem imitá-lo.

Conversa vai, sorvete vem, o herói tranquilo, de mais de quarenta anos, respondeu à pergunta sobre o faturamento da matriz de sua fábrica nos States — coisinha de milhões — e recebeu com benevolência os cumprimentos de um *cowboy* da praça, este, simples consumidor.

Mauricinho, estirado no tapete, quis perguntar pelo Gatilho, o famoso cavalo do herói e parte integrante do mito, porém os outros, mais velhos, explicaram-lhe que não adianta perguntar de casa, tem de ser no estúdio. Por que não aparecia Gatilho? Mocinho sem cavalo é mocinho? Mocinho sentado, tomando sorvete, mostrando como abotoa e desabotoa camisa, é mocinho?

E os quatrocentos revólveres? Por que ele não dava ao menos um tiro, de farra?

O programa acabou, os garotos foram saindo sem entusiasmo. Naquele horário, estavam habituados a ver filmes do herói, em que ele desenvolve bravura, astúcia e generosidade exemplares. Ali, encontravam apenas um senhor meio maduro, folheado a ouro e prata, vendendo roupa e refrescando-se com gelados.

Mauricinho, o mais moço, resumiu a impressão geral:

— Não gosto de mocinho, gosto é de filme de mocinho!

I. A MESA

Uma das sedes da nostalgia da infância, e das mais profundas, é o céu da boca.

A memória do paladar recompõe com precisão instantânea, através daquilo que comemos quando meninos, o menino que fomos. O cronista, se fosse escrever um livro de memórias, daria nele a maior importância à mesa de família, na cidade de interior onde nasceu e passou a meninice. A mesa funcionaria como personagem ativa, pessoa da casa, dotada do poder de reunir todas as outras, e também de separá-las, pelo jogo de preferências e idiossincrasias do paladar — que digo? da alma, pois é no fundo da alma que devemos pesquisar o mistério de nossas inclinações culinárias.

A mesa mineira era grande, inteiriça e de madeira clara, só mais tarde, no “tempo de Venceslau”, substituída pela novidade da mesa elástica, que divertia a gente, mas era uma ruptura com o quadro estático da casa imperial. À esquerda e à direita, estiravam-se dois bancos compridos, sem espaldar, em que irmãos e parentes em visita se sentavam por critério hierárquico. À cabeceira, na cadeira de jacarandá e palhinha, o pai presidia. Não era hábito convidar ninguém para almoçar ou jantar; quem chegasse à hora da refeição, abancava-se e enrolava o guardanapo ao pescoço. A ausência de etiqueta permitia visitas a qualquer hora; e essa era mesmo preferida por alguns, desejosos de variar de tempero. Comida havia para todos, e sobrava sempre, não por ser má, senão porque a fartura era condição da família burguesa, fazia parte do *status*, e os donos da casa se envergonhariam com a insuficiência de um prato. A mãe praticamente não se sentava, ocupada em servir a todos, de sorte que ia comer no fim, ou “lambiscar”, como fazia de preferência.

Contudo, essa comida era sóbria na variedade, para não dizer rude. Muitos pratos na mesa — sempre de seis a oito. Todos de composição singela, alguns seriam antes elementos de prato, que combinavam ao capricho do comensal. Olhando para trás no tempo, o suposto memorialista encontra a larga travessa da carne assada, a galinha completa, o angu (que merece notícia mais desenvolvida). O feijão se convertia em tutu para acompanhar a carne de porco dos domingos e dias de festa. Domingos em que se oferecia aos garfos a alta empada com recheio de galinha e azeitonas pretas — o recheio, aqui, figura na absoluta precisão do termo, pois se estufava de tão denso amálgama, ao contrário dessas empadinhas modernas, que estalam e furam a um leve toque, encerrando mais vento que substância. Nobres empadões da rua Municipal! Mesmo os “enjoados”, que não vos distinguiam com a sua predileção, porque apenas “bicavam” os pratos entupitivos, não se eximiam a admirar a majestade

arquitetônica de vosso porte, no centro da mesa repleta.

A comida, imune a influências no meio ilhado entre montanhas, era simples, simples a lembrança que deixou; e quem dela se nutriu quase sempre torce o nariz aos requintes, excentricidades ou meras variedades culinárias de outras terras.

II. O OVO

Não era usual a sopa de macarrão, e muito menos a macarronada, que a cidade não fabricava aquele produto; quando surgiu, a “pinta” mineira da comida já se desvanecia. Podia entretanto fazer-lhe as vezes, como sopa, quando se preparava mais rala, a modesta canjiquinha, feita de milho pilado, e que as instruções maternas tornavam rósea, mercê de não sei qual condimento; mais consistente, seria um creme igualmente leviano. A estima do garoto, porém, ia para outro creme, esse de fubá, e até hoje, a seu ver, inigualável — o citado angu.

Sorrirão de desprezo leitores civilizados, entre os quais esse prato não goza do menor favor. “Comida de preto”, já ouvi dizer com racismo de mesa, e um antigo oficial de gabinete me contou que retinha às vezes o motorista da repartição para almoçar em casa; se havia angu, o homem torcia o nariz e cruzava o talher, pretextando falta de apetite. Percebendo que o angu constituía falta de gosto alimentar, a dona da casa acabou por suprimi-lo do almoço do motorista, mandando servir em seu lugar qualquer dessas bobagens incaracterísticas que iludem a fome do carioca. Isso não me convence, entretanto, de que o angu, na sua finura mais caprichada, que lembra a gelatina e conserva a essência do milho, e tão apreciável no quente como no frio, deva ser considerado primo pobre em mesa de rico.

O ovo... ah, o ovo! Por mais longe que afunde nesse mato de lembranças, o evocar o mineiro enxerga um contínuo, implacável ovo de galinha, estrelado, ou melhor, “estalado” para sustento do menino fraco, por prescrição médica ou decreto materno, e coma ovo ao almoço, e coma ao jantar, e tome gemada, que tanto pode ser fria ou quente, mas tenha sempre um ovo no prato e outro na tripa.

Os ovos vinham na estaladeira, fervendo em gordura num rebolar de clara compacta, ao serem servidos; e a boa maneira de ingeri-los era fazer uma mistura espessa com o arroz, o feijão, a carne, o chuchu, o angu, a abóbora e o legume do dia, e sorvê-la a boas garfadas. Não era feio “compor” esses bolos; feio seria ignorar-lhes a técnica. Mas, para o menino, a obrigação era absorver diariamente certa quantidade de ovos, a maior possível, proveniente de aves de confiança que ciscavam nas imediações da horta, e que ao entardecer, com uma

satisfação maligna, “apalpávamos” no lugar conveniente, para saber se no dia seguinte “iam botar”.

A triste obrigação ovípara transformara-se em hábito, e este, sem maior exame, era proclamado prazer, de sorte que se por acaso ia o garoto jantar em casa de primos, a tia, já informada da preferência daquele ente “difícil”, sabia como satisfazê-la: “Come mais estes ovinhos de que você gosta tanto, menino”. E se ele tentava esboçar reação — “Deixe de partes, vamos!”. Só na madureza conseguiu libertar-se dessa rotina variável, que ele próprio acabara admitindo como de seu gosto pessoal. Quantas pessoas não transformam a imposição em ato voluntário, e quantas submissões ignoradas de nós mesmos não amortecem nossa liberdade?

III. COM AÇÚCAR

Haveria que dizer de pratos complementares, como o torresmo, que o antigo menino do interior aprendeu a estimar tão tarde, quando só de raro em raro o encontra; a paçoca, de uma força obstrutiva que reclama imediata molhadura. De resto, não podiam faltar as farinhas de milho e de mandioca, em recipientes de madeira, e a diligência preliminar para a feitura do “bolo” a ingerir consistia em elaborar uma papa grossa de feijão e farinha, com o apoio da faca, que ia estruturando e esculpindo o bocado para o garfo.

No capítulo verduras é que ele repara hoje na pobreza de nossa comida mineira dos primeiros anos do século, em contraste com a profusão de legumes que mais tarde se aprendeu a cultivar por aí afora, com suas vitaminas classificadas. Dispúnhamos de pouco mais que alface, couve, repolho, almeirão, taioba, agrião, caruru e jiló (João Jiló, pela cara e pela função amargas, era a alcunha do carcereiro local).

Qual de nós poderia gabar-se de conhecer espinafre? bertalha? brócolos? Éramos mais bem providos de raízes e tubérculos, e cará, mandioca, cenoura, mangarito se alternavam ou convizinhavam na mesa. A batata-roxa, com seu tom de paramento de igreja, litúrgico e passional, não deixava de impressionar o garoto, como o faria mais tarde o roxo cardinalício da beterraba; mas preferia-lhe o sabor grato e roceiro da batata-doce, branca, assada com casca, na cinza do borralho, para sobremesa.

E aqui é o ponto onde a saudade se põe realmente a gosto, para restaurar velhas, ingênuas delícias do paladar. Entre o sal e o açúcar, sempre optara por este, de sorte que o jantar consistia, no caso particular deste escriba, numa preparação do doce. Também simples os doces, mas deles se poderá dizer, sem ênfase rememorativa, que nunca mais serão provados com a mesma pasta e sabor, feitos que eram segundo velhas receitas de família, avaramente

guardadas até mesmo de primas e cunhadas, a quem se queria cativar com a oferta de tabuleiros repletos de coisas pecadoramente gostosas, mas a quem se negava o “segredo”.

Pondo de lado o rotineiro queijo frito com açúcar, um respeitável pudim, com seu fino lençol açucarado sobre a camada superior, assumia posição de destaque entre as demais peças. Não era pudim disso ou daquilo, com elementos discriminatórios; era simplesmente pudim, massa consistente, túrgida, enriquecida por estilhas de cidra e laranja encravadas aqui e ali. (Variante única e menos prestigiosa, com qualquer coisa de protestante, o pudim de queijo.) Em redor, agrupavam-se o prato de pastéis de nata, puro céu; o de “canudos”, compridos e repletos de doce de leite, e obturados por uma camada de fios de ovos; as compoteiras de cristal facetado, azul e verde, guardando os doces secos e os doces em calda (outra vez cidra e laranja, e mais figo, mamão, pêssago). A fila de compoteiras, na copa, valia por si só um poema; até vazias eram bonitas e boas de se ver, pelo que evocavam, não falando na sedução das cores. Geleia preta e trêmula, ou branca e betuminosa, de mocotó, fazia-se apreciar devidamente.

Mas a sobremesa imprevista... fica para o fim.

IV. SIÁ MARIA

A sobremesa imprevista vinha no bolso do pai. Ele regressava da fazenda trazendo araças, ingás, araticuns, bacuparis, gabirobas, frutas-de-conde. A Fazenda do Pontal, antiga dos Doze Vinténs, ficava perto da cidade, e ele ia e voltava todos os dias. Esperá-lo junto às últimas casas, onde a rua terminava em porteira e começava o campo largo, e pegar-lhe a garupa, era um prazer que de raro em raro nos oferecíamos, e que por isso mesmo se valorizava. Tão carregadas vinham suas algibeiras, ou o estão hoje na memória de quem escreve! E tirava e tirava novas frutas silvestres, e ria escondendo outras que tínhamos de descobrir. Essas pequenas astúcias, esses jogos são hoje uma festa para a recordação, que vigia e prospecta sempre.

Algumas linhas apenas, para situar no tempo as refeições. Acordar às sete (com aquele frio de montanha) e café com leite; almoço às nove; lanche às doze (chamava-se café do meio-dia e era um novo café com leite). Esses cafés eram forrados a biscoito de polvilho, pão de queijo, bolo de feijão que ardia na boca, de tão apimentado, rosca ou queca (nacionalização do *cake* inglês). Coisas diversas, que meninos de tabuleiro à cabeça iam vendendo de porta em porta — quitanda era o nome — e que se adquiriam um pouco por serem gostosas, enquanto o pão de trigo da cidade era geralmente ruim, e outro pouco para ajudar as viúvas ou velhas parentas pobres que as fabricavam.

O horário era rígido, como de internato. Mas bastou que a irmã mais importante voltasse de uma temporada na capital, com a cabeça cheia de novidades, para que se introduzissem em casas ritos perturbadores: almoço às dez, que tarde! jantar às cinco, sutilezas de arranjo de mesa, e mais um prato “moderno”, e mais essa ou aquela mudança no secular estatuto. Aderíamos todos ao moderno, mal sabendo o que abandonávamos em sofás antigos, em camas d. Maria I, em estilo mineirão de comer folgado, em raiz, em húmus, em nós mesmos. E nunca mais ninguém soube fazer para o antigo menino, por mais que ele suplicasse e explicasse e inventasse, e por maior que fosse a boa vontade da executante, certa sobremesa singelíssima, de leite fervendo, ovos, açúcar, canela e mistério, que sua mãe, cansada de tantos filhos, e de tanto rebuliço de cada filho, ainda assim mansamente lhes preparava.

Aí ficam estas recordações palatais, fracas e omissas, como testemunho de infância, menos individual que de um grupo, uma região, uma faixa de tempo, e que outros completarão com segurança. A comida não era o principal atrativo da meninice refolhada e cismarenta, dentro da qual situo os pratos azuis com desenho chinês. Para que o infante comesse, quantas vezes era preciso que a velha Siá Maria, com seu lenço na cabeça e sua falsa severidade, o levasse, e mais ao prato fundo, a passeios absurdos no alto da cidade, como se a paisagem de montanha, na rua sem casas a que chamávamos “Avenida”, ou o esforço da caminhada, lhe abrissem um pouco o esquivo apetite.

Excelsa, afetuosa e anônima cozinheira que deu de comer a três gerações — estátua de silêncio, hoje em dia, na cerração do tempo.

Moravam debaixo da ponte. Oficialmente, não é lugar onde se more, porém eles moravam. Ninguém lhes cobrava aluguel, imposto predial, taxa de condomínio: a ponte é de todos, na parte de cima; de ninguém, na parte de baixo. Não pagavam conta de luz e gás, porque luz e gás não consumiam. Não reclamavam contra falta d'água, raramente observada por baixo de pontes. Problema de lixo não tinham; podia ser atirado em qualquer parte, embora não conviesse atirá-lo em parte alguma, se dele vinham muitas vezes o vestuário, o alimento, objetos de casa. Viviam debaixo da ponte, podiam dar esse endereço a amigos, recebê-los, fazê-los desfrutar comodidades internas da ponte.

À tarde surgiu precisamente um amigo que morava nem ele mesmo sabia onde, mas certamente morava: nem só a ponte é lugar de moradia para quem não dispõe de outro rancho. Há bancos confortáveis nos jardins, muito disputados; a calçada, um pouco menos propícia; a cavidade na pedra, o mato. Até o ar é uma casa, se soubermos habitá-lo, principalmente o ar da rua. O que morava não se sabe onde vinha visitar os de debaixo da ponte e trazer-lhes uma grande posta de carne.

Nem todos os dias se pega uma posta de carne. Não basta procurá-la; é preciso que ela exista, o que costuma acontecer dentro de certas limitações de espaço e de lei. Aquela vinha até eles, debaixo da ponte, e não estavam sonhando, sentiam a presença física da ponte, o amigo rindo diante deles, a posta bem pegável, comível. Fora encontrada no vazadouro, supermercado para quem sabe frequentá-lo, e aqueles três o sabiam, de longa e olfativa ciência.

Comê-la crua ou sem tempero não teria o mesmo gosto. Um de debaixo da ponte saiu à caça de sal. E havia sal jogado a um canto de rua, dentro da lata. Também o sal existe sob determinadas regras, mas pode tornar-se acessível conforme as circunstâncias. E a lata foi trazida para debaixo da ponte.

Debaixo da ponte os três prepararam comida. Debaixo da ponte a comeram. Não sendo operação diária, cada um saboreava duas vezes: a carne e a sensação de raridade da carne. E iriam aproveitar o resto do dia dormindo (pois não há coisa melhor, depois de um prazer, do que o prazer complementar do esquescimento), quando começaram a sentir dores.

Dores que foram aumentando, mas podiam ser atribuídas ao espanto de alguma parte do organismo de cada um, vendo-se alimentado sem que lhe houvesse chegado notícia prévia de alimento. Dois morreram logo, o terceiro agoniza no hospital. Dizem uns que morreram da carne, dizem outros que do sal, pois era soda cáustica. Há duas vagas debaixo da ponte.

O lotação ia de Copacabana para o centro, com lugares vazios, cada passageiro pensando em sua vida; é o gênero de transporte onde menos viceja a flor da comunicação humana. Quando, em Botafogo, ouviu-se a voz de um senhor lá atrás:

— Olhe aqui, vou atender a você, mas não faça mais isso, ouviu? É muito feio pedir dinheiro aos outros. Na sua idade eu já dava duro e ajudava em casa.

E passou a nota ao rapazinho de quinze anos, se tanto, que a recolheu com humildade. O homem continuava, agora dirigindo-se a outro passageiro:

— Está vendo? Fica essa garotada aí vivendo de expediente, encontra uns sujeitos como eu, que vão na conversa, e depois...

— Isto é um país sem solução, comentou o vizinho. Não há escola profissional para os meninos, andam jogados ao deus-dará, enquanto o governo só faz besteira. Não vê o porta-aviões?

O rapazinho não parecia interessado na crítica ao governo, e mudou de lugar. Foi para junto de outro senhor e expôs-lhe o problema, baixinho.

— Como é?

— Areia Branca. Lá é minha terra. Tou querendo voltar, falta só 27 cruzeiros...

O homem puxou lentamente a carteira, lentamente extraiu uma nota, passou-a ao rapazinho.

— Está vendo?, comentou o senhor do fundo. Aquele ali caiu também, quem é que não cai? Aposto que esse menino não vai pedir àquela senhora da esquerda. Mulher não vai na onda, só tem pena de aleijado e de velhinho.

De fato, o postulante deixou de lado a senhora e a moça que havia no carro, e foi contar a história mais adiante (com êxito) a outro representante do sexo frágil, isto é, masculino.

— Oba! Já tenho vinte, daqui a pouco posso ir para Areia Branca.

E foi sentar-se ao lado de outro jovem, que, pelos cadernos de capa grossa na mão, se revelava colegial.

— Quer me ajudar? Então inteire minha passagem para Areia Branca.

Não era pedido; era recomendação, em tom natural, tão natural que o estudante não discutiu. Sacou do bolso o macinho de notas miúdas — dinheiro do sorvete e da volta —, contou-as uma por uma e estendeu cinco.

— Se você quer ajudar, inteira logo. Mais dois.

O outro passou-lhe os dois, que esperara inutilmente salvar da requisição, e à guisa de agradecimento o beneficiado esticou o dedo:

— Espia só o mar: que estouro! Areia Branca é do outro lado.

E levantou-se mais uma vez, foi ao motorista, curvou-se, passou-lhe o braço nas costas, numa conversa particular e macia. O senhor de trás, moralista e observador implacável, ia-lhe acompanhando as evoluções:

— Olha só o garoto. Aposto que cantou o motorista para uma carona.

O motorista — de queixo comprido, lembrando agradavelmente o velho Ademir — sem volver o rosto, foi dizendo:

— Cai fora, coisinha.

— Eu não disse? — comentou o de trás, satisfeito com a própria agudeza.

O loteação parou, o meninote desceu. Aí, intervém a senhora, até então muda e queda como penedo:

— Garanto que agora ele vai tomar outro loteação para Copacabana e repetir o golpe.

— Não duvido nada — secundou o moralista, meio desapontado porque não lhe havia ocorrido esse desenvolvimento.

O rapazinho atravessou a rua — era no contorno do Morro da Viúva — e parou à espera, na calçada.

— Vejam só — continuava exclamando o homem. — Vem com essa conversa de Areia Branca, Areia Branca, um nome tão poético, lembra o Caymmi, a gente não resiste mesmo. Se ele dissesse que queria voltar para Areia Preta, essa não, eu pensava naquela praia do Espírito Santo, em reumatismo, não soltava um níquel. Mas Areia Branca, esse moleque é impossível!

Queria mandar mil recados a pessoas mil desta cidade e de outras, do Brasil e do mundo. Mil é exagero: em todo caso, trinta, quarenta, que em linguagem corrente se traduzem por “milhões”. Queria aproveitar este dezembro para dizer-lhes que os meses passaram tão ligeiros, mas tão, que não houve tempo para revelar-lhes como eu lhes quero bem; e meu silêncio sabe como isso é verdade. Não disse a palavra que esperava ser dita; não botei cartas no correio, e não foi esquecimento, pois nem sequer as escrevi. Entretanto, se o carteiro não me trazia notícias ou simples lembranças em cartão-postal, bem que me queixava, resmungando que me haviam esquecido, pior ainda, substituído. Não fui a casamentos para os quais me convidaram, deixei de comparecer a enterros, mas os casais e os mortos hão de me perdoar, os primeiros porque estão se amando ainda, os segundos porque tudo perdoam. E todo ano é assim; e assim será enquanto esta anímula sem tempo de ser alma transitar pelas ruas da vida. O tempo é nossa desculpa, nossa ferida, nosso modo de não existir, pensando que estamos vivendo. Os mortos que não me tiveram a seu lado quando se aprofundaram na experiência vital da morte, esses venceram o tempo, estão completos, organizados, sobre eles o tempo não tem ação, carece ele próprio de tempo para arranhá-los. Também não fui aos coquetéis, às inaugurações, aos jubileus, às missas em ação de graça, às colações de grau, às *premières*, aos embarques, aos desembarques, aos grandes jogos do campeonato, a um simples encontro marcado com o rapaz de Curitiba em dia não chuvoso e de condução fácil. Não li a maior parte dos livros que me ofereceram nem os poucos que comprei, juntando-os à montanha de volumes dos anos passados, na esperança de ler tudo no dia em que completar cem anos e me aposentar de terrenos vis cuidados; torci a cara aos que me procuraram sobraçando suas produções inéditas e pedindo conselho ou ditirambo; se algumas vezes cedi, nem sempre foi de coração aberto, e não raro me surpreendi desejando cordialmente que se acabasse a literatura, levando consigo a arte concreta e a informal. Omissões e rabugices de cavalheiro *in his fifties*, desculpem; mas gostaria que a vida nos desse tempo de vivê-la. Às deficiências pessoais juntam-se os excessivos (em número e grau) acontecimentos. Há acontecimentos demais para um só coração, um só espírito, um só estômago, apenas dois braços e duas pernas. Não estou me desculhando; registro.

Esta mensagem tosca se dirige pois a todos quantos esperavam alguma coisa do jornalista ou do homem em 1959 e não a obtiveram; a todos que quiseram dar-lhe um pensamento, uma palavra, um sorriso, que ele não soube recolher

ou pressentir. É a crônica do não: “não” fiz isso, “não” agradei aquilo, “não” participei, “não” ajudei. E vale também para o futuro, pois a sabedoria de Itabira do Mato Dentro, em um provérbio inventado neste momento, ensina que burro velhote não acerta o trote. Entro em férias; mas antes quero desejar a leitores e amigos as alegrias e suavidades a que o tempo convida, inclusive aquele “jantar de muita vaca e riso”, de que falava frei Bartolomeu dos Mártires, com botelhas do fino, do legítimo; e se isso não for possível, pelo menos bons sonhos.

1959

Confesso que até hoje pela manhã nutria secreta esperança de ser convidado para o casamento da princesa Margaret Rose, mas a chegada do carteiro, que trouxe apenas o boletim de propaganda da embaixada do Japão, dissipou completamente essa veleidade. Bem que esperei dois meses, dentro da maior discrição, nada confidenciando aos mais íntimos. Os Windsor não deixarão de ter essa delicadeza, pensava comigo. Mas a poucas horas das bodas, e já sem tempo para tirar certidão negativa do imposto de renda e visar passaporte na Polícia Marítima, devo admitir, sem mais ilusões, que não estarei presente ao casamento dessa moça.

Entretanto, bem que os Windsor (não me refiro aos duques, mas à casa real inglesa) poderiam ter se lembrado deste humilde representante da casa dos Drummond — casa um pouco mais antiga que a deles, cuja dinastia oficialmente teve início em 1901, com Eduardo VII, enquanto a fundação da nossa remonta a 1066. Sabem que significa essa data? Para a Inglaterra, a organização nacional, com o domínio de Guilherme, o Conquistador. Para nós, escoto-brasileiros, a origem dos Drummond, na pessoa do príncipe Maurício, da Hungria, agraciado com esse nome por obra e graça do rei Malcolm III, da Escócia.

O caso é que esse Maurício salvou a pele dos príncipes ingleses, seus primos, comandando o barco que os livrou da fúria de Guilherme e que, tangido pela tempestade, fora arrojado na costa escocesa. O rei Malcolm agasalhou a todos e casou com a princesa Margarida, prima de Maurício — venerada hoje nos altares católicos como santa Margarida da Escócia —, e deu ao primo senhorio e título de nobreza local, com o nome Drummond. Em celta, *drum onde*, isto é, alta onda, em lembrança dos perigos marítimos vencidos pela habilidade e bravura (*skill and gallantry*) de meu antepassado, primo de uma santa.

Não vou apregoar aqui a história dessa gente Drummond. Na ascendência húngara, reis e rainhas nossos avós vinham de Arpad, fundador do reino em 850. Na descendência gaélica, tivemos onze senescais de Lennox, o primeiro deles morto na batalha de Alnwick, em 1093. Sir John Drummond, 110 senescal, enjouou do cargo, disse uma palavrinha ao ouvido do rei e recolheu-se a seu castelo de Sthoball. A rainha Anabela Drummond, esposa de Roberto III da Escócia, era nossa irmã, isto é, de sir John Drummond. Nosso brasão parlante ostenta, em campo de ouro (privativo dos príncipes de sangue real), três faixas onduladas de goles, elmo e paquife, e, como tenentes, dois selvagens

coroados de hera, empunhando cajados nodosos. Perguntem a um heraldista — o dr. Galdino Duprat — o que significam essas nobres imagens.

Não lembrarei nosso poeta da família, William Drummond, do século xvii, amigo de Ben Johnson e instaurador do soneto na poesia inglesa, até aí desprovida desse florão. Nem preciso citar bibliografia genealógica; é o que não nos falta, louvado Deus.

Depois de tudo isso, com tudo isso... Marlene Dietrich foi convidada para a festa e esquivou-se: tinha um contrato a cumprir. Ora vejam. As famílias reais europeias fecharam-se em copas, ante o convite: ou não lhes agrada o noivo fotógrafo, aliás boa-praça, ou qualquer coisa nos Windsor não lhes apraz. Mas a mim, que não me convidaram, cabe perguntar, sem amargura, porém com altivez: Por que os Windsor fizeram isso? Eles eram apenas uns teutos Saxe-Coburgo-Gotha até 1917, quando Jorge v os nacionalizou por circunstâncias de guerra, dando-lhes a apelação atual; nós somos Drummond há quase novecentos anos, nunca mudamos de nome, temos nosso castelo medieval no condado de Perth e, mesmo não cultivando o brilho meio imperial meio republicano dos príncipes d. Pedro e d. João, mantemos verdejante, embora no arquivo, nossa árvore de costado. Será que as velhas lutas entre a Escócia e a Grã-Bretanha, que uma vez levaram nosso amado oitavo senescal ao cárcere de Wisbach, ainda perduram no espírito dessa gente? Não posso crer. Paciência. Desejamos felicidades à menina Margaret e ao Anthony; sobretudo, que se livrem dos salamaleques e bobagens da corte. Mas não esperem nosso telegrama, ó primos Windsor; e no dia das bodas, não abriremos em honra do desposório nosso uísque Drummond, outra especialidade de *the most noble and ancient House of Drummond*.

— Vou deixar com o senhor o questionário do recenseamento. As respostas — veja bem — devem ser claras, sinceras...

— Mas a senhorita me garante que haverá sigilo?

— Absoluto. É de lei.

— Mesmo que eu conte tudo?

— Tudo o quê?

— Suponhamos que no item da profissão eu bote: contrabandista.

— O senhor não vai fazer uma coisa dessas.

— A senhorita não advertiu que as respostas devem ser claras, sinceras?

— Então o senhor é contrabandista?

— Não disse que sou. Podia ser.

— Contrabandista não é profissão.

— Não é? Tem muita gente que vive disso, sustenta a família com isso.

— Bom, não me compete resolver. Bote como quiser.

— Vou botar jornalista. Perguntei porque a senhora me disse que o IBGE quer estabelecer a composição da mão de obra nacional, apurando a ocupação de cada um. Parte dessa mão de obra se aplica em misteres ilícitos. Conheço um sujeito na Paraíba que vive de assassinatos, tem clientela, sustenta a família com isso.

— Felizmente não sou recenseadora na Paraíba.

— É o que eu estava pensando. Seria uma pena a senhorita não se dedicar aos moradores desta rua.

— Obrigada pela preferência, mas... O senhor vai demonstrá-la preenchendo bem direitinho este papel. É só botar um X no quadradinho destinado a cada resposta.

— E tenho que dizer quanto ganho?

— Claro que tem.

— Eu já disse ao Imposto de Renda.

— Ao Imposto de Renda o senhor mentiu, não foi? Veja lá.

— Como é que a senhorita sabe?

— Eu não sei. Imagino. Me disseram que todo mundo faz isso.

— E agora vou confessar ao IBGE que soneguei rendimentos?

— O IBGE não conta a ninguém. Vamos, coragem.

— Assim ele ajuda a fraudar o fisco. Não está direito.

— E o senhor acha direito mentir duas vezes? Pense no segredo da confissão. Faça de conta que eu sou o padre.

- Isso nunca. A senhorita é padre coisa nenhuma.
- De qualquer maneira o senhor está se confessando.
- Absolutamente. Eu não confessei que fiz declaração falsa ao Imposto de Renda. A senhorita é que acha que eu devo ter feito.
- Tanto melhor. Confirme agora a declaração exata, no total.
- Também não disse que fiz declaração exata.
- Vamos admitir que fez. Por que desconfiar do cidadão? Mantenha-a perante o IBGE, dizendo quanto ganha por ano. Seja bonzinho...
- Sabe de uma coisa? A senhorita diz isso de um jeito, fala de um modo tão veludoso, que até sinto vontade...
- Bravos!
- De exagerar minha renda, inventando milhões.
- Para quê?
- Para elevar a taxa da renda nacional *per capita*.
- O senhor é louco!
- Nunca me senti tão equilibrado como agora. Queria só ver a sua reação.
- E qual foi a minha reação?
- Não de todo má. Louco é quase elogio.
- Para seu gosto, pelo menos.
- A senhorita classificou este quase recenseado, individualizou-o, vai guardá-lo na memória. Obrigado. Mas queria dizer-lhe outra coisa.
- Diga.
- Esse negócio de recensear todas as pessoas que passarem em nossa casa a noite de 31 de agosto para 1º de setembro...
- Que é que tem?
- Nada, não pense que eu esteja pensando algo malicioso. Não há meio de alterar a data?
- Havia de ser engraçado: fazer o censo variar de data conforme o agrado ou a conveniência de cada um. Qual, o senhor não regula mesmo.
- Logo na noite de 31...
- Há alguma coisa de extraordinário na noite de 31?
- Meu horóscopo diz que não devo facilitar com ela.
- E o senhor acredita em horóscopos?
- Neste comecei a acreditar.
- Por quê?
- Porque ele me preveniu que eu encontraria uma jovem de cabelos azuis e olhos louros, perdão, de cabelos louros e olhos azuis, com uma pasta preta na mão, como a senhorita, e eu encontrei.
- O senhor mentiu ao Imposto de Renda, pensou em mentir ao IBGE e agora está mentindo para mim.
- Senhorita, as informações devem ser simples e sinceras! O jornal está

aqui em cima da mesa, leia meu horóscopo e faça-me o favor de dizer se adianta eu botar um X no quadradinho da palavra solteiro, se daqui a pouco nós dois estaremos casados?

1960

Ei, Belo Horizonte, então é certo que fazes sessenta anos? e não acabaste de crescer, e brincas ainda de rio com o pequeno Arrudas?

Primeira cidade do Brasil quanto a ritmo de crescimento, eu sei; primeira quanto a crepúsculos; e única no mundo para quem teve dezoito anos em tuas ruas, e com tuas noites abriu uma gravura na alma.

Tuas noites, cidade minha, tuas noites mudaram muito? Era um cheirar a jasmim que se despencava da Serra e vinha entornar-se no Bairro dos Funcionários; e nele todo se embalsamava o sono das belas do Clube Belo Horizonte, ciosamente guardadas por leões de cerâmica e duras bengalas de irmão.

Decerto não mudaste, cresceste; e ameaças crescer mais, crescer sempre; e não errou aquele Zé dos Lotes, lembras-te? de caroço no pescoço, que em teu alvorecer prefigurou o gordo negócio imobiliário.

Não te censuro filha, nem te pranteio. Há uma hora terrível para as cidades, quando querem ser diferentes de si mesmas; e quase nunca pausa um anjo e ordena-lhes: “Para”, como a Assis, na Úmbria.

Tua essência “Curral del Rei” dorme em alguma trave da casa da Fazenda do Leitão; deixa-a dormir; a velha igreja da Boa Viagem passa às vezes no vento, há quem lhe ouça os sinos; é folhear a história do bom Abílio Barreto, e essas mágicas se operam.

Nem disso careço. Fecho os olhos e vejo Manuel das Moças, mesureiro, no Bar do Ponto; Alzira, branca e devastada, faz ouvir sua voz rouca na avenida Oiapoque; o Restaurante Colosso acolhe a fome dos estudantes; Batista Santiago compõe versos que o vento leva pelas esquinas da noite; o dr. Mendes Pimentel e o desembargador Rafael Magalhães (Platão e Sócrates?) peripatetizam ao anoitecer, rumo ao Cinema Odeon.

Amava em ti a graça das conciliações; eras frugal e fantasista, burocrata e boêmia; tua igreja metodista, pequenininha, enfrentava sem prosápia a lauta matriz de São José; o caminho era um só, escolhia-se a porta que agradasse. E a praça da Liberdade, com seu Itacolomi de cimento para matar saudades de ouro-pretanos, era metade do governo, metade dos namorados, em conspiração com as rosas.

Belo Horizonte subitamente trágica na matança dos guardas-civis e no crime do Parque; cidade de mulheres que viravam homem, de homens que viravam mulher; de fenômenos que vinham pelo telégrafo divertir a malícia do carioca, tecidos pela malícia maior do mineiro.

O melhor ponto para contemplar-te será o terraço de um desses edifícios da avenida Afonso Pena? A praça do Cruzeiro, o alto da serra do Curral? Prefiro o arco modesto do viaduto, miradouro da memória, de cujo cimo tentei às vezes restaurar o romantismo, para consumo próprio e desprazer da polícia.

Costuma haver desencontro entre nossa juventude e nossa cidade. Culpamos as ruas pelo que nos acontece interiormente. Clamei contra ti, Belo Horizonte, em instantes de fúria triste. Destruí tuas placas, queimei tuas casas, teus bondes; ao despertar dessa angústia, vi que o amor escolhe caminhos difíceis para chegar a seu destino. Davas-me lições de paz, que eu interpretava como picadas de tédio.

Belo Horizonte do PRM, que dava pão de ló aos correligionários e delegado militar aos adversários políticos; do *Minas Gerais*, onde saía a lista dos aniversariantes que convinha cumprimentar, porque eram todos da situação; do presépio do Pípiripau, tão eletromecânico que não sei como não puseram nele um esputinique há trinta anos; dos carros que tocavam para Venda Nova, Lagoa Santa, Barreiro, conduzindo o amor sem pouso na geometria policial da cidade. Aconteciam tão poucas coisas em ti, eras tão Colégio Santa Maria das meninas “bem”, tão missa das dez.

Belo Horizonte mais nova, com os bancos mais ricos do Brasil, a burguesia próspera se instalando em torno do lago da Pampulha, e São Francisco de Assis que nunca pôde ver sua capela cantar (tens dessas coisas, és meio implicante). Andas tão bonita que nem dás confiança a antigos moradores. Eles envelheceram, é claro; e tu agora é que estás no primeiro viço.

Recebe — de qualquer modo — esta cantiga de canhestro amor.

A casa, construída há séculos, ou pelo menos há sessenta anos, tinha uma curiosidade: o cofre de aço embutido na parede, com fechadura de segredo.

Ninguém tomava conhecimento da peça; as joias da nova dona eram poucas e não exigiam tamanho resguardo; e o dinheiro do dono cabia folgadoamente no bolso, esse cofre sem segredo dos pobres.

Com o tempo, aquilo foi esquecido. Mas um dia, o menino de fora instalou-se na casa, para passar férias e empreender algumas demolições. Findos os atrativos da primeira semana, aquele dínamo em forma de gente começou a explorar o desconhecido, e, à noite, descobriu o cofre, dissimulado por trás de um quadrinho a óleo.

— Vô, quero abrir esse cofre.

— Menino, deixa o cofre sossegado.

— Como é que você deixa um cofre trancado esse tempo todo, sem ver o que tem dentro?

— Não tem nada.

— Deixa ver.

— Perdi a chave, depois eu procuro.

— Não, é agora.

— Sei lá onde eu botei a explicação do segredo.

— Procura também. Se não achar, a gente roda o botão até descobrir como é que é.

Para escapar a uma chateação, o jeito é nos resignarmos a outra. Os troféus foram encontrados depois de intensa busca: a chave, numa pirâmide de coisas enferrujadas, que toda casa conserva sem objetivo aparente; a explicação, dentro da lista amarela de telefones, que se consulta quando se quer comprar não se sabe o que a não se sabe quem, não se sabe onde.

— Fique quietinho aí que eu vou abrir esse cofre para você ver.

— Mas eu queria...

— Menino! Você não se enxerga?

O homem subiu à mesa, tirou o abajur para ver melhor. Sentou-se, acocorou-se, ajoelhou-se, transpirou. Nada. Os números do botão móvel do cofre estavam apagados pelo tempo, a vista do Homem era curta, cansada.

— Meu pai me contou que os ladrões usam talco — informou o garoto.

— Besteira. Em todo caso, me arranje a lata de talco.

Pois não é que clareia mesmo, aviva os números?

— Onde que teu pai aprendeu essa malandragem?

— Meu pai sabe, ora.

O Homem cumpriu religiosamente os itens da explicação da Casa Vulcano: três voltas para a direita, parar no 25, uma volta para a esquerda, parar no 37, voltar novamente para a direita até encontrar o 12. Nada. Com o calor e a luz no rosto, era de amargar.

O menino sorria:

— Você não está vendo que esse cofre não pode abrir porque foi pintado a óleo e as frinchas estão tapadas?

— É mesmo, confessa o Homem. Não tinha reparado. Agora me lembro que quando mandei pintar a casa... Com uma gilete eu raspo isso.

Vendo que gilete não resolvia, e antes que o Homem, já nervoso, ficasse sem dedo, o garoto apareceu com uma raspadeira fina e um martelo.

— Experimenta isso, vô. É mais prático.

Era. Mas uma ponta da raspadeira, manejada pela mão inábil do Homem, quebrou-se e ficou no interstício, atrapalhando.

— Por hoje chega, sabe? Amanhã mando chamar o serralheiro para ver essa porcaria. E o senhor aí vá dormir, que não é hora de menino de nove anos ficar acordado.

Era tão absurdo ir para a cama, diante de um cofre rebelde, que a resposta do garoto foi voltar à caixa de ferramentas, tirar um pequeno alicate e dizer:

— Deixa por minha conta.

Subiu à mesa com ar resoluto, acenou para o Homem: “Afasta”, e, num gesto leve, fisgou a pontinha encravada. Verificando que os espaços estavam desobstruídos, fez girar a maçaneta. O cofre abriu-se docilmente, como uma blusa.

Dentro, no meio de cartas e programas antiquíssimos de cinema, tinha um dólar de prata, de 1920.

— É meu — disse o vencedor, embolsando-o imediatamente. Para espanto do Homem, que jamais soubera existir na parede de sua casa um dólar de prata.

Gostava de jipe, não de automóvel, e dirigia com extrema cautela. Evitava o centro urbano, e quando tinha de ir até lá, descrevia longas voltas e terminava a pé, para não se expor ao tráfego desembestado das ruas principais. Os filhos riam, pondo em dúvida sua capacidade no volante. Mas todos arrebetavam a máquina, ao usá-la, e ele tinha como pequena glória nunca ter dado uma batida.

Como pequena glória. Porque as maiores eram as que lhe vinham do sítio. Possuía fazenda, agora tinha sítio. E ficava feliz quando o jipe tropicador o levava para a modesta pasárgada. Esquecendo-se da idade, punha exagero de moço — trinta anos depois — em capinar, plantar, podar; se chovia, plantava mentalmente. Orgulhava-se de produzir não só frutas tropicais como subtropicais. Um cruzamento de espécies, determinando novo sabor, nova forma ou colorido, era uma festa para ele. O sítio confinava com uma fazenda; matava saudades do antigo latifúndio ouvindo, à distância, o vozeio dos vaqueiros e o urro do jumento, pontual como um relógio.

Bacharel? Sim, fizera o curso de Direito, tirara diploma, se necessário lutava contra empresas poderosas, e vencia, sem ligar muito a isso. Guardava os livros essenciais ao exercício da profissão, só esses, no pequeno armário envidraçado. Sua consulta constante era às sementes, à terra, ao tempo; nem se lembrava mais de que, na mocidade, cultivara as letras, escrevera poemas em prosa neossimbolistas, induzira o irmão menor a seguir o ofício de juntar palavras. Em 1959 bateu um recorde negativo, escrevendo só quatro cartas, profissionais e concisas.

Anos e anos escoados na cidadezinha natal, entre problemas pequenos e grandes que nunca se resolviam. Tentou ajudar a resolvê-los, na oposição. No governo era impossível; não tinha paixão bastante para ser injusto ou odioso. Outros disputassem esse ou aquele posto importante, ele nem vereador quis ser. Mudou de terra e de vida. No fim, espectador enjoado, dizia aos políticos: “Seria melhor que fizessem como eu, indo plantar, tirar formiga, limpar galinheiro”.

E vieram os filhos, muitos. Vieram netos, mais de vinte. O jardim e a casa no alto da rua palpitavam de barulho. Ele, que em moço mal suportava o tinir de um copo quebrado, agora enchia os ouvidos e a alma com aquela algazarra maluca. A filha mais nova, nascida depois de longo intervalo, encantava-o: um dia, brincando com ela, esqueceu-se e chamou-a de netinha; era a “rapa do tacho”. Quarenta anos de família, a companheira não lhe faltara nunca. A vida estava completa, ele a vivera sem ambição e sem vaidade.

Fora um belo e despenhado rapaz; agora estava acabado na cama, não havia nada a fazer senão diminuir-lhe as dores e esperar. “Deixemos isso para os últimos dias”, ponderava o médico, racionando as injeções. Virou-se na cama, comentou: “Morrer é muito difícil...”. E quando falar já era um sacrifício, queria ainda agradecer a visita, comentar esse ou aquele assunto alheio à sua situação; gostaria de não dar trabalho a ninguém. Deve ter levado um sentimento: o de não morrer entre suas plantas.

O encarregado do posto de lubrificação, sozinho àquela hora, estranhou os vultos que vinham a pé, na estrada. O sol nascia; apenas alguns caminhões passavam, transbordando de legumes. Os três homens caminhavam sem pressa, no leito da rodovia, indiferentes ao risco. Motoristas jogavam-lhes palavrões, sem que eles se importassem. Estavam vestidos de maneira inabitual, um de vermelho, outro de verde, outro de roxo; as roupas se assemelhavam a túnicas, dessas que o rapaz da lubrificação estava acostumado a apreciar em filmes de Victor Mature e vira uma só vez na vida real, quando passou por ali, rumo a São Paulo, o carro do embaixador da Índia, e uma jovem morena descera para contemplar a paisagem.

Como os estranhos parassem diante do posto, teve vontade de aproximar-se e perguntar o que desejavam. Mas deteve-se. Eram três, ele estava desarmado, não sabia que espécie de gente era aquela.

O mais alto deles ficava ainda mais esguio olhando para o céu, como quem indaga o tempo. Os outros miravam um ponto vago, esperando decerto que ele comunicasse o resultado da inspeção. Não houve palavras, entretanto. O homem comprido, de vermelho, baixou a cabeça e fitou por sua vez os companheiros. Entendiam-se pelo olhar, era evidente. Não careciam de palavras, ou temiam empregá-las. Tratava-se, realmente, de indivíduos suspeitos.

Mas a suspeição que irradiavam era de natureza especial. O rapaz do posto — já é tempo de chamá-lo Marcos, pois assim fora batizado e registrado — imaginara no primeiro instante que fossem ladrões. Depois, pela excentricidade dos trajes, supusera-os simplesmente loucos. Agora percebia neles a majestade, ao mesmo tempo gloriosa e simples, de personagens de histórias da infância, no Nordeste, quando Carlos Magno ia com ele morro abaixo morro acima, e Rolando e d. Pedro I enchiam o ar com o retintim de espadas românticas.

Não sabendo como falar-lhes, nem recebendo deles qualquer pedido, Marcos estendeu-lhes um copo d'água, que um bebeu devagar, embora o rosto fosse sede pura. Os outros dois fizeram o mesmo, sucessivamente. Agradeceram com os olhos, e foram-se.

Ao chegarem os colegas de trabalho, Marcos, pressentindo a importância do encontro, não quis contar-lhes nada. E eles vinham justamente fazendo troça dos tipos encontrados em caminho, que davam dor de cabeça aos motoristas. Nunca se xingara tanto numa estrada do Rio. Pois os três caminhavam para o Rio de Janeiro, sempre consultando o espaço.

O ônibus freou brusco, para não amassá-los. O motorista quis descer justamente para amassá-los, na raça. Entre os passageiros, as definições variavam: eram contratados de casa comercial, em promoção de festas; tinham bebido demais e erravam a esmo; não, são figuras de rancho ensaiando para Carnaval; ou palhaços de circo, descansando. Fugiram do hospício; são doidos mansos; pois sim, experimenta bulir com eles. Desceram do foguete interplanetário, numa praia fluminense. Marcianos? Isso não: uniformes russos, meu velho.

Marcos trabalhou o dia todo com o pensamento naqueles três homens diferentes que, sem nada falar, lhe insinuaram muitas coisas. Não eram propriamente nobres, se bem que na poeira das vestes se entremostrasse nobreza. Em seu entendimento singelo, Marcos apreendia o recolhimento deles, sentia-os empenhados numa busca infatigável e serena, que não se faz por meio de perguntas. Eram ridículos talvez, exatamente porque não tinham qualquer relação com o lugar por onde passavam, não se serviam de nada que hoje em dia se usa para viajar. De onde vinham, por que vinham, o empregado de um posto de gasolina seria incapaz de saber. Mas sabia intuitivamente que levavam consigo uma alta obrigação.

No dia seguinte, Marcos leu no jornal que foram presos na Penha três indivíduos trajados de modo grotesco, ao atravessarem a linha férrea. Pareciam estrangeiros, nada carregavam, nada souberam responder. O delegado solicitara um intérprete da Polícia Técnica, mas não fora atendido porque era meio-feriado, com expediente suspenso para que toda gente fosse assistir, no Maracanã, com a presença das autoridades, à festa da recepção simbólica aos Três Reis Magos.

Uma vila na avenida Princesa Isabel, com a pedra no alto, ameaçando as casas: vejo no *Correio* a foto do rapaz e da moça galgando a escadaria e observando a rocha — e o coração recua 25 anos e me coloca de novo numa vila igual, à beira do morro, sob pedras imensas — nessa mesma Princesa Isabel. O coração, não a memória, que é cega e se deixa enganar; o outro vai certo. A rua tem várias ruazinhas interiores, e na última delas, quase à boca do túnel, morávamos. Primeira casa alugada na cidade grande: como não se gravaria na mente? Uns provincianos tímidos pedindo licença para tomar parte na vida do Rio, “encostar-se” na cidade, sem perturbar nem exigir muito; deixasse nossa menina crescer, era toda a ambição.

A garota sentou-se tristonha no patamar de entrada; brincava com bonecas, queria brincar com gente. Do outro lado da rua, Maria Helena e Edina olhavam-na cautelosas. Seus pais haviam recomendado: “Não se aproximem, é gente de fora, ninguém sabe o que são”. Há um quarto de século, no Rio, as famílias tinham dessas precauções. Alguém deve ter dado informações tranquilizadoras a nosso respeito, pois um dia as meninas chegaram perto, interessando-se pela bicideta; ficaram amigas para sempre. As casas eram tão coladas que parecia não haver lugar para solidão. Por isso mesmo os moradores se fechavam, faziam o mínimo de ruído, ignoravam-se lautamente. Eram tudo ilhas particulares. Cada fachada se mostrava diferente das outras, ao contrário do comum das avenidas. Na última casa, lá no fundo, certa moça solitária caprichava em isolamento — dona Júlia — e atravessava a rua com a velocidade balística dos coelhos, sem olhar para fora de si: altos mistérios humanos. Nosso vizinho advogado tinha forma imprecisa, poucos o viam, talvez nem mesmo existisse. Pouco além era a costureira, boa e valente pessoa. Dona Marina, de olhos alegres, dava expediente no Palácio do Catete; olhávamos para ela como para segredos de Estado, mas Getúlio nada lhe dizia. Nossos fundos confinavam com o quintal do professor Austregésilo; depois do ajantarado de domingo, vimos o mestre quentando sol junto ao mamoeiro, em companhia de Georges Duhamel, fato que celebrei em verso livre. Hilda, de moreno esplendor, escandalizou-se ao ver o pai da garotinha sair à rua de pijama e perscrutar o horizonte próximo, aflito porque a filhinha tardava; inquietações pediam roupa decente. A casa foi ficando cheia de recordações próprias, intransferíveis, amigos que almoçavam lá, hóspedes, um sujeito que se declarou irmão de Ribeiro Couto, reticente, noturno, tinha matado um homem em São Paulo, viera sutil e ia meter o pé no mundo; precisava de cama

e algum dinheiro, e desapareceu na madrugada; nunca fora irmão do poeta nem matara ninguém. E a casa ia se tornando coisa nossa, nossa sem escritura, pela adesão da coisa à pessoa, da pessoa à coisa, quando surge aquele alemão em frente, de quarto alugado em casa das moças de Campos; era tempo de camisa-verde, pregou na fachada um cartaz medonho, um tipo apontando com o dedo para todo mundo: “Cumpre teu dever, alista-te na Ação Integralista Brasileira”, não se podia abrir a janela, o dedo entrava, intimava, reclamação não valeu, nem apelo a amigos ligados ao partido, o jeito era mudar: bons tempos em que se usava mudar, havia apartamentos esperando. Depois soube que a vila se tornara trágica, marido mata a mulher e se suicida, e vêm outros inquilinos, basta pintar uma casa para ela perder os maus eflúvios, a vila foi vivendo, vista de passagem, e sendo esquecida: ressuscitou agora, atrás dessa notícia de jornal. E tudo se move, que parecia inerte, soterrado sob uma pedra maior.

O juiz de paz chegou cedo ao cartório. Era dia de muito casamento — o santo da folhinha ajudava. Aquele cartório! Feio, desarrumado como todos os cartórios. E por que se casam tantas pessoas no Brasil? Por que estão fazendo sempre a mesma besteira? Não aprendem?

O oficial-maior apareceu vinte minutos depois, para desagrado do juiz de paz. Quando o magistrado chega — mesmo sendo juiz de paz, a majestade é uma só — o cartório deve estar preparado como um templo, os acólitos em seus lugares. Mas o oficial-maior é mulher, e mulher não tem jeito não.

— Quantos, hoje?

— Dezesete.

Barbaridade. Trinta e quatro noivos, suas famílias e testemunhas espremendo-se na salinha e nos corredores, fazendo barulho de motor. O juiz de paz não pensou na renda, pensou na amolação.

— Silêncio!

A energia da voz e da campainha fez estremecer os nubentes. Moças nervosas ficaram com medo — de quê? É tudo tão inseguro hoje em dia, nunca se sabe se haverá mesmo casamento ou se, à última hora...

Chamado o primeiro par, rapaz e moça aproximam-se um tanto estúpidos, como acontece nessas ocasiões, e sentam-se. O oficial-maior anota nomes e endereços das testemunhas. O juiz manda que todos se levantem e é obedecido, menos pelo oficial-maior.

— A senhora não vai se levantar?

— Não.

— Como juiz, ordeno ao sr. oficial-maior que se levante e proceda à leitura do termo.

— Vou ler sentada.

— Não ouviu minha ordem?

— Não recebo ordens do senhor.

— De quem recebe, então?

— Do doutor corregedor da justiça.

— Pois então não há casamento.

Os noivos entreolham-se, estupefatos. A noiva, lacrimante:

— Não faz assim com a gente, seu juiz!

— Sinto muito, mas todos os casamentos estão suspensos.

Um rumor de onda batendo na praia acolhe a declaração. O oficial-maior continua sentado(a). Interessados apelam.

— Por que a senhora não se levanta? Que que custa!

— Já fiquei sentada muitas vezes, hoje é que ele implicou. Não pode fazer isso.

— Não impliquei nada. É da lei.

— Implicou. Vive implicando comigo. Sou uma pobre moça solteira, mas não admito ser humilhada.

O corregedor, procurado pelo telefone, não foi encontrado. O juiz de direito da vara de família atendeu depois de muito número discado, e respondeu que só resolvia consulta por escrito.

O juiz de paz estava sem cabeça para redigir. O oficial-maior, passado o instante de bravura, chorava baixinho. Três partidos se haviam formado. Não se humilha uma mulher. A um juiz não se desacata. Ela devia ceder. Ele é que devia. Que é que a gente tem com isso?

— Se quiser, eu mesma redijo para o senhor.

Era o oficial-maior, oferecendo colaboração ao juiz de paz.

Ele pensou que fosse ironia, mas o tom era sincero. Começaram a elaborar a consulta. Ela achava as palavras por ele. E foi escrevendo por conta própria: a serventúria rebelde tinha vinte anos de serviço, estava cansada, reumática. Enquanto podia levantar-se, não deixou de fazê-lo. Agora, era um sacrifício. Ele olhava-a escrever e tinha uma ruga na testa.

— Pode parar. Não vou fazer consulta nenhuma.

Ela encarou-o.

— Reconheço que tenho andado nervoso, essa dor de cabeça constante. Vou ao médico. Tenho sido um juiz de paz ranheta. Me perdoe. Também essa vida que eu levo, tão sozinho...

O oficial-maior retirou o papel da máquina. Os dois voltaram a seus postos, e os noivos foram chegando e casando. Só um havia desistido — Deus sabe por quê. Durante o quinto casamento, o oficial-maior fez menção de levantar-se, como quem diz: agora, chega; mas o juiz, com um gesto, aconselhou-lhe ficar como estava. Três meses depois, o juiz de paz estava casado com o oficial-maior.

O vulto não poderia ser descrito: faltavam-lhe contornos físicos, mas sentia-se-lhe a presença. E assim vago, incorpóreo, um extraordinário princípio de vida o animava, acima de nossos vãos critérios objetivistas.

— O cavalheiro não me conhece, permita que me apresente. Sou funcionário-fantasma do estado da Guanabara. Posso sentar-me?

Sentou-se como qualquer não fantasma, preservando o vinco da calça. Era simpático, não dava ideia de Além, e não se vestia à maneira pomposa do defunto do poema de Pedro Nava.

— Noto que o senhor não se admira de minha existência, no que faz muito bem. Sou tão funcionário como outro qualquer, e até mais. Veja por exemplo esses que estão aí vivinhos e não comparecem à repartição nem sequer para provar que não morreram. Não acha uma pouca-vergonha?

Antes que eu achasse:

— Eu não compareço porque morri, é diferente.

— E antes, comparecia?

— Como podia comparecer, se não estava nomeado? Nomearam-me e tomei posse depois de morto, compreende?

— Se tomou posse, podia ir lá de vez em quando...

— Impossível, meu senhor: a repartição não existia. Procurei-a por todos os lados, reclamei do então prefeito, nada. Não estava para me amofinar, a morte é tão longa! Depois, há o serviço externo.

Passou a expor-me os problemas da classe.

— Não vim procurá-lo em caráter individual. Falo em nome dos colegas, que são numerosos.

— Três mil?

— Isso boquejam por aí, levemente. O Almanaque do Pessoal, sempre lacunoso, não nos registra. Somos 50 mil, 100 mil, quem sabe? E nossa situação não é nada azul. Com a passagem de municipais a estaduais, querem apostilar nossos títulos, e muitos desses títulos também não existem, é uma confusa.

— Se não existem, que nomeação foi essa?

— Não existem materialmente, porque alguns dos prefeitos que nos nomearam eram tão fantasmas quanto nós. Mas houve as nomeações, tudo legal, sabe como é?

Eu não sabia.

— Uma das particularidades da administração municipal no Rio, um dos pontos altos, digamos assim, era a coexistência harmônica de dois quadros

igualmente elásticos: o dos vivos e o dos falecidos. Cada qual, evidentemente, com sua organização. O nosso, mais evoluído, mais liberto de contingências, prescindia de papéis. Pois querem acabar com esse aperfeiçoamento, vão burocratizar-nos.

Suspirou.

— Estou visitando os cronistas para pedir que nos ajudem. O atraso no pagamento de nossos ordenados é um desrespeito à nossa condição de defuntos. Também se esquecem de nós nos reajustamentos e para comissões no estrangeiro. Muitas vezes temos de defender nossos direitos na justiça, mas o senhor sabe como é esse negócio de foro, os pleitos são demorados, quando se ganha um já foi feito novo reajustamento de salários, carece começar tudo de novo. Corre-se o risco de morrer pela segunda vez antes que os pleitos se decidam.

— É verdade.

— E não avalia como a gente trabalha!

— Em quê?

— Principalmente na fiscalização. O funcionamento da maior parte dos serviços públicos do Rio, executados diretamente ou em regime de concessão, está sob nosso exclusivo controle. O amigo não havia reparado? Mas não podemos dar conta de tudo. Outra reivindicação é o aumento do quadro.

— Realmente...

— E aposentadoria. Como somos ectoplasma, ninguém se lembra de nós para conceder-nos o *otium cum dignitate*. Somos preteridos nas promoções, e ainda se queixam da concorrência que lhes fazemos. Lute por nós!

E — psst — volatilizou-se.

Eram um homem e uma mulher que se amavam, e não podiam amar-se. A lei muçulmana lhes vedava a união. A juventude dos dois não quis saber daquilo que doutores árabes — senão o próprio Maomé — haviam decidido sobre amores impossíveis e seu castigo. Amaram-se fartamente, com desespero. E com tal desespero se amaram, que, ao fim de algum tempo, não saciados, mas pesados de culpa, se separaram.

Então, cada um resolveu, sem consultar o outro, empreender a viagem de purificação a Meca. Foram, prosternaram-se, oraram. À noite, no monte Arará, contemplaram o brilho duro das estrelas. Entre milhares de peregrinos, não se sabiam próximos, mas o arrependimento os unia, se é que não era o amor que os mantinha ligados pelo disfarce do arrependimento. Cumpriram o sacrifício de animais em Mina, como de preceito, e dirigiram-se finalmente à mesquita quadrangular, atravessaram-lhe as arcadas, penetraram no sagrado interior. E foi quando se inclinavam para beijar o bloco de lava negra, embutido em prata, que o arcanjo São Gabriel, em pessoa, trouxera do alto e ali depositara — foi nesse instante com que sonha a vida inteira o bom iemenita, que o olhar dos dois se cruzou, se absorveu mutuamente, de sorte que ele ficou com os olhos dela, ela com os olhos dele. E assim embaraçados de olhos, de sentimentos de pânico, feliz e pungente, saíram da Caaba e foram se amar outra vez, na casa miserável de uma ruela miserável da cidade santa, em meio ao pó, aos gritos, à confusão de forasteiros que pululam em Meca.

E como era terrível amar em tais condições, e eles sabiam que depois disso não havia salvação, quiseram durar quanto possível nessa passageira delícia. E a noite caiu e a alva raiou; e veio outra noite e outro dia estendeu seu leque sobre a terra árida. Já não era amor o que eles amavam, era pranto feliz e solto, uma ira contra o tempo e o estatuto, um desafio ao Profeta, e era a certeza, tão aguda quanto sufocada, de que o Profeta os venceria afinal. E foi assim que de repente o sono os penetrou com suas unhas manhosas, e os mergulhou por longo tempo na infusão de silêncio. Ao despertarem, estavam derrotados. Não havia mais nada a amar e sofrer, só lhes restava aquilo que não era necessário ajustar com palavras, porque estava escrito nas vestes, na pele, no íntimo dos dois: cumprir a lei.

Era preciso seguir a toda pressa para Djedda, a fim de cumpri-la. Foram. Um passante indicou-lhes a casa do cádi. Entraram num átimo, confessaram ao magistrado sua culpa.

Havia muito que ninguém fazia isso espontaneamente, e era embaraçoso

o problema que os dois jovens lhe propunham. Mas não havia alternativa. Tinham pecado, e o Alcorão prescreve o que prescrevem todos os livros da sabedoria, inclusive o Levítico e o Deuteronômio: traição e infidelidade pedem castigo severo.

O juiz chamou, pois, o pelotão policial e mandou-lhe recolher pelas ruas o número de pedras necessário. Formou-se no pátio uma pirâmide de bom tamanho. O rapaz e a moça foram encostados ao muro. Abraçaram-se, tranquilos. O cádi tomou da primeira pedra e atirou-a sobre o corpo único que os amantes formavam — e era um corpo casto sem arrepios, já envolto na paz do Islã. Os soldados fizeram o resto, meticulosamente. Consumara-se a lapidação.

História inventada? Acontecida há muitos séculos? Não; acontecida em nosso tempo, segundo telegrama procedente do Cairo para os nossos jornais, e desenvolvido — talvez com certo mau gosto literário — pelo cronista.

Aos 85 anos, goza de saúde brônzea e quer trabalhar, mas trabalho que dê dinheiro, não essa milonga de mover os braços por desfastio. Deseja manter-se independente, estão ouvindo? O diabo é que não arranja serviço, e tem de viver em casa dos filhos — três, em três lugares distintos. No sítio de Mangaratiba, o genro entra em pânico à sua chegada: o velho está sempre bulindo nas plantas, dando ordens, contrariando instruções do dono.

A filha de Niterói, ciente das complicações, adverte-o:

— Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado? O sítio lá tem cinco alqueires, pois então escolha o mais distante e faça a sua horta nele.

— Planto onde eu quiser. Não faltava mais nada! Um homem como eu, já idoso...

E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.

— Arranjo uma tesoura grande e saio por aí caçando serviço. Estou novo ainda, sabe? E a prefeitura está carecendo de gente disposta.

Não arranja nada, e a prefeitura não lhe sente a falta. Vai para Vitória, em casa do terceiro filho, e pensa em adquirir um rebolo para amolar facas, com que atenda às necessidades do bairro. Ponderam-lhe:

— Eu, se fosse o senhor, fazia um orquidário. É tão lindo, distrai tanto. E depois, há espécies fabulosas, que rendem um colosso.

— É? Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum. Ora-e-essa!

Tem horror a criança. Solenemente, faz queixa do bisneto, que lhe sumiu com a palha de cigarro, para vingar-se de seus ralhos intempestivos. Menino é bicho ruim, comenta. Ao chegar a avô, era terno e até meloso, mas a idade o torna coriáceo.

No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas. Alguém as recolhe à cesta, para lavar. Ele suspeita que pretendem subtraí-las, vai à cesta, vasculha, retira o que é seu, lava-o, passa-o. Mal, naturalmente.

— Da próxima vez que ele vier, diz a nora, terei de fechar o registro, para evitar que desperdice água.

Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas. Onde se viu? Isso aqui é o paraíso das criadas. A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira. Ele se levanta mais cedo ainda, e vai acordar a dona da casa:

— Acorda, sua mandriona, o dia já clareou!

As empregadas reagem contra a tirania, despedem-se. E sem empregadas,

sua presença ainda é mais terrível.

As netas adolescentes recebem amigos. Um deles, o pintor, foi acometido de mal súbito e teve de deitar-se na cama de uma das garotas. Indignação: Que pouca-vergonha é essa? Esse bandalho aí, conspurcando o leito de uma virgem? Ou quem sabe se nem é mais virgem?

— Vovô, o senhor é um monstro!

E é um custo impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa.

— A senhora deixa suas filhas irem ao baile sozinhas com rapazes? Diga, a senhora deixa?

— Não vão sozinhas, vão com os rapazes.

— Pior ainda! Muito pior! A obrigação dos pais é acompanhar as filhas a tudo quanto é festa.

— Papai, a gente nem pode entrar lá com as meninas. É coisa de brotos.

— É, não é? Pois me dá depressa o chapéu para eu ir lá dizer poucas e boas!

Não se sabe o que fazer dele. Que fim se pode dar a velhos implicantes? O jeito é guardá-lo por três meses e deixá-lo ir para outra casa, brigado. Mais três meses, e nova mudança nas mesmas condições. O velho é duro:

— Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! — queixa-se ao sair. Mas volta.

— Descobri que paciência é uma forma de amor — diz-me uma das filhas, sorrindo.

— A senhora deseja?

— Desculpe... Filomena Procópio, sua criada. Falo com um redator?

— Às suas ordens.

— Não vim reclamar nada. Sei que as pessoas costumam vir ao jornal protestar contra um abuso, uma injustiça. Não é do meu feitio, e, mesmo, Deus me livre de fazer uma coisa dessas. Vim só dizer que estou muito triste, o senhor nem calcula.

— Por quê, dona Filomena?

— Na minha idade, é um golpe duro. Mas se fosse só por mim...

— Há outras pessoas atingidas?

— Minhas meninas. Uma se chama Filomena de Roma, outra Filomena de São Severino.

— Estou começando a perceber, minha senhora. A Congregação dos Ritos causou-lhe um grande pesar.

— Essa tal congregação, não sei o que é. Minha tristeza é com o papa João XXIII, tão bonzinho, a gente gostava tanto dele (gosta até hoje), vai, ele acaba com a santa da família. Porque minha mãe, minha avó italiana também se chamavam...

— A santa não acabou, dona Filomena. Só a festa foi suprimida.

— Suprimiram a festa, o dia dela, mas santo sem dia na folhinha, que valor tem, me diga? Foi o mesmo que acabar com a pobrezinha.

— O Secretário da Nunciatura explicou que os fiéis podem manter o seu culto.

— Poder eu posso. Mesmo sendo uma humilde costureira do Estácio, ninguém me obriga a esquecer a santa de meu nome, que vive aqui dentro (e bateu no peito). A questão é que ela ficou sem o cartaz, o senhor não vê logo? Ficou duvidosa, chegam a dizer que não existiu, quando eu sei que existiram duas, a de Roma, que é a mais antiga, e a outra, de São Severino, todas duas virgens e mártires.

— Santo não precisa de cartaz, dona Filomena.

— É maneira de dizer, mas tem de inspirar confiança, impor respeito, e quem vai respeitar uma santa rebaixada? No colégio... não, não vale a pena dizer.

— Diga.

— As meninas estudam lá de favor, desde pequeninas. Vieram chorando me contar que as outras debocharam delas, que o nome de Filomena agora não

vale mais nada... Não vale, como? Fui procurar a freira e disse que o nome de uma santa é sagrado, eu não queria que minhas filhas ficassem com vergonha de ter um nome glorioso, pedi providências. Ela prometeu ralar com as meninas, mas disse que criança é isso mesmo, e me aconselhou a não ter orgulho de meu nome, que é pecado.

— Procure se acostumar.

— Então minha avó teve toda a sua vida colocada sob a proteção de uma santa, minha mãe também, esta sua criada também, as meninas iam pelo mesmo caminho, de repente pift, tudo esvazia feito balão furado?

— Não é bem isso.

— Vai ver que o senhor tem nome de santo poderoso, não sente o problema. Eu acho que mesmo que santa Filomena não tivesse existido, mesmo que fosse uma grande pecadora (Deus me perdoe), para que magoar a gente?

E com doçura:

— Eu não ia pedir nada, mas quem sabe? Por favor, bote aí no jornal: “Filomena Procópio, viúva, costureira, e suas filhas pedem ao santo padre que tenha pena de todas as Filomenas do mundo e mande voltar a festa de 11 de agosto...”.

Recomendaram-lhe que se deitasse cedo, para acordar à hora da passagem do ano. A julgar pela insistência da recomendação, o ano não passa se os garotos ficarem de vigília. E como havia de ser, se não passasse? Era a vida do mundo inteiro que se perturbava. Tudo que estava para acontecer a partir de meia-noite bruscamente ficaria retido em malas, pacotes, na escuridão. Seria complicar tanto a vida dos outros, e a sua própria, que o menino se decidiu a acatar a ordem ingrata. Ou a fingir acatamento. Iria deitar-se, que remédio? Fecharia os olhos, pois esse é o testemunho de sono que as mães procuram no rosto dos filhos. Mas dormir de verdade, isso não. Imóvel, como nas ocasiões em que brincava de morrer, continuaria atento ao que ocorresse noite afora, pelo mundo solto. Queria devassar o mistério da passagem do ano, que ninguém sabe explicar.

A bá falara numa faixa de luz, que corta o céu de lado a lado, verdadeiro arco-íris, tão intenso que ninguém pode botar-lhe os olhos em cima; corusca, ouve-se um coro de anjos, tudo some de repente: o ano velho se foi, chega o ano-novo. Mas seu tio, piloto da Varig, voou numa noite de 31 de dezembro e não confirmou a luz e os anjos; o ano-novo desce é de paraquedas, bem no centro da praça General Osório; traz na mochila talco, escova de dentes, pombas. “Pra que pombas?” “Pra soltar em sinal de alegria.” Quanto ao ano velho, acaba feito balão que perdeu gás, muito chocho.

Como as pessoas são mentirosas. A história certa eles não contam, e cada um vai inventando uma história que desmente a outra. Sua mãe, que lhe pede não mentir nunca, sua própria mãe não estaria mentindo? Por mais que lhe perguntasse como é a cara do ano velho, e a cara do novo, não tivera resposta. Ela respondera com um sorriso, desses de que a gente gosta, mas não esclarecem nada, são modos de esconder: “Você mesmo verá como é. Depende da maneira de olhar”. Conversa com outros garotos a respeito não adianta. Cada qual diz mais bobagem que o outro; aprendem a mentir com os grandes.

Cerrou a porta, determinado. Preparou-se, deitou-se, esperou o beijo suave. Quis ainda puxar conversa, a mãe passou-lhe os dedos na face, repuxando-lhe a pele num dengo: “Dorme, colaçozinho de manteiga”. Ela apagou a luz e saiu, veludo andando. Será que aguento ficar acordado até meia-noite? Quanto tempo é meia-noite? Da cama não se vê nada. Tenho de ir para a janela. Claro que o ano passa no ar, fico espiando. Mas tem tanta gente na rua, tanto carro buzinando, ninguém olha para cima. Estão acostumados? É ruim ficar acostumado: não se vê mais nada, as coisas vão se apagando. Eles conversam

demais, seria tão bom que todo mundo ficasse calado, pensando, sentindo; o quê? sentindo. Como vão perceber que o ano passou, se falam sobre outras coisas, riem, cantam, gritam? Depende mesmo da maneira de olhar — a mãe dissera. Agora estão sambando. As estrelas bem que continuam calmas. Elas sabem de tudo, veem aquilo que, cá de baixo, na confusão, uma criança só pode perceber se ficar de olhos arregalados, quietinha. Por maior que seja a boa vontade... E essa moleza que desce das estrelas e entra sorrateira nos braços, nas pernas, esse peso que faz baixar as pálpebras, como quem fecha cortina, devagar.

Acordou no chão, apavorado com o estrondo. Houve um desastre durante a passagem, o mundo acabou? Do salão vinham gritos, em que lhe parecia reconhecer vozes familiares. Seus pais estariam morrendo? Correu para a porta, abriu-a, atravessou o corredor, parou à entrada da sala. Teve uma imagem conjugada de garrafas, risos, cantos, beijos, copos. Estavam todos salvos, pais e amigos, mas tinham perdido o jeito comum, o jeito diurno. As vozes eram as mesmas e não eram. Arrastavam um pouco, palavras não terminavam, todas as pessoas manifestavam exagerada ternura umas pelas outras, abraçando-se ruidosamente.

A mãe viu-o de longe: “Filhinho!”, avançou com jeito engraçado, envolveu-o numa carícia, o pai tentou fazer o mesmo e não acertou, os outros bateram palmas. Seus olhos ainda não estavam abertos de todo, sentia vontade de chorar. “Ele passou?”, disse baixinho ao ouvido. Sim, tinha passado, então não vira? Quis perguntar como é que passara, não teve ânimo. Um pouco tonta, mas docemente, a mãe levou-o de volta para o quarto, agasalhou-o, encostou rosto no rosto — o bafo casava-se a perfume —, rogou-lhe que dormisse outra vez, colaçozinho de manteiga. O ano passara sem que ele visse. Bem que a mãe prevenira: “Depende da maneira de olhar”. Ele não acertara com a maneira.

— Não, paizinho, não! Quero ir com você!

— Mas meu bem, não posso levar você lá. O lugar não é próprio. Não vou demorar nada, só dez minutos. Seja boazinha, fique me esperando aqui.

— Não, não! — a garotinha soluçava. Agarrou-se à calça do pai como quem se agarra a uma prancha no mar. Ele insistia:

— Que bobagem, uma menina de sua idade fazendo um papelão desses.

— Você não volta!

— Volto, ora essa, juro que volto, meu amor.

Prometendo, ele passeava o olhar pela rua, impaciente. Ela baixara a cabeça, chorando. Estavam diante da papelaria. O gerente assistia à cena. O homem aproximou-se dele:

— Faz-me o obséquio de tomar conta de minha filha por alguns instantes? Vou a um lugar desagradável, não posso levá-la comigo.

— Mas...

— Quinze minutos no máximo. É ali adiante. Muito obrigado, hem?

E sumiu. A garotinha continuava de olhos baixos, imóvel, o dorso da mão esquerda junto à boca. O gerente passou-lhe a mão nos cabelos, de leve.

— Vem cá.

Ela não se mexeu.

— Como é que você se chama? Carmen? Luísa? Marlene?

Como não respondesse, o gerente foi desfiando nomes, sem esperança de acertar. Mas ao dizer “Estela”, a cabecinha moveu-se, confirmando.

— Estela, você sabe que está com um vestido muito bonito?

Estela tirou a mão dos olhos, examinou o próprio vestido e não disse nada.

Mas o gelo fora rompido. Daí a pouco o gerente mostrava-lhe a caixa registradora e autorizava-a a marcar uma venda de duzentos cruzeiros.

— Olha um gatinho. Ele mora aqui?

— Mora.

— E que é que ele come?

— Papel.

— Mentiroso!

— Então pergunte a ele.

O gato acordou, deixou-se afagar e tornou a dormir, desta vez nos braços de Estela.

O gerente olhou o relógio; tinham se passado quinze minutos, o homem não aparecia. “Bonito se ele não vier mais. Que vou fazer com esta garotinha,

na hora de fechar?”

Tentou lembrar o rosto do desconhecido; impossível. Já pensava em telefonar para a polícia, quando Estela o puxou pela perna:

— Além da máquina e do gatinho, você não tem mais nada para me mostrar?

Ele abarcou com a vista a loja toda e sentiu-a mal sortida, pobre. “Eu devia ter aberto uma loja de brinquedos, pelo menos um bazar.” Experimentou com Estela o apontador de lápis, o grampeador. E o homem não vinha. É, não vem mais. Estela andava de um lado para outro, dona do negócio. Ele, inquieto.

— Não mexa nas gavetas, filhinha.

— Não sou sua filhinha.

— Desculpe.

— Desculpo se você deixar eu abrir.

— Então deixo.

Dentro havia balões, estrelinhas, saldo do último Natal. E ele que não se lembrava daquilo. Estela riu de sua ignorância, e o homem não vinha. O movimento de fregueses declinava. Na calçada, as filas de lotação iam crescendo. Daí a pouco, a noite.

Estela soprou um balão, outro, quis soprar dois ao mesmo tempo. Um estourou. Ela assustou-se. Ele riu.

“Se o homem não aparecesse mais, que bom! Aliás a cara dele era de calhorda. Ainda bem que me escolheu.” Levaria Estela para casa, a mulher não ia estranhar, fariam dela uma filha — a filha que praticamente não tinham mais, pois casara e morava longe, no Peru. E se o pai reclamasse depois? Ora, quem entrega sua filha a um estranho, diz que vai demorar quinze minutos, passa uma hora e não volta, merece ter filha?

O empregado arriava a cortina de aço quando apareceram duas pernas, um tronco inclinado, uma cabeça.

— Dá licença? Demorei mais do que pensava, desculpe. Muito obrigado ao senhor. Vamos, filhinha.

O gerente virou o rosto, para não ver, mas chegou até ele a despedida de Estela:

— Até logo, homem do balão!

E a filha ficou mais longe ainda, no Peru.

A bolsa & a vida, com o subtítulo *Crônicas*, foi publicado em 1962 pela Editora do Autor, que o republicou no ano seguinte. Em 1964, a Nova Aguilar o incluiu no volume da *Obra completa* de Carlos Drummond de Andrade, novamente reeditada em 1967. Em 1973, pela mesma editora é publicado o volume *Poesia completa e prosa*, edição que foi revista e aumentada pelo próprio autor, dando outra forma para alguns trabalhos. No volume constam os títulos *Versiprosa* e *Versiprosa 2*, que Drummond compôs com material vário. Em *Versiprosa 2* ele incluiu quatro poemas originalmente de *A bolsa & a vida*, aliás, os únicos textos do livro que são em forma poética. Em 1974, sai pela José Olympio a sexta edição, seguida pela sétima, em 1979, e pela oitava, em 1982. A partir de 1986, o livro passa a ser publicado pela editora Record, que o reeditou mais seis vezes, até 2008, neste ano em brochura. Tanto as edições da José Olympio quanto as da Record não seguem a organização estabelecida pelo autor na terceira edição da Nova Aguilar, de 1973, e vêm com o subtítulo *Crônicas em prosa e verso*. Elas continuaram incluindo os quatro poemas que ele deslocou para *Versiprosa 2*. Por outro lado, edições posteriores da obra de Drummond pela Nova Aguilar, como o volume *Poesia completa e prosa*, de 1977, já não apresentam todas as crônicas da edição de 1973, mas uma seleção. No volume *Prosa seleta*, de 2003, são ainda cortadas mais crônicas.

Para esta edição, adotou-se como texto-base a terceira edição da Aguilar, de 1973, que traz todas as crônicas do livro, exceto os quatro poemas citados. A rigor, são muito poucas as diferenças entre as diversas edições consultadas. Afora lapsos e gralhas evidentes da primeira edição, corrigidos nas posteriores, e mínimos acréscimos ou supressões, ocorrem apenas raras variações na pontuação e no uso de maiúsculas e minúsculas. Para o cotejo dessas passagens, utilizou-se a primeira edição, de 1962 (pela Editora do Autor), a sexta edição pela José Olympio, de 1974, e a 13ª edição, de 1998 (a quinta pela Record). Consideramos, ainda, os volumes *Poesia completa e prosa* (1977) e *Prosa seleta* (2003), ambos da Nova Aguilar. Foram preservados alguns traços particulares da pontuação do autor, principalmente em falas de personagens.

Posfácio

DUALIDADES, DUPLICAÇÕES
Marcelo Coelho

Publicado em 1962, quando Carlos Drummond de Andrade completava sessenta anos, *A bolsa & a vida* é seu quinto livro de prosa. Precederam-no *Confissões de Minas* (1944), *Contos de aprendiz* (1951), *Passeios na ilha* (1952) e *Fala, amendoeira* (1957). Destes, só o último valeria classificar plenamente como coletânea de crônicas, o que faz de *A Bolsa & a vida* a segunda reunião, em livro, das incursões do autor no gênero.

Já se tornou supérfluo lembrar o que existe, na crônica, de indefinível — confundindo os limites da ficção e da não ficção, do verso e da prosa, do permanente e do efêmero. Mesmo abandonando a pretensão a maiores rigores conceituais, deve-se admitir que *Confissões de Minas* e *Passeios na ilha* reúnem sobretudo ensaios de crítica literária e de comentário social, que, embora publicados originalmente na imprensa, fogem da coloquialidade descompromissada e da polida esquisitice que fariam de Drummond um dos mais bem-sucedidos e constantes cronistas brasileiros da segunda metade do século xx.

Vale também observar que o poeta parece ter reservado ao verso, e não à crônica em prosa, o comentário mais leve do noticiário político e dos fatos curiosos da semana: são assim os poemas de *Versiprosa* (1967). Muitos deles, contemporâneos de *A bolsa & a vida*, foram igualmente publicados na coluna que Drummond manteve no *Correio da Manhã*, de 1954 até 1969.

O ano de publicação de *A bolsa & a vida*, 1962, foi também o do lançamento de *Lição de coisas* e da *Antologia poética*, volume organizado pelo próprio autor. Nos poemas de *Lição de coisas*, acenos experimentalistas coexistem com aquela pulsação discursiva típica das grandes meditações drummondianas do pós-guerra. Mas tampouco faltam referências às circunstâncias do dia. Fatos como a criação do estado da Guanabara (“Canto do Rio em sol”) ou os limites do comércio exterior ao consumo de produtos natalinos (“Vi nascer um deus”) transfiguram-se — e o poeta, que se disse “preso à vida” (em *Sentimento do mundo*, 1935-40), ou “preso à minha classe e a algumas roupas” (em *A rosa do povo*, 1943-5), em certo sentido foi sempre cronista, e vice-versa.

Os fatos, em *A bolsa & a vida*, são menos os do noticiário corrente que os da ordem íntima e doméstica. Muitos acontecimentos, é certo, serviram de matéria para as crônicas: a visita ao Brasil, em 1958, do presidente italiano Giovanni Gronchi; algum escândalo de funcionários-fantasmas na administração pública; uma primeira tentativa de remover os favelados do Morro da Catacumba (o objetivo só viria a completar-se em 1970); o casamento da princesa Margaret da Inglaterra (1960), ou a revisão, pela Congregação dos Ritos do Vaticano, do

status litúrgico de santa Filomena (1961). Dedicam-se algumas páginas, também, aos sessenta anos de Belo Horizonte (1957) e a reminiscências da Revolução de 1930.

O que predomina, contudo, são pequenas experiências pessoais de classe média, acrescidas ou não de tempero fictício: o encontro com uma antiga empregada doméstica, os incômodos de mandar pintar a própria casa, de tentar abrir um cofre sem uso, de preencher o formulário do imposto de renda, de encontrar a dona de uma bolsa perdida no lotação.

Passemos a essa primeira crônica, da qual o livro toma o título. “Não deve ser interpretado em sentido truculento”, pede Drummond em curta introdução.

A bolsa é uma bolsa modesta de comerciária, achada num coletivo. E a vida é isso e tudo mais que o livro procura refletir em estado de crônica, isto é, sem atormentar o leitor — apenas, aqui e ali, recordando-lhe a condição humana.

Elimine-se, portanto, a ameaça presente na clássica alternativa do assaltante; não há por que escolher entre ficar com a bolsa ou ficar com a vida. Ambas se complementam no livro; o “&” comercial até sugere um pendor mais acentuado para o lado da bolsa. De quebra, outra ameaça é afastada, a de “atormentar o leitor”.

Fiel às convenções do gênero, o cronista se declara inofensivo — e, de fato, serão raros e discretos os seus momentos de revolta. Contudo, se a bolsa a que se refere o título perde seu valor metafórico (é bolsa mesmo, concreta, de comerciária, achada na condução), não poderia ser mais vago o sentido do outro termo: “a vida é isso e tudo mais que o livro procura refletir”, diz Drummond, incluindo a bolsa concreta dentro de algo maior, a vida, que a contém, que quase a engole.

A bolsa, que o poeta diz ter encontrado num lotação, é coisa das mais prosaicas.

[...] não deslumbrava pela magnificência dos artigos de toalete nem encerrava crimes e paixões em objetos simbólicos. Eis, honestamente, o seu acervo:

2 batons; 1 lápis para cílios; 1 escovinha idem; 1 espelhinho; 1 *trousse* folheada a ouro; 1 pente; 2 grampos; 1 vidrinho de *Nuit de Longchamp*; 1 sabonete de papel; 1 lençinho branco; 1 dito amarelo estampado, para limpar batom; 1 flanela para óculos [...].

O inventário prossegue, e se lê sem tédio, na mesma curiosidade

voyeurística do narrador; mas este se compraz em frustrar, pela banalidade do conteúdo, maiores excitações. Exceto a oferecida por

[...] 1 nota de venda no valor de Cr\$ 4550,00 referente a “1 camisola de luxo, 1 anágua franzida e 1 calcinha com liga”.

A enumeração dos três artigos femininos, colocada entre aspas dentro da enumeração do conteúdo da bolsa, confere à própria pontuação do texto certo poder imagético, figurando interioridades cada vez mais recônditas, parênteses dentro de parênteses, colchetes dentro de colchetes. A associação erótica se neutraliza, contudo, pelo preciso e burocrático enunciar-se das quantidades e dos preços. Eis, então, o lado aritmético, monetário, comercial e objetivo da “bolsa”, entendido em seu sentido lato (dinheiro, bens, pertences inventariáveis), contrastando com o lado mais oculto, metafórico, feminino da “vida”: mistério dentro de mistério, coisa dentro de coisa, segredo aninhado em outro segredo.

Segredo que, de forma muito drummondiana (pensemos num poema como “A máquina do mundo”, em *Claro enigma*), esvai-se em coisa nenhuma. No íntimo do íntimo, o que se descobre é nada, uma série de ninharias anônimas, incapazes de revelar a identidade da proprietária.

Numa duplicação característica, de que veremos exemplos em outras crônicas do livro, não é apenas a dona da bolsa quem se esconde das inquirições do narrador. Também este, logo após a descoberta do objeto, trata de ocultar-se, conforme começa a perceber no motorista da condução um olhar de desconfiança. Mais prudente envolver a bolsa

no jornal que eu portava. Já percebe o leitor que, a essa altura, minha situação moral era pouco sólida, pois eu procurava esconder do motorista um objeto que não me pertencia, sob pretexto de que pretendia restituí-lo à dona; como se eu conhecesse essa proprietária mais do que ele, motorista, que podia muito bem conhecê-la de vista; e como se eu duvidasse dele, que com igual razão podia desconfiar de mim [...].

Assim, embuçada convenientemente a coisa, como algo tenebroso que convinha esquivar à curiosidade pública, paguei com dignidade a passagem e saltei sem impugnação.

Eis que a bolsa, erotizada quase até a indecência, é assim recoberta nas folhas de um jornal... Como uma crônica, diríamos, que reserva suas ninharias e intimidades num canto da página de notícias.

Com efeito, a “vida” não aparece aqui em oposição à “bolsa”, mas envolve-a,

engole-a, ao mesmo tempo que transita, de uma a outra, um mesmo fluido associativo, obscuro, viscoso, feito de atração e culpa.

“A vida escorre da boca,/ lambuza as mãos, a calçada./ A vida é gorda, oleosa, mortal, sub-reptícia”, escrevia Drummond em “Passagem do ano”, poema de *A rosa do povo*. É frequente, em sua obra, que a palavra “vida” tenha uma conotação negativa — algo de pegajoso, devorador, que invade, extravasa, devora ou ameaça.

A “vida besta” de “Cidadezinha qualquer” (*Alguma poesia*, 1930) exasperava pela repetição, pela morosidade, pelo que se enumera sem mudança:

Um homem vai devagar.

Um cachorro vai devagar.

Um burro vai devagar.

Trinta anos depois, as sensações diante da “vida” parecem bem diferentes. “Toda vida”, diz “Amar-amaro” em *Lição de coisas*,

*é indagação do achado e aguda espostejação
da carne do conhecimento, ora veja.*

No mesmo livro de 1962, descreve-se um “Massacre”, em

*que a vida refugia
do ato de viver
e agora circulava
sobre toda a ruína.*

Ainda em *Lição de coisas*, no poema “Janela”, o poeta observa que

*[...] roazmente
a vida, sem contraste, me destrói.*

Não é fácil livrar-se dessa vida tão mortal — e tampouco é fácil, ao cronista, livrar-se finalmente da bolsa que encontrou no lotação. Entre os guardados da proprietária surge, todavia, uma carteirinha de estudante, com o nome “Andreia de Poggia”. Nem por isso a busca alcança bom termo; não existe ninguém com esse nome na Faculdade de Medicina. O mistério cresce, à medida que o narrador considera o contraste entre as possíveis qualificações acadêmicas da proprietária e o seu gosto, revelado em folhetos encontrados na bolsa, por reuniões esotéricas de autoajuda.

Seria um caso de dupla personalidade? É o que o cronista se indaga, até que o enigma se resolva de modo mais banal. A bolsa pertencia a uma comerciária, com quem ele termina topando na rua Uruguaiana. Seu nome é Rita Peixoto e ela usa a carteira falsa de estudante para pagar meia-entrada no cinema.

O lado prosaico, monetário, da “bolsa” prevalece, no fim, sobre o insólito e a fantasia. Mas o prosaísmo da solução nem por isso se reduz a algo unívoco, fechado em si mesmo. Até a simples comerciária Rita Peixoto, pode-se ver, tem sua sombra e seu segredo nessa Andreia de Poggia que não existe; a razão é das mais triviais, mas a dupla identidade, o desdobramento de tudo numa face real e outra inexistente, não deixam de se confirmar no episódio.

Duplicações são frequentes ao longo de todo o livro, e talvez consistam mesmo no seu tema principal.

Em “Fraque”, temos o caso de um diplomata em começo de carreira que inadvertidamente troca seu traje de cerimônia com o do presidente da República; Argemiro Markovski, o dono do fraque, tem seu nome reconhecido por Juscelino Kubitschek, que surge de viva voz na ficção drummondiana:

É o dono do meu melhor *smoking*. Bem, pode destruir o fraque, mas diga a ele que tenha paciência, não peça para destruir o *smoking*, pois o dele foi o que me assentou mais até agora!

O episódio, que seria impróprio inflar de significado alegórico (o funcionário insignificante vale tanto quanto o presidente, cargos se trocam como roupas etc.), aposta no mesmo mecanismo de surpresa e troca de identidades do caso Rita Peixoto/Andreia de Poggia. Do quiproquó entre Markovski e Kubitschek, ou entre Argemiro e Juscelino, talvez se deva conduir apenas o que dizem alguns versos de “A palavra e a terra”, de *Lição de coisas*:

*O nome é bem mais do que nome: o além-da-coisa,
coisa livre de coisa, circulando.*

Mas em *A bolsa & a vida* são precisamente as coisas que circulam, livres de seus proprietários eventuais.

“Outro marido” é mais uma ocasião em que se “reescreve”, por assim dizer, a crônica inicial. Certo conferente da Alfândega, chamado Santos, queixa-se à mulher de constantes dores reumáticas; interna-se no hospital, e suas visitas ao lar vão rareando. Um dia morre, a mulher procura notícias a seu respeito, e por fim descobre que o marido formara outra família. Uma fotografia comprova a escapada.

Lá estavam Santos, muito lépido, sorrindo, a outra mulher, os três garotos.

Não havia dúvida: era ele mesmo, seu marido. Contudo, a outra realidade de Santos era tão destacada da sua, que o tornava outro homem, completamente desconhecido, irreconhecível.

— Desculpe, foi engano. A pessoa a que me refiro não é essa — disse d. Laurinha, despedindo-se.

Tímido e falante, funcionário público disciplinado e espírito (durante bom tempo) revolucionário, vanguardista e autor de sonetos, poeta e cronista: há muitas dualidades, embora não propriamente contradições, na figura de Carlos Drummond de Andrade.

Sem desprezarmos considerações de cunho biográfico, vale lembrar que a forma da crônica, em si mesma, favorece esse tipo de organização ficcional: sob determinada aparência cotidiana, esconde-se outra realidade, a ser revelada numa breve surpresa no fim do último parágrafo.

Convém, naturalmente, que a surpresa não seja grandiosa a ponto de desequilibrar a amenidade do conjunto. O objetivo é provocar sorrisos, não iluminações. Todavia, a tentação do poeta por vezes se sobrepõe ao ofício do cronista, com resultados desiguais.

Numa crônica de Natal (que, diga-se de passagem, recorda ao leitor contemporâneo como era forte a presença do imaginário católico no Brasil de 1950), temos “Três homens na estrada” — este o título — que no final o autor revela serem os Reis Magos, perambulando entre caminhos de legumes e ônibus intermunicipais. É forçoso admitir que a revelação final não suscita o impacto provavelmente pretendido pelo autor.

O caminho do insignificante ao majestoso se percorre, ainda uma vez, e de modo inverso, em “Os Windsor se esqueceram”, crônica em que Drummond enumera as glórias de sua ancestralidade escocesa para reivindicar, ironicamente, um convite para o casamento da irmã da rainha Elizabeth.

Valor insuspeito se esconde, também, sob a obscura personagem homenageada em “Um artista”. O narrador conta de um colega de trabalho “solitário, fechado em si, canhestro, desengonçado em sua pobreza, vagamente áspero” que, num ato de heroísmo, perde a vida. Sem parentes, não tendo sido identificado na ambulância, “passa então a ser cadáver de indigente”. A repartição finalmente o descobre e organiza o velório. Surgem quatro mulheres “de idades diferentes”. Comenta Drummond:

Não há como as mulheres para virem, não se sabe de onde, pousarem um instante junto a alguém imóvel, criarem em torno dele uma atmosfera de carinho, que a simples solidariedade dos homens não saberia compor.

Em tom mais melancólico, vê-se ainda, sem dúvida, o tema do aparecimento/desaparecimento da bolsa de Andreia de Poggia. A cada descoberta, em sua dureza factual, segue-se um mistério, um ocultamento, sobre o qual paira uma imagem feminina, despertando fantasias no poeta.

Também o inverso pode ocorrer: de um cofre doméstico, que o narrador estava certo de nada conter, surge uma moeda de prata. A descoberta, ínfima porém preciosa, não teria ocorrido não fossem as insistências e a astúcia de uma criança, que orienta o avô renitente na busca do segredo. A frustrante investigação narrada na primeira crônica do livro encontra, em “O segredo do cofre”, uma espécie de compensação simbólica.

Uma bolsa inútil — a de um filho pela mãe, antiga empregada doméstica do narrador, em “À procura de um rosto” — reequilibra-se em “Luzia”, onde outra empregada doméstica surge do passado para mostrar-se melhor de vida, com radiovítrola comprada no crediário e certificado da escola de manicure.

É inevitável relacionar essa história de modesta ascensão social ao período em que as crônicas de *A bolsa & a vida* foram escritas — na maioria, correspondem aos anos de rápido crescimento econômico do governo Kubitschek.

De um lado, certa impressão mágica, de coisas surgindo do nada, certamente marcava a experiência social de quem acompanhava a nova capital do país nascer, em poucos anos, no sertão vazio de Goiás.

A aceleração dos feitos do governo JK vinha acompanhada, como se sabe, de outra aceleração, a inflacionária, que se acentuaria nos anos seguintes. O tema aparece em “Ascensão”:

Quando me deitei, à meia-noite, os preços estavam à altura do pescoço [...].
Acordando à primeira tinta da aurora, notei com assombro que os preços haviam subido oitenta centímetros, e para verificá-los tinha eu de subir à cadeira de estimação deixada por minha avó; cadeira que me coubera em legado, com a cláusula de jamais ofender-lhe o veludo carmesim.
“Vão-se as alfaías de família, disse comigo, mas que importa?”

A irrealidade do aumento de preços — certamente nociva a qualquer funcionário de classe média, cioso de estabilidade na vida, num país onde ainda não se inventara a correção monetária — contrasta com a solidez tradicional dos bens de família, ainda que modestos. É o outro lado, podemos dizer, do desapego ao passado, da atitude confiante que líamos nas falas da ex-empregada doméstica, e agora manicure, Luzia. Eis que a angústia diante do aumento de preços se resolve, novamente, num movimento de dissolução. Economistas, debatendo o problema, concluem:

Uma vez que os preços se haviam libertado de todas as leis físicas, era como se não existissem: “Os preços acabaram, não há mais preços”.

Irreais, igualmente, como os palácios de Brasília, são as construções da engenharia carioca. Em “A causa”, o fictício Edifício Massepain (marzipã) é um daqueles “cujo desmoronamento se espera para breve”. São “paredes que racham ou aluem, e o Massepain ora se inclina para leste ora para oeste, conforme o dispositivo das forças e sua movimentação”.

Mas o motivo dessa fragilidade estrutural está, diz a crônica, nas dissensões e rixas de seus moradores. Se pode ser perdoada, num texto jornalístico de ocasião, a transparência da alegoria política, o pulso do poeta se recupera nas frases finais:

Nossos edifícios revelarão talvez fragmentos congelados de rancor, ou dessa outra substância refratária a qualquer liga, a que se dá o nome de incompreensão.

Atinge-se outra vez aquele interior escuro — que com tanto incômodo se tentara cobrir de branco (“Pinte sua casa”) —, palpitando sob as graciosidades da crônica, nas quais Drummond nem sempre está à vontade. Feminina e viscosa, ou vibrando de ódio contido, a “vida” que se esconde sob as coisas triviais não é tema de celebração neste livro, por mais que o cronista tente.

Depois do desaparecimento dos preços, que víamos absurdamente narrado em “Ascensão”:

Tudo voltou à calma, pastosa e coagulada calma, na rua e no mundo.

Se “a vida” retoma seus direitos depois do enlouquecimento da “bolsa”, os adjetivos “pastosa” e “coagulada” não parecem vir de quem comemora o fato. Mesmo a placidez interiorana, vista com olhos mais simpáticos agora do que nos poemas da fase modernista, guarda algum latejo ameaçador de saciedade:

Não há imprevisto. Nos pastos de grama pouca, só as grandes bossas dos cupins se expõem, bichos imobilizados.

Enquanto isso, um bêbado ia gritando qualquer coisa,

Mas as pernas arriam, e ele fica ali desmanchado, à sombra da goiabeira, dormindo na manhã de Minas Gerais.

É tempo de resumir um pouco o jogo de múltiplas oposições que viemos acompanhando aqui. Há o objeto concreto, bolsa, cimento, cadáver, cupim. No interior de cada objeto, uma vida, frequentemente no feminino, esconde-se numa espécie de matéria viscosa e escura, ela própria atravessada de ambiguidade: é vida, mas também coisa ameaçadora e mortal. Há o insignificante, o rotineiro, o que é da ordem do funcionalismo público; dentro dele se esconde, entretanto, o possivelmente nobre, alto, fantasioso e mítico: Reis Magos, Casa de Windsor, presidente da República. Uma coisa vale pela outra, todavia, e as identidades se alternam sem que muita diferença resulte no final: o caubói fabuloso é um senhor já entrado em anos (“Mocinho”), a generosidade natalina ao estrangeiro se desfaz na desmemória e na ausência de reconhecimento (“O viajante”), Argemiro Markovski pode ser Juscelino Kubitschek, Rita Peixoto era Andreia de Poggia, o criminoso (em “O ladrão”) é vizinho cordial, e Santos, o doente crônico, é lépido pai de três crianças numa outra vida — que afinal se resume a mesma de todos os dias. Também a oposição entre mistério e trivialidade não é das mais definidas. O fantástico se dissolve no nada; os preços que subiam literalmente até o teto desaparecem. No mesmo procedimento, a clássica figura do “funcionário público fantasma” ganha formas de fantasma de verdade, para no final da crônica volatilizar-se. A metáfora, tomada inicialmente ao pé da letra, volta ao seu estado imaginário original. A linguagem figurada, a imagem literária, inverte-se portanto em coisa prosaica, fato cotidiano, como se a poesia se desfizesse em prosa. Vale acrescentar que neste rápido sumário passamos insensivelmente pelos três estados da matéria: do sólido ao líquido e ao gasoso, da “pedra no meio do caminho” às alturas em que vivia, por vezes, o “fazendeiro do ar”.

Os processos dessa transição, tantas vezes encenados nas crônicas deste livro, estão longe de ocorrer sem dificuldades.

É que o cotidiano silencioso do poeta, ou do cronista, às voltas com o mundo das palavras e das cismas, vê-se várias vezes interrompido — e a impertinência do real constitui tema de muitas crônicas do livro. Há a visita do recenseamento, as urgências do imposto de renda, as interpelações da publicidade, os telefonemas dos entrevistadores (respectivamente, aparecem em “Diálogo 70% imaginário”, “Sonho de uma noite de abril”, “O que você deve fazer”, “Manhã como as outras”). Nesta última, o escritor é interrompido a todo tempo por jornalistas que lhe pedem opinião sobre os mais variados assuntos — um crime sensacional, ameaças de golpe político, a moda das calças Saint-Tropez. A manhã passa, sem que o protagonista consiga escrever a crônica que deveria entregar ao jornal — mas eis que a crônica por fazer terminou se fazendo a si mesma, compondo-se da transcrição das supostas entrevistas ao telefone. Mas se os repórteres incomodam o cronista, a própria crônica também incomoda o poeta. Este prefere, acima de tudo, o silêncio da casa vazia, nos dias de

Carnaval. Em “Ficar em casa”, talvez a melhor peça do livro, Drummond não se sente obrigado a manter o tom constante das gracinhas e levezas mais ou menos obrigatórias no gênero. Ele nota o prazer de

Beneficiar-se com a ausência de jornais, que prova a inexistência provisória do mundo como arquitetura de notícias [...]. Penetrar no vazio do tempo sem obrigações, como num parque fechado, aproveitando a ausência de guardas, e descobrindo nele tudo que as tabuletas omitem.

É como se a bolsa da primeira crônica, encontrada na condução, em vez das bagatelas que precipitaram a investigação a respeito de sua proprietária, estivesse perfeitamente vazia, e em seu interior fosse possível

Descobrir, sem mescalina, as cores que a cor esconde.

Esta casa silenciosa não é mais aquela que cumpria pintar de branco, numa outra crônica do livro, mas sim a que se deixa intuir em alguns momentos de *A vida passada a limpo* (1954-8). Por exemplo, aquele em que o poeta reconhece, à lua “debruçada” sobre seu endereço, que

essa alvura de morte lembra amor.

No mesmo livro, no poema “Procura”, não nos ocupa a busca pela proprietária de uma bolsa perdida, mas a atividade de

*Procurar sem notícia, nos lugares
onde nunca passou;
inquirir, gente não, porém textura,
chamar à fala muros de nascença,
os que não são nem sabem, elementos
de uma composição estrangulada.*

Não se trata mais de responder a recenseadores ou repórteres, mas de se dedicar a outro tipo de “Inquérito”:

*Pergunta ao que, não sendo, resta
perfilado à porta do tempo,
aguardando a vez de possível;
pergunta ao vago, sem propósito*

*de captar maiores certezas
além da vaporosa calma
que uma presença imaginária
dá aos quartos do coração.*

A ti mesmo, nada perguntes.

A bela austeridade desse interdito se eleva a uma esfera incomparavelmente superior às recomendações feitas por Drummond “A um jovem”, crônica em duas partes que, procurando mostrar-se desencantada, acaba resultando meio antipática:

Ao escrever, não pense que vai arrombar as portas do mistério do mundo. Não arrombará nada. Os melhores escritores conseguem apenas reforçá-lo, e não exija de si tamanha proeza.

Melhor reencontrar o cronista dentro de casa, dedicado a senti-la

[...] como um todo e como partículas densas, tensas, expectantes, acostumadas a viver sem nós, à nossa revelia, contra o nosso desdém.

Não há risco maior para um cronista, provavelmente, do que o desdém — muitas vezes semelhante a uma falsa tolerância com o que merece de fato ser desdenhado. Certo espírito de ligeireza crítica, em que até os melhores representantes do gênero por vezes recaem, não está ausente de algumas páginas de *A bolsa & a vida*.

Leia-se, por exemplo, o início de “Pinte sua casa”:

Você já pintou sua casa? Então pinte. É o que há de melhor a fazer, se não podemos pintar de novo o Brasil, por dentro e por fora [...]. Se cada um caiasse seu barraco, que brinco não seria este país, pelo menos na parte domiciliar?

Essas pinceladas “críticas”, se podemos assim dizer, são costumeiras no gênero da crônica. Se acabam soando de modo um pouco falso, não é por falta de convicção da parte de quem as escreveu; o problema está, provavelmente, no fato de que, como gênero, a crônica procura antes de tudo jogar com uma espécie de consenso médio dos leitores. A crítica será vaga, sem endereço certo, uma vez que o cronista, ao contrário do articulista, procura antes a concordância estabelecida do que o debate.

Capaz de reunir, em sua poesia, o tom mais recluso e o máximo de abertura à experiência comum da humanidade, Drummond parece por vezes sofrer, na crônica, para encontrar o espaço intermediário do consenso natural, do que se faz comum sem sacrifício da maior subjetividade. É bem raro que fale de si mesmo, afinal; o esconde-esconde entre várias identidades trocadas, assim como o recurso a quase pseudônimos, como o “Antônio Crispim”, de “Manhã como as outras”, pode naturalmente ser debitado à conta da proverbial reserva do poeta. O leitor sente alívio, entretanto, e imagina que o mesmo alívio esteja no espírito do cronista, quando surge a abertura para algo de mais confessional. A homenagem à cozinheira da infância, citada nominalmente em “O céu da boca”, é um desses instantes:

Excelsa, afetuosa e anônima cozinheira que deu de comer a três gerações
— estátua de silêncio, hoje em dia, na cerração do tempo.

Não é mais o tempo do jornal, é o tempo de Drummond. Para efeito de contraste, cumpre citar um trecho em que a prosa do autor se revela especialmente crispada, oscilando entre o inimitável e o banal. Está em “Nascer (11)”, crônica em que um conhecido, presumivelmente de classe baixa, dá a notícia do nascimento de sua filha. Drummond recapitula os fatos.

Lembrei-me de que há dez meses, em Olaria, numa reuniãozinha ao ar livre, entre vasos de begônia [...] tínhamos bebido uma chopada comemorativa do casamento daqueles dois. Eu fora testemunha dele, no civil. Em dez meses, Aída Isabel se fizera, e agora vinha ocupar um lugarzinho em Olaria, era um fato novo, no caminhar sorrateiro da vida. O Brasil tinha 72 850 416 habitantes? Hoje tem 72 850 417. A situação se modificou, o casal tomara providências. Aída Isabel prepara-se para fazer alguma coisa, rara ou comum, ela ainda não sabe. Na dinâmica do país, uma força obscura se delineia, e como fui testemunha do desposório, dou testemunho de seu primeiro resultado, nesta fase inquieta da nacionalidade em busca de novos rumos políticos e sociais.

A ironia das últimas frases, reproduzindo os chavões da linguagem parlamentar e jornalística, soa forçada, como uma intromissão “crítica” dentro do que se escrevia de coração aberto, mas sem derramamento. “Uma força obscura se delineia”, para falar da menina recém-nascida, era ao mesmo tempo recurso poético bem drummondiano e quase um clichê discursivo. O resto do parágrafo não parece resistir a essa carga de tensão, e a ironia em que se quebra é tudo, menos libertadora; o texto parece reprimir-se a si mesmo, com efeito, no sorriso

que tenta provocar.

Talvez seja exatamente esta dualidade básica — entre a poesia pessoal e as convenções do gênero jornalístico — que esteja sendo transfigurada, com grande engenho e sutileza, na série de duplicações e variações de identidade que constituem a matéria principal de *A bolsa & a vida*. Procuras e achados se equilibram e se alternam, no vaivém das crônicas, mas a tudo o poeta prefere o recolhimento, como diz em “Ficar em casa”, de quem permanece “divertido em seu canto umbroso”.

Leituras recomendadas

ARRIGUCCI JR., Davi.

“Fragmentos sobre a crônica”.

In: *Enigma e comentário*.

São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CANDIDO, Antonio.

“Drummond prosador”;

“A vida ao rés-do-chão”.

In: *Recortes*.

São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

sÁ, Jorge de.

A crônica.

São Paulo: Ática, 2005.

WERNECK, Humberto.

O desatino da rapaziada.

2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

1902 Nasce Carlos Drummond de Andrade, em 31 de outubro, na cidade de Itabira do Mato Dentro (MG), nono filho de Carlos de Paula Andrade, fazendeiro, e Julieta Augusta Drummond de Andrade.

1910 Inicia o curso

primário no Grupo
Escolar Dr. Carvalho
Brito.

1916 É matriculado como
aluno interno no
Colégio Arnaldo,
em Belo Horizonte.
Conhece Gustavo
Capanema
e Afonso Arinos de
Melo Franco.
Interrompe os
estudos
por motivo de saúde.

- 1917 De volta a Itabira,
toma aulas
particulares com o
professor
Emílio Magalhães.
- 1918 Aluno interno do
Colégio Anchieta da
Companhia de Jesus,
em Nova Friburgo,
colabora na *Aurora
Colegial*. No único
exemplar do
jornalzinho *Maio...*,
de Itabira, o irmão
Altivo

publica o seu poema
em prosa “Onda”.

1919 É expulso do colégio
em consequência de
incidente com
o professor de
português. Motivo:
“insubordinação
mental”.

1920 Acompanha sua
família em mudança
para Belo Horizonte.

1921

Publica seus
primeiros trabalhos
no *Diário de Minas*.
Frequenta a vida
literária de Belo
Horizonte. Amizade
com Milton Campos,
Abgar Renault,
Emílio Moura,
Alberto Campos,
Mário Casassanta,
João Alphonsus,
Batista Santiago,
Aníbal Machado,
Pedro Nava, Gabriel
Passos, Heitor de
Sousa e João Pinheiro

Filho, *habitués*
da Livraria Alves e do
Café Estrela.

1922 Seu conto “Joaquim
do Telhado” vence o
concurso da *Novela*
Mineira.
Trava contato com
Álvaro Moreyra,
diretor
de *Para Todos...* e
Ilustração Brasileira,
no Rio de Janeiro,
que publica seus
trabalhos.

1923 Ingressa na Escola de
Odontologia e
Farmácia de Belo
Horizonte.

1924 Conhece, no Grande
Hotel de Belo
Horizonte, Blaise
Cendrars,
Mário de Andrade,
Oswald de Andrade e
Tarsila do Amaral,
que regressam de
excursão às cidades
históricas de Minas

Gerais.

- 1925 Casa-se com Dolores
Dutra de Moraes.
Participa —
juntamente
com Martins de
Almeida, Emílio
Moura e Gregoriano
Canedo
— do lançamento de
A Revista.
- 1926 Sem interesse pela
profissão de
farmacêutico, cujo

curso
concluía no ano
anterior, e não se
adaptando à vida
rural,
passa a lecionar
geografia e português
em Itabira. Volta
a Belo Horizonte e,
por iniciativa de
Alberto Campos,
ocupa
o posto de redator e
depois redator-chefe
do *Diário de Minas*.
Villa-Lobos compõe
uma seresta sobre o

poema “Cantiga de viúvo” (que iria integrar *Alguma poesia*, seu livro de estreia).

1927 Nasce em 22 de março seu filho, Carlos Flávio, que morre meia hora depois de vir ao mundo.

1928 Nascimento de sua filha, Maria Julieta. Publica “No meio

do caminho” na
Revista de
Antropofagia, de São
Paulo, dando
início à carreira
escandalosa do
poema. Torna-se
auxiliar
na redação da *Revista*
do Ensino, da
Secretaria de
Educação.

1929 Deixa o *Diário de*
Minas e passa a
trabalhar no *Minas*
Gerais,

órgão oficial do
estado, como auxiliar
de redação e, pouco
depois, redator.

1930 *Alguma poesia*, seu
livro de estreia, sai
com quinhentos
exemplares sob o selo
imaginário de Edições
Pindorama,
de Eduardo Frieiro.
Assume o cargo de
auxiliar de
gabinete de Cristiano
Machado, secretário
do Interior.

Passa a oficial de gabinete quando seu amigo Gustavo Capanema assume o cargo.

1931 Morre seu pai.

1933 Redator de *A Tribuna*. Acompanha Gustavo Capanema durante os três meses em que este foi interventor federal em Minas.

1934 Volta às redações:
*Minas Gerais, Estado
de Minas, Diário
da Tarde,*
simultaneamente.
Publica *Brejo das
almas* (duzentos
exemplares)
pela cooperativa Os
Amigos do Livro.
Transfere-se
para o Rio de Janeiro
como chefe de
gabinete de Gustavo
Capanema, novo
ministro da Educação

e Saúde Pública.

- 1935 Responde pelo expediente da Diretoria-Geral de Educação e é membro da Comissão de Eficiência do Ministério da Educação.
- 1937 Colabora na *Revista Acadêmica*, de Murilo Miranda.

1940 Publica *Sentimento do mundo*, distribuindo entre amigos e escritores os 150 exemplares da tiragem.

1941 Mantém na revista *Euclides*, de Simões dos Reis, a seção “Conversa de Livraria”, assinada por “O Observador Literário”.
Colabora no suplemento literário de *A Manhã*.

- 1942 Publica *Poesias*, na prestigiosa Editora José Olympio.
- 1943 Sua tradução de *Thérèse Desqueyroux*, de François Mauriac, vem a lume sob o título *Uma gota de veneno*.
- 1944 Publica *Confissões de Minas*.

1945 Publica *A rosa do povo*
e *O gerente*. Colabora
no suplemento
literário do *Correio da*
Manhã e na *Folha*
Carioca. Deixa a
chefia
do gabinete de
Capanema e, a
convite de Luís Carlos
Prestes,
figura como codiretor
do diário comunista
Tribuna Popular.
Afasta-se meses
depois por discordar
da orientação do

jornal.

Trabalha na Diretoria
do Patrimônio
Histórico e Artístico
Nacional (DPHAN),
onde mais tarde se
tornará chefe da Seção
de História, na
Divisão de Estudos e
Tombamento.

1946 Recebe o Prêmio de
Conjunto de Obra, da
Sociedade
Felipe d'Oliveira.

- 1947 É publicada a sua tradução de *Les liaisons dangereuses*, de Laclos.
- 1948 Publica *Poesia até agora*. Colabora em *Política e Letras*. Acompanha o enterro de sua mãe, em Itabira. Na mesma hora, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, é executado o “Poema de Itabira”,

de Villa-Lobos, a partir do seu poema “Viagem na família”.

1949 Volta a escrever no *Minas Gerais*. Sua filha, Maria Julieta, casa-se com o escritor e advogado argentino Manuel Graña Etcheverry e vai morar em Buenos Aires. Participa do movimento pela escolha de uma diretoria apolítica na Associação

Brasileira de
Escritores. Contudo,
juntamente
com outros
companheiros,
desliga-se da
sociedade por causa
de atritos com o
grupo esquerdista.

1950 Viaja a Buenos Aires
para acompanhar o
nascimento
do primeiro neto,
Carlos Manuel.

1951 Publica *Claro enigma, Contos de aprendiz e A mesa*. O volume *Poemas* é publicado em Madri.

1952 Publica *Passeios na ilha e Viola de bolso*.

1953 Exonera-se do cargo de redator do *Minas Gerais* ao ser estabilizada sua situação de funcionário da DPHAN. Vai a Buenos

Aires
para o nascimento do
seu neto Luis
Mauricio.
Na capital argentina
aparece o volume *Dos
poemas*.

1954 Publica *Fazendeiro do
ar & Poesia até agora*.
É publicada sua
tradução de *Les
paysans*, de Balzac. A
série de palestras
“Quase memórias”,
em diálogo com Lia
Cavalcanti, é

veiculada
pela Rádio Ministério
da Educação. Dá
início à série de
crônicas
“Imagens”, no *Correio
da Manhã*, mantida
até 1969.

1955 Publica *Viola de bolso
novamente
encordoada*. O livreiro
Carlos Ribeiro publica
edição fora de
comércio do *Soneto
da buquinagem*.

1956 Publica *Cinquenta poemas escolhidos pelo autor*. Sai sua tradução de *Albertine disparue*, ou *La fugitive*, de Marcel Proust.

1957 Publica *Fala, amendoeira e Ciclo*.

1958 Uma pequena seleção de seus poemas é publicada na Argentina.

1959 Publica *Poemas*.
Ganha os palcos a sua
tradução
de *Doña Rosita la
Soltera*, de García
Lorca, pela qual
recebe
o Prêmio Padre
Ventura.

1960 É publicada a sua
tradução de *Oiseaux-
Mouches
Ornithorynques
du Brésil*, de

Descourtilz. Colabora
em *Mundo Ilustrado*.
Nasce
em Buenos Aires seu
neto Pedro Augusto.

1961 Colabora no
programa *Quadrante*,
da Rádio Ministério
da Educação. Morre
seu irmão Altivo.

1962 Publica *Lição de
coisas, Antologia
poética* e *A bolsa & a
vida*.

Aparecem as traduções de *L'oiseau bleu*, de Maeterlinck, e *Les fourberies de Scapin*, de Molière, recebendo por esta novamente o Prêmio Padre Ventura. Aposenta-se como chefe de seção da DPHAN, após 35 anos de serviço público.

1963 Aparece a sua tradução de *Sult (Fome)*, de Knut

Hamsun.
Recebe, pelo livro
Lição de coisas, os
prêmios Fernando
Chinaglia,
da União Brasileira
de Escritores, e Luísa
Cláudio de Sousa,
do PEN Clube do
Brasil. Inicia o
programa *Cadeira de
Balanço*,
na Rádio Ministério
da Educação.

completa, pela
Aguilar. Início das
visitas,
aos sábados, à
biblioteca de Plínio
Doyle, evento mais
tarde
batizado de
“Sabadoyle”.

1965 Publicação de
Antologia poética
(Portugal); *In the*
middle of the
road (Estados
Unidos); *Poesie*
(Alemanha). Com

Manuel Bandeira,
edita *Rio de Janeiro*
em prosa & verso.
Colabora em *Pulso.*

1966 Publicação de *Cadeira*
de balanço e de *Natten*
och Rosen (Suécia).

1967 Publica *Versiprosa,*
José & outros, Uma
pedra no meio do
caminho:
biografia de um poema,
Minas Gerais (Brasil,
terra e alma),

Mundo, vasto mundo
(Buenos Aires) e
Fyzika Strachu
(Praga).

1968 Publica *Boitempo & A
falta que ama*.

1969 Passa a colaborar no
Jornal do Brasil.
Publica *Reunião*
(dez livros de poesia).

1970 Publica *Caminhos de
João Brandão*.

- 1971 Publica *Seleta em prosa e verso*. Sai em Cuba a edição de *Poemas*.
- 1972 Publica *O poder ultrajovem*. Suas sete décadas de vida são celebradas em suplementos pelos maiores jornais brasileiros.
- 1973 Publica *As impurezas*

*do branco, Menino
antigo, La bolsa
y la vida* (Buenos
Aires) e *Réunion*
(Paris).

1974 Recebe o Prêmio de
Poesia da Associação
Paulista de Críticos
Literários.

1975 Publica *Amor, amores*.
Recebe o Prêmio
Nacional Walmap de
Literatura.
Recusa por motivo de

consciência o Prêmio
Brasília
de Literatura, da
Fundação Cultural do
Distrito Federal.

1977 Publica *A visita,*
Discurso de primavera
e Os dias lindos.
É publicada na
Bulgária uma
antologia intitulada
Sentimento
do mundo.

1978 A Editora José

Olympio publica a
segunda edição
(corrigida
e aumentada) de
*Discurso de primavera
e algumas sombras.*
Publica *O marginal*
Clorindo Gato e 70
historinhas, reunião
de pequenas histórias
selecionadas em seus
livros de crônicas.
Amar-Amargo e *El
poder ultrajoven* saem
na Argentina.
A PolyGram lança
dois LPS com 38

poemas lidos pelo
autor.

1979 Publica *Poesia e prosa*,
revista e atualizada,
pela Editora Nova
Aguilar. Sai também
seu livro *Esquecer para
lembrar*.

1980 Recebe os prêmios
Estácio de Sá, de
jornalismo,
e Morgado Mateus
(Portugal), de poesia.
Publicação de A

*paixão medida, En
Rost at Folket* (Suécia),
The minus sign
(Estados Unidos),
Poemas (Holanda) e
Fleur,
téléphone et jeune
fille... (França).

1981 Publica, em edição
fora de comércio,
Contos plausíveis.
Com Ziraldo, lança *O*
pipoqueiro da esquina.
Sai a edição
inglesa de *The minus*

sign.

- 1982 Aniversário de oitenta anos. A Biblioteca Nacional e a Casa de Rui Barbosa promovem exposições comemorativas. Recebe o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica *A lição do amigo*. Sai no México a

edição de *Poemas*.

1983 Declina do Troféu Juca Pato. Publica *Nova reunião* e o infantil *O elefante*.

1984 Publica *Boca de luar e Corpo*. Encerra sua carreira de cronista regular após 64 anos dedicados ao jornalismo.

1985 Publica *Amar se aprende amando*, O

*observador no
escritório,
História de dois
amores (infantil) e
Amor, sinal estranho
(edição de arte).
Lançamento
comercial de Contos
plausíveis.
Publicação de Fran
Oxen Tid (Suécia).*

1986 Publica *Tempo, vida,
poesia*. Sofrendo de
insuficiência
cardíaca, passa

catorze dias
hospitalizado. Edição
inglesa
de *Travelling in the
family*.

- 1987 É homenageado com
o samba-enredo “O
reino das palavras”,
pela Estação Primeira
de Mangueira, que se
sagra campeã
do Carnaval. No dia 5
de agosto morre sua
filha, Maria Julieta,
vítima de câncer.

Muito abalado, morre
em 17 de agosto.

Carlos Drummond de Andrade © Graña Drummond
www.carlosdrummond.com.br

Grafia atualizada segundo o Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

warrakloureiro

sobre fotografia da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Rio de Janeiro, julho de 1960. Arquivo/ Agência O Globo.

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Regina Souza Vieira

ESTABELECIMENTO DE TEXTO

Ronald Polito

PREPARAÇÃO

Jaime Azenha

REVISÃO

Jane Pessoa

Huendel Viana

ISBN 978-85-8086-525-7

TODOS OS DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À

EDITORA SCHWARCZ S.A.

RUA BANDEIRA PAULISTA, 702, CJ. 32

04532-002 – SÃO PAULO – SP

TELEFONE (11) 3707-3500

FAX (11) 3707-3501

WWW.COMPANHIA DAS LETRAS.COM.BR

WWW.BLOGDACOMPANHIA.COM.BR